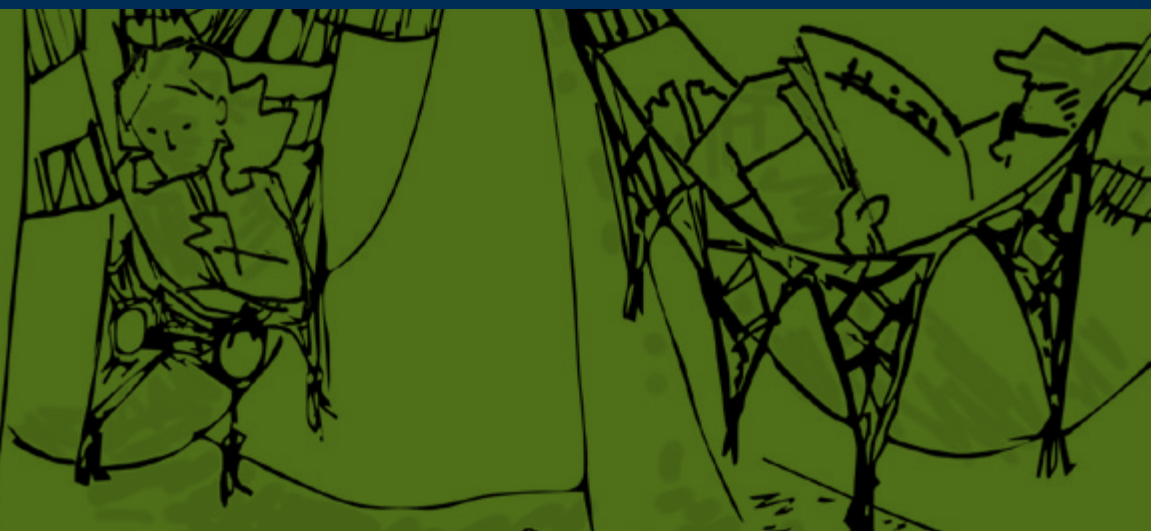


Bruno Paes Castelo Branco
Carla Jeane Helfemsteller Coelho
Claudia Vital
Letícia Almeida de Paula
Liza Rolim Baggio
Maria das Dores de V. C. Melo
Ravi Rocha

Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste

VOLUME II

TECENDO UMA REDE DE GESTORES



Organização
Bruno Paes Castelo Branco
Maria das Dores de V. C. Melo

Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste

TECENDO UMA REDE DE GESTORES



Esse livro foi produzido com papel Suzano proveniente de madeira certificada FSC e de outras fontes controladas. A certificação FSC garante o respeito ao meio ambiente e aos trabalhadores florestais.



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil (CC BY-NC-SA 3.0)

Você tem a liberdade de:

Compartilhar — Copiar, distribuir e transmitir a obra.

Remixar — Criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:



Atribuição — Você deve creditar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante (mas não de maneira que sugira que estes concedem qualquer aval a você ou ao seu uso da obra).



Uso não comercial — Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



Compartilhamento pela mesma licença — Se você alterar, transformar ou criar em cima desta obra, você poderá distribuir a obra resultante apenas sob a mesma licença, ou sob uma licença similar à presente.

Ficando claro que:

Renúncia — Qualquer das condições acima pode ser renunciada se você obter permissão do titular dos direitos autorais.

Domínio Público — Onde a obra ou qualquer de seus elementos estiver em domínio público sob o direito aplicável, esta condição não é, de maneira alguma, afetada pela licença.

Outros Direitos — Os seguintes direitos não são, de maneira alguma, afetados pela licença:

- Limitações e exceções aos direitos autorais ou quaisquer usos livres aplicáveis;
- Os direitos morais do autor;
- Direitos que outras pessoas podem ter sobre a obra ou sobre a utilização da obra, tais como direitos de imagem ou privacidade.

Aviso — Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros os termos da licença a que se encontra submetida esta obra. A melhor maneira de fazer isso é com um link para esta página.

Bruno Paes Castelo Branco
Carla Jeane Helfemsteller Coelho
Claudia Vital
Letícia Almeida de Paula
Liza Rolim Baggio
Maria das Dores de V. C. Melo
Ravi Rocha

Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste

VOLUME II

TECENDO UMA REDE DE GESTORES

Organização
Bruno Paes Castelo Branco
Maria das Dores de V. C. Melo

Recife | 2012

FICHA TÉCNICA

Instituição executora do projeto

Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste – AMANE
(www.amane.org.br)

CONSELHO DELIBERATIVO

Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil)
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN)
Fundação SOS Mata Atlântica (SOS Mata Atlântica)
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA)
Sociedade para Conservação das Aves do Brasil (SAVE)
WWF-Brasil

Diretoria Executiva

Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti Melo

Coordenação Técnica

Bruno Paes Castelo Branco

Coordenação Administrativo-Financeira

Mariana Cardim Fontes de Almeida

Assessoria de Comunicação

Claudia Vital

Auxiliar Administrativo-Financeira

Elizete Medeiros de Oliveira

Estagiário de Ciências Ambientais

Ravi Rocha

Equipe de sistematização:

Organização e Revisão

Bruno Paes Castelo Branco

Sistematização

Carla Jeane Helfemsteller Coelho

Organização e Revisão

Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti Melo

Autores

Bruno Paes Castelo Branco, Carla Jeane Helfemsteller Coelho, Claudia Vital, Leticia Almeida de Paula, Liza Rolim Baggio, Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti Melo e Ravi Rocha

Fotos

Acervo AMANE e acervo pessoal dos autores

Capa e Projeto Gráfico

DG Design Germana Freire

Ilustração

Antônio Carlos Montenegro

Impressão

Gráfica Fotolaser

Revisão

Norma Baracho Araújo

Apoio

Subprograma Projetos Demonstrativos / Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA

ISBN 978-85-63632-02-9

S115

Saberes e fazeres da Mata Atlântica do Nordeste: tecendo uma rede de gestores / Bruno Paes Castelo Branco, Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti Melo, organizadores ; [autores] Bruno Paes Castelo Branco... [et al.] Recife : [Associação para Proteção da Mata Atlântica do Nordeste – AMANE] , 2012. 166 p. : il.

1. Mata Atlântica – Nordeste - Brasil. 2. Gestão - rede – Mata atlântica - Nordeste.
I. Bruno Paes Castelo Branco. II. Melo, Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti.

CDU 504.75

Bibliotecária: Maria Angela M. Chiappetta – CRB4/585

AGRADECIMENTOS

À equipe do Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PDA/MMA), nas pessoas de Klinton Senra, Cláudia Alves, Iara Carneiro, Nilson Nogueira, pela atenção, dedicação e responsabilidade no acompanhamento do Projeto *Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco - MA 417*.

Às instituições parceiras oficiais do projeto, que assumiram a ideia da Rede de Gestores antes dos seus primeiros passos: à Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil); à The Nature Conservancy (TNC); ao Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN); à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio da Superintendência dos Estados de Pernambuco e da Paraíba; ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); à Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH-PE); ao Instituto de Defesa do Meio Ambiente (IDEMA-RN); à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH-AL); à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PE) e à Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA-PB).

Às instituições parceiras não oficiais que foram se envolvendo no percurso da formação da Rede, contribuindo e construindo seu perfil e trajetória: à Fundação SOS Mata Atlântica (SOS); à Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE); ao Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA); ao Pacto pela Restauração da Mata Atlântica; ao Comitê Estadual da RBMA-AL; ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR-AL); ao Sindicato de Açúcar e Álcool da Paraíba (SINDALCOOL-PB); à Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN); ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (SEBRAE-AL) e ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA); à Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN); ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); à Usina Japungu Agroindustrial; às Secretarias de Meio Ambiente de João Pessoa (SEMAM-João Pessoa) e de Bayeux (SEMAM-Bayeux); à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB-Natal) e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Agradecemos aos palestrantes que participaram dos encontros e se envolveram na sua realização, profissionais de grande capacidade técnica, que se disponibilizaram a participar dos encontros e contribuir com a construção da Rede. Esses

profissionais são: Analuce Freitas (SUDEMA-PB); Luiz Paulo Pinto (CI-Brasil); Michele Dechoum (Instituto Hórus); Liza Baggio (AMANE); Afrânio Menezes (IA-RBMA); Alex Nazário (IMA-AL); Maria Rita Rosa dos Santos (COOPF-Murici); Angela Maria Borges dos Santos (COOPF-Murici); Ivana Lamas (CI); Sonia Roda (CEPAN/Grupo EQM); Giannina Cysneiros (SEMAS-PE); Boisbraudran Imperiano (IA-RBMA); Ronilson José da Paz (IBAMA-PB); Alexis Oliveira (ICM-Bio); Duciran Van Marsen Farena (Ministério Público Federal-PB); Edmundo Barbosa (SINDALCOOL-PB); Demétrio Guadagnin (UFRN); Gislene Ganade (UFRN); Alinne Fernandes (IDEMA-RN); Marcio Zikan Cardoso (UFRN); Adrian Garda (UFRN); Lígia Moreira da Rocha (UFRN); Felipe Melo (CEPAN); Pedro Castro (PACTO); Mário Mantovani (SOS Mata Atlântica); Fernando Pinto (Associação Macambira); Gustavo Carvalho (IMA-AL); Alberto Fonseca (Ministério Público Estadual); Pedro Maux (Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente de Maceió); Ten. Cel. CBM-AL Denilson Queiroz (Defesa Civil de Alagoas); Hélio Polito (SEMAS-PE); Ivon Pires (Pires Advogados); Leslie Tavares (Movimento Salve Maracaípe); Rogério Ferreira (SUDEMA-PB); Maria Limeira (UFPB); Carlos André Cavalcanti (SNE); Rilves Rodrigues de Lima Souza (SUDEMA-PB); Taudem Farias (UFCG/COPAM); Alexandre Gusmão (IDEMA_RN); Iracema Miranda (Eco-plan); Rachel Medeiros Germano (CAOPMA-RN); Alex Gama – Secretário de Estado (SEMARH-AL); Ângelo Ferreira (Usina Seresta); Francisco Quintella (RPPN Fazenda São Pedro/Pilar); Sebastião Guimarães (Usina Coruripe); Roberval (Tenente Corpo de Bombeiros-AL); José Antônio Seixas (IBAMA-AL); Pablo Bedmar (IIFC – Espanha); Marcelo Pellizoli (UFPE); Fábio Adônis (ICMBio); Sandra Cavalcanti (CPRH-PE); Fernando Wucherpfenning (Fórum Social de Aldeia); Verônica Falcão (Jornal do Comercio); Marcele Bastos (CI-Brasil); Celso Calheiros (O Eco); Claudia Vital (AMANE); Edilson Parra (SEMAM-João Pessoa); Antônio Campos (Usina Japungu); Lígia Maria Tavares da Silva (SEMAM-João Pessoa) e Carla H. Coelho (AMANE) e Bruno Paes Castelo Branco (AMANE).

À equipe da Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE) nas pessoas de Bruno Paes Castelo Branco, Mariana Cardim Fontes de Almeida, Claudia Vital, Carla H. Coelho, Elizete Medeiros, Ravi Rocha, Letícia Almeida de Paula, Liza Rolim Baggio e Nira Fialho que empregaram atenção e dedicação a mais este projeto inovador e cheio de desafios da AMANE.

Finalmente, agradecemos a todos os gestores e gestoras que participaram e contribuíram com a definição da Rede e seu funcionamento.

Maria das Dores de V. C. Melo

Diretora Executiva da AMANE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	17
Capítulo I OS ARTESÃOS	21
ATORES QUE PENSARAM E CRIARAM A REDE DE GESTORES	23
<i>Bruno Paes Castelo Branco e Maria das Dores de V. C. Melo</i>	
Capítulo II O TEAR	35
CONEXÕES EM REDE: FIOS QUE TECEM UM NOVO PARADIGMA	37
<i>Carla J. H. Coelho</i>	
Capítulo III OS FIOS DA REDE	51
FERRAMENTAS DO TRABALHO	53
<i>Carla J. H. Coelho</i>	
COMUNICAÇÃO EM REDE	55
<i>Claudia Vital</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS	63
<i>Liza Rolim Baggio</i>	
CADASTRO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	69
<i>Letícia Almeida de Paula</i>	
Capítulo IV A TESSITURA	93
TECENDO OS NÓS	95
<i>Bruno Paes Castelo Branco</i>	
GALERIA DE FOTOS	117
Capítulo V A REDE	131
OS PRINCIPAIS SETORES ENVOLVIDOS E TEMAS TRATADOS NA REDE	131
<i>Ravi Rocha, Bruno Paes Castelo Branco e Claudia Vital</i>	
Capítulo VI NO BALANÇO DA REDE	137

PRIMEIROS PASSOS E PERSPECTIVAS DOS GESTORES EM REDE <i>Bruno Paes Castelo Branco</i>	141
DEPOIMENTOS <i>Gestores</i>	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	161
SITES E OUTRA REDES	165

APRESENTAÇÃO

Bruno Paes Castelo Branco

Coordenador Técnico da AMANE

Este é o segundo volume da série *Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste*. Nesta publicação, serão apresentadas experiências, ferramentas, metodologias e resultados do Projeto *Rede de Gestores de Unidades de Conservação (UC)* do Centro de Endemismo Pernambuco (CEP) implementado entre 2009 e 2012, que contou com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Esperamos que esta publicação sirva de inspiração para outros grupos se agregarem em prol da proteção da Mata Atlântica e possam replicar as experiências bem-sucedidas em outras localidades. Ela constitui a linha de base para a Rede de Gestores de UCs do Nordeste, que deve seguir conectando e implementando ações articuladas.

O texto está estruturado em seis capítulos. A **Introdução** apresenta a Mata Atlântica do Nordeste, suas peculiaridades e ameaças; o que são UCs e por que essa estratégia vem sendo utilizada no Brasil e nos países signatários da Convenção da Diversidade Biológica (CDB); o desafio da articulação e mobilização dos gestores de UC; além do histórico da proposta do projeto da Rede.

Os capítulos foram organizados de modo a sugerir a tessitura de uma autêntica rede de dormir nordestina, ou mesmo uma rede de pesca.

No Capítulo I, **Os Artesãos**, são apresentados os artífices, aquelas instituições que conduziram e participaram do processo de construção dessa Rede.

No Capítulo II, **O Tear**, são tratados os conceitos de Redes, sendo enfatizada a mudança de paradigma pela qual estamos passando e a necessidade de adaptações para viver e trabalhar em Redes.

No Capítulo III, **Os Fios da Rede**, é apresentado o Projeto *Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco*; suas estratégias de execução e a metodologia adotada.

No Capítulo IV, **A Tessitura**, é relatada a história da Rede em construção; os Encontros Estaduais e o Seminário Regional dos gestores de UCs.

No Capítulo V, **A Rede**, é descrita e analisada com base nas discussões e troca de informações por meio dos canais de comunicação virtuais, em especial as listas de discussão das Redes, em cada Estado.

No Capítulo VI, **No Balanço da Rede**, são apresentados os resultados, as oportunidades trazidas pela Rede e depoimentos de alguns gestores.

Por fim, serão compartilhadas, nas **Considerações Finais**, as lições aprendidas durante o processo de construção da Rede.

PREFÁCIO

Iara Carneiro

Analista Ambiental do
Subprograma Projetos
Demonstrativos do Ministério do
Meio Ambiente

Implementado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), o Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) recebe apoio principalmente da Cooperação Internacional Alemã e tem como principais desafios demonstrar por meio de experiências inovadoras a possibilidade efetiva da construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável.

O PDA entrou em operação em 1996, ano em que teve início o apoio aos primeiros projetos, e possui como missão: “Estimular, fomentar e disseminar experiências locais/regionais de produção e manejo sustentáveis de recursos naturais e de proteção da Amazônia e da Mata Atlântica, por meio de projetos demonstrativos, que visem contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas socioambientais, econômicas e de fortalecimento comunitário/institucional”.

A sua construção é resultado de um processo de negociação envolvendo o Governo Federal brasileiro, organismos de cooperação internacional representando os países do G7 e as Redes de ONGs e Movimentos Sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica (RMA). O principal interesse do programa é promover aprendizagens sobre a viabilidade de novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, com vistas à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Completando dezesseis anos de existência, o PDA vem acumulando a maturidade de um projeto que nasceu do propósito comum de pessoas que ousaram imaginar uma forma diferente de conviver com as florestas tropicais e preservá-las. Impulsionado por esse anseio coletivo inicial, o Subprograma inaugurou uma forma inovadora de analisar e aprovar projetos, colocando na mesma mesa e com igual poder de decisão, Governo e sociedade organizada para o difícil exercício da busca do equilíbrio entre diferentes regiões, instituições, percepções e necessidades.

O PDA propõe essa melhoria por meio do incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento

de ações que conciliem a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, é possível afirmar que um dos objetivos primordiais do apoio a projetos, subsidiados nos aprendizados produzidos por essas experiências, é estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação dessas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais.

Com base nessa orientação, têm sido apoiadas iniciativas na Amazônia, na Mata Atlântica e em seus ecossistemas associados. Os projetos desenvolvem ações nas áreas de sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos, conservação e preservação ambiental, dentre outras. No processo de implementação das experiências, em sua maioria inovadoras, muitas lições foram aprendidas pelas instituições executoras e parceiras dos projetos e pela Secretaria Técnica, reforçando o entendimento de que está na sociedade organizada e nos movimentos sociais grande parte do campo de inovações socioambientais, base para a construção de processos de desenvolvimento pautados em novos paradigmas.

Nas últimas décadas, 447 projetos foram apoiados pelo PDA, sendo 244 na Amazônia e 203 na Mata Atlântica, dentro das três linhas temáticas denominadas: 1) “Ações de Conservação na Mata Atlântica” – voltada a apoiar projetos para incremento social e ambiental nesse bioma; 2) Projeto *Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas* (PADEQ) – com foco na região Amazônica; e 3) “Consolidação” – orientada para o fortalecimento de iniciativas já apoiadas anteriormente tanto na Amazônia quanto na Mata Atlântica.

Hoje, o PDA é um campo bastante rico de experiências com potencial de subsidiar a formatação de outros projetos e políticas públicas socioambientais. Com a maturidade de alguns projetos apoiados nas primeiras fases do PDA e, com o impacto dos intercâmbios promovidos pelo PDA, surgiram dinâmicas entre projetos numa mesma região ou de uma mesma temática que demandaram constantemente recursos da Secretaria Técnica para sua continuidade. Por outro lado, algumas dessas dinâmicas deram resultados positivos, servindo de referência para outras regiões e projetos.

A partir do acúmulo gerado na implementação do componente “Ações de Conservação na Mata Atlântica”, foi lançada, em outubro de 2007, a Chamada 5 do PDA – Apoio a Redes. A Chamada teve por objetivo construir instrumentos que promovessem estratégias de geração de conhecimento, monitoramento, sistematização, comunicação e negociação para a proposição e o aperfeiçoamento

de políticas públicas voltadas para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais no Bioma Mata Atlântica, fortalecendo o protagonismo das organizações sociais, suas parceiras governamentais e não governamentais e as Redes em que se articulam. A Secretaria Técnica do PDA considera a expressão “redes” como um conjunto amplo de estratégias, fóruns e articulações variadas que conectam e aproximam instituições, comunidades, famílias e organizações populares em torno de estratégias de colaboração solidária e de trocas de informações e experiências que contribuam para seu fortalecimento mútuo e ampliação de sua capacidade de intervenção.

A principal riqueza desta publicação encontra-se na apresentação, de forma sistematizada, da experiência vivenciada pelos executores, parceiros e beneficiários do Projeto PDA 417-MA intitulado *Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco*, sob a coordenação da Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE).

É a partir da valorização, sistematização e difusão de experiências como esta que você está prestes a conhecer que a Chamada 5 pensou em consolidar um conjunto de experiências, dentre os projetos apoiados pelo PDA, transformando-os em referências regionais. Projetos como estes que são executados pela AMANE foram apoiados com o intuito de atingir, de forma mais integrada, a sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional; sistematizar e disseminar experiências bem-sucedidas para outras comunidades e influenciar políticas públicas dos três níveis federativos, tornando seus resultados mais amplamente conhecidos, consistentes e efetivos.

Desejamos a todos uma boa leitura e que desfrutem e compartilhem os conhecimentos que estão por vir!

INTRODUÇÃO

Bruno Paes Castelo Branco
Maria das Dores de V. C. Melo

A Mata Atlântica ocupa aproximadamente 17% do território brasileiro, suas diversas fisionomias florestais estão distribuídas por toda a costa do país e em manchas interioranas desde o nível do mar até 2.700 metros de altitude. Hoje reduzida a cerca de 12% da sua área original com 83% dos fragmentos menores que 50 hectares, abriga cerca de 60% das espécies de animais ameaçadas de extinção no Brasil (RIBEIRO *et al.*, 2009). Devido à diversidade biológica singular e o cenário de extrema devastação, ela é considerada uma das 34 áreas mundiais prioritárias para conservação da biodiversidade, conhecidas em inglês como *Hotspot* (MITTERMEIER *et al.*, 2004).

Foram identificados em todo o bioma cinco centros de endemismo¹, quatro deles estão localizados no Nordeste. Nesses centros, está concentrado um grande número de espécies endêmicas, em especial aves e árvores (*sensu* SILVA & CASTELETI, 2003).

Dentre os centros de endemismo, o da Mata Atlântica do Nordeste, mais especificamente o da porção localizada ao norte do Rio São Francisco, também conhecida como Centro de Endemismo Pernambuco (CEP), é tido como o mais degradado, menos conhecido e menos protegido do país (SILVA & CASTELETI, 2003). Com uma área de distribuição original de 56.938 km² (IBGE, 1985), a cobertura florestal remanescente do CEP é de apenas 12% aproximadamente (RIBEIRO *et al.*, 2009), e é representada por um “arquipélago” de pequenos fragmentos florestais imersos em uma matriz composta predominantemente por culturas agrícolas (ex. cana-de-açúcar e pastagem) (COIMBRA-FILHO & CÂMARA, 1996; RANTA *et al.*, 1998; TABARELLI *et al.*, 2005). Diante do estado de degradação e extrema relevância biológica (MMA, 2002), o CEP é tido como uma das regiões do planeta onde os esforços de conservação são mais urgentes (RODRIGUES *et al.*, 2004), sendo considerado um *hotspot* inserido em outro *hotspot* (TABARELLI & RODA, 2005).

Estudos indicam que um terço das árvores do CEP estariam ameaçadas de extinção regional, consequência da interrupção do processo de dispersão de sementes. Modelos de extinção de árvores, elaborados posteriormente, sugerem

¹Endemismo = espécies que só ocorrem em uma determinada região.

que esse número pode estar subestimado e que a floresta ao norte do Rio São Francisco é a unidade biogeográfica da floresta atlântica de maior probabilidade de perder espécies em escala regional e global. Nessa região, por exemplo, encontra-se um dos locais com a maior quantidade de espécies de aves ameaçadas de extinção nas Américas, o Complexo Florestal de Murici, em Alagoas (BENCKE *et al.*, 2006).

Diante do estado atual de degradação e da constante ameaça à Mata Atlântica, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolveu, em 2002, o subprojeto Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade nos Biomas Floresta Atlântica e Campos Sulinos, no âmbito do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO). Nesse programa, foi realizado um mapeamento de áreas localmente prioritárias para a conservação da biodiversidade, definindo categorias de prioridade. Dos 147 sítios definidos como prioritários para a conservação da biodiversidade, 22 (15%) estão inseridos no CEP (MMA, 2002).

A ampla extensão do Domínio da Mata Atlântica no Brasil pressupõe que ações de conservação da biodiversidade no bioma estejam associadas à mobilização social, com a construção e implementação participativa de políticas públicas que venham a apoiar o estabelecimento de uma convivência equilibrada entre o homem e o seu ambiente. A principal estratégia adotada para a conservação da biodiversidade tem sido a criação de Unidades de Conservação (UCs), que excluem atividades humanas ou as tornam compatíveis com os objetivos de conservação (CDB, 2010).

Apesar de as UCs serem uma estratégia adotada globalmente, já se sabe que elas não são suficientes para garantir a conservação da biodiversidade remanescente. Primeiramente as espécies não se limitam a territórios demarcados por instrumentos de lei, ou seja, as áreas no entorno das UCs também são prioritárias para conservação; e não há um investimento significativo na gestão e manejo dessas áreas.

Um dos instrumentos que garantem participação da sociedade na gestão das UCs são os Conselhos Gestores, que, na Mata Atlântica do Nordeste, em sua grande maioria, ainda não foram criados ou não estão implementados (PAES, 2010). Isso é reflexo de uma falta de capacitação e mobilização dos atores envolvidos direta ou indiretamente na gestão de UCs, aqui considerados Gestores de UCs.

Em 2007, a Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE), respondendo à Chamada 4 do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) do MMA, aprovou o Projeto *Capacitação em Gestão Participativa de Gestores de Uni-*

dades de Conservação da Mata Atlântica do Nordeste. Para a sua implementação, foi contratada uma equipe de professores com especialidade em diversas áreas do conhecimento e realizado um trabalho multidisciplinar/interdisciplinar, com foco na gestão participativa de UCs. Essa iniciativa proporcionou a realização de seis cursos de capacitação para cerca de 150 gestores dos oito Estados do Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE e PI). O resultado desse trabalho está detalhado no livro *Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste: lições para uma gestão participativa* (AMANE, 2010).

Durante os cursos, foram levantadas e sistematizadas as necessidades e dificuldades na gestão e implementação de UCs no Nordeste. Nesse levantamento, ficou evidenciada a falta de articulação e comunicação entre gestores do mesmo Estado. No relato dos gestores, ficou constatada a ausência de uma cultura para trabalhar em rede. A dificuldade em participar de processos democráticos e colaborativos, a burocratização e a centralização do serviço público representam o conjunto de desafios à gestão participativa de UCs na região.

A proposta da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Nordeste surgiu durante os primeiros cursos de Capacitação em Gestão Participativa de UCs, quando uma carta de apoio à AMANE para elaborar o projeto foi escrita pelos gestores. Ao sugerir a criação de uma Rede, os participantes apresentaram alternativas ao déficit de comunicação e transparência na gestão de UCs. A articulação e a mobilização dos gestores por meio de uma Rede de comunicação representam a possibilidade de planejamento e execução, em uma escala regional e local, de ações integradas para a implementação de forma participativa das UCs da região.

As experiências compartilhadas durante os projetos executados apontaram para a necessidade e a importância de capacitações continuadas para todos os envolvidos direta ou indiretamente na gestão de UCs, assim como para a realização de um trabalho de motivação e busca por soluções criativas para os problemas enfrentados no dia a dia da gestão de UCs.

A *Rede de Gestores de Unidades de Conservação* também surge como consequência da trajetória percorrida pela AMANE e seus parceiros em busca da conservação e recuperação da Mata Atlântica do Nordeste.

Com base nessas lições aprendidas, a AMANE respondeu o Edital do PDA/MMA – Chamada 5, com o Projeto *Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco*, que foi aprovado e realizado no período de julho de 2009 a junho de 2012.

A Rede de Gestores de UCs atua no apoio à elaboração e implementação de políticas públicas, com vistas a ampliar a escala de impacto das experiências desenvolvidas pelo projeto sob o foco da Gestão Participativa de UCs.

Conforme enfatizado no volume I da série *Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste*, a implementação de UCs pressupõe gestores articulados, fortalecidos, com capacidade e *empoderamento* (tradução livre do termo em inglês *empowerment*) para tomar decisões com relação à gestão dessas áreas protegidas. Dessa forma, a Rede de Gestores de UCs do Nordeste começou a ser construída nesses quatro Estados (AL, PE, PB e RN) com a esperança de que ela se fortaleça e siga conectando e construindo um novo paradigma na conservação da biodiversidade da região.

Referências Bibliográficas

BENCKE G. A.; MAURÍCIO G. N.; DEVELEY P. F.; GOERCK J. M. (Orgs.). *Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil. Parte I – Estados do Domínio da Mata Atlântica*. São Paulo: SAVE Brasil, 2006.

CDB. *Convenção da Diversidade Biológica*, 1992.

COIMBRA-FILHO, A. F.; C-MARA, I. G. *Os limites originais do Bioma Mata Atlântica na região Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FBCN, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Atlas Nacional do Brasil: região Nordeste*. Rio de Janeiro, 1985.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF, 2002.

MITTERMEIER R. A.; GIL P. R.; HOFFMANN M.; PILGRIM J.; BROOKS T.; MITTERMEIER C.G.; LAMOREUX J.; DA FONSECA G. A. B. *Hotspots revisited*. Mexico City, Mexico: CEMEX S.A. Press, 2004. 390p.

PAES, B. O perfil dos participantes: os gestores. In: COELHO, C. J. H.; MELO, M. D. V. C. *Saberes de fazeres da Mata Atlântica do Nordeste*. Recife: AMANE, 2010. p. 57-66.

RANTA P.; BLOM T.; NIEMELÄ J.; JOENSUU E.; SIITTONEN M. The Fragmented Atlantic Forest of Brazil: Size, Shape, and Distribution of Forest Fragments. *Biodiversity and conservation* 7, 385-403, 1998.

RIBEIRO M. C.; METZGER J. P.; MARTENSEN A. C.; PONZONI F. J.; HIROTA M. M. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological conservation* 142, 1141-1153, 2009.

SILVA J. M. C.; CASTELETI C. H. M. Status of the biodiversity of the Atlantic Forest of Brazil. In: GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA I. de G. (Eds.). *The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, trends and outlook*. Washington, D.C.: Center for Applied Biodiversity Science and Island Press, 2003.

TABARELLI, M.; PINTO, L. P.; SILVA, J. M. C.; HIROTA, M.; BEDÊ, L. Challenges and opportunities for biodiversity conservation in the Brazilian Atlantic Forest. *Conservation Biology* 19, 695-700, 2005.

TABARELLI, M.; RODA, S. A. Uma oportunidade para o Centro de Endemismo Pernambucano. *Natureza & Conservação*, vol. 3 (2): 22-28, 2005.

CAPÍTULO

I

OS ARTESÃOS

É uma relação moral de confiança: uma rede é um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado.

Francis Fukuyama



ATORES QUE PENSARAM E CRIARAM A REDE DE GESTORES



Bruno Paes Castelo Branco
Maria das Dores de V. C. Melo

AMANE - A ARTESÃ PROPONENTE E EXECUTORA DO PROJETO

A **Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste** (AMANE) nasceu de um Pacto feito entre oito organizações não governamentais: Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN), Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA), Conservação Internacional (CI-Brasil), The Nature Conservancy (TNC), Birdlife International (BI) por meio da Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil); WWF-Brasil e Fundação SOS Mata Atlântica (SOS Mata Atlântica). A aliança inédita dessas grandes organizações ambientalistas foi firmada em maio de 2004, no Senado Federal, com o intuito de contribuir para a reversão do quadro de degradação do Bioma Mata Atlântica no Nordeste.

As instituições concluíram que sem uma atuação firme na conservação e no uso sustentável da biodiversidade, pactuada com empresários, governos, movimentos sociais e organizações não governamentais, seria difícil alcançar sucesso em qualquer iniciativa que impactasse positivamente na proteção efetiva da biodiversidade do Nordeste. O acordo foi denominado Pacto Murici, pois a iniciativa das organizações partiu de uma articulação com vistas à proteção do Complexo Florestal de Murici, em Alagoas. Em 15 de junho de 2005, a **AMANE** foi fundada pelas mesmas instituições que formaram o Pacto Murici. Todas elas tornaram-se membros do Conselho Deliberativo da Associação.

A AMANE é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP) sem fins lucrativos e fins não econômicos cuja missão é **proteger e recuperar a Mata Atlântica do Nordeste, por meio da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento de benefícios socioambientais**. No ano em que foi criada, elaborou um Plano para Conservação e Desenvolvimento Sustentável para a proteção da Mata Atlântica do Nordeste, com objetivo geral de planejar e implementar um conjunto de medidas articuladas, em escala local e regional, a fim de reduzir drasticamente a probabilidade de extinção de espécies que ocorrem na Mata Atlântica do Nordeste e proporcionar modelos de desenvolvimento sustentável. Esse documento-base vem sendo detalhado em projetos temáticos.

A AMANE definiu os seguintes valores e princípios organizacionais para alcançar sua missão:

- **integração de atores afins** para alcance dos seus objetivos, adotando a filosofia de sempre trabalhar com outras organizações na integração de esforços e evitando duplicações;
- **a participação, mediante metodologias participativas** que geram compromisso com as decisões e ações tomadas em consenso;
- **os resultados são sempre celebrados em conjunto** com aqueles que contribuem direta e indiretamente para o alcance de resultados planejados;
- **busca a inovação por meio da organização flexível e participativa** no sentido de promover o desenvolvimento, a mudança e a aprendizagem;
- **responsabilidade social por meio de apoio a mudanças socialmente responsáveis** nos setores público, privado e não governamental;
- **a transparência e objetividade** estão contempladas nos procedimentos organizacionais;
- **democratização da informação** – todas as informações geradas pela organização estão disponíveis;
- **a honestidade, seriedade, comprometimento e respeito** à diversidade;
- **a interdependência, reciclagem, flexibilidade, parceria e diversidade** (princípios básicos da relação sustentável);
- **recursos institucionais são utilizados para o alcance de sua missão;**
- **as ações de conservação** devem contribuir para a **melhoria de qualidade de vida** das pessoas e da biodiversidade; e
- o processo de **tomada de decisão da AMANE é descentralizado e participativo**; as decisões são compartilhadas com o seu Conselho Deliberativo.

Os eixos centrais de atuação da AMANE são: **Conservação da Biodiversidade; Desenvolvimento de Benefícios Socioambientais; Articulação para formulação de Políticas Públicas**, tendo a **educação permanente e continuada e a comunicação** como linhas transversais de atuação – estratégias de sensibilização para mudanças de atitudes que propiciem a proteção e recuperação da Mata Atlântica.

Para a **Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica**, tem-se como atividades principais o desenvolvimento de estudos sobre a biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste, a sistematização de base de dados, a disseminação de informações produzidas e o apoio à criação e implementação de Unidades de Conservação. Nesse eixo de atuação, o público-alvo são os órgãos governamentais em seus vários níveis que fazem a gestão das Unidades de Conservação públicas e os proprietários de terras que possuem áreas com expressiva biodiversidade.

Como **Repartição de Benefícios Socioambientais** entende-se o fortalecimento e o desenvolvimento dos aspectos individual, coletivo, econômico e institucional das comunidades moradoras da Mata Atlântica. Nesse eixo, tem-se apoiado a implementação de práticas ecologicamente sustentáveis, capacitações continuadas, promoção do associativismo e o empreendimento de pequenos negócios.

A **Articulação** para a formulação de **Políticas Públicas** se estabelece na comunicação e troca de experiências entre diversos atores, como órgãos governamentais de meio ambiente, instituições de pesquisa, comunidades, organizações não governamentais e empresários, a fim de garantir a proteção da Mata Atlântica do Nordeste.

Para atingir esses objetivos, a AMANE está articulada em diversas Redes, nacionais, regionais e locais. Através da Coordenação Regional Nordeste da **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** (RBMA), a AMANE apoia a mobilização e articulação dos Comitês Estaduais da RBMA, formando uma rede para formulação e implementação de Políticas Públicas. Através da **Rede de ONGs da Mata Atlântica** (RMA) são divulgadas oportunidades e manifestos em prol da conservação e do uso sustentável da Mata Atlântica.

A AMANE faz parte do Conselho de Coordenação do **Pacto pela Restauração da Mata Atlântica**, movimento coletivo para integração de indivíduos e instituições, cujo propósito é restaurar a Mata Atlântica de todo o país. A meta do Pacto é restaurar 15 milhões de hectares até 2050. A AMANE atualmente integra o Conselho Deliberativo e os Grupos de Trabalho de Comunicação e Marketing, apoiando e divulgando as iniciativas em palestras e encontros.

As ações de restauração florestal no Complexo Florestal da Serra do Urubu iniciaram-se em 2009, quando a AMANE, em parceria com a SAVE Brasil e o CEPAN, e com o apoio da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), iniciou o Projeto *Energia Verde* (www.celpe.com.br/energiaverde), cujo objetivo é restaurar a Mata Atlântica de Pernambuco, incentivando a redução no consumo de energia elétrica. Essa iniciativa já possibilitou a realização de ações de comunicação, planejamento, caracterização florística e marcação de árvores matrizes, bem como a implantação de um viveiro de mudas florestais e a restauração de 20 hectares de áreas degradadas, com previsão de plantio de mais 15 hectares neste ano de 2012.

As articulações locais são efetivadas na participação de Conselhos Gestores de UCs, nas áreas focais de atuação da AMANE. Hoje a organização participa dos Conselhos Gestores de quatro unidades, APA de Guadalupe, REBIO Saltinho, APA de Murici e ESEC Murici. Essa participação permite que ações mobilizadas em âmbito nacional cheguem aos atores locais e a discussão de temas atuais do movimento ambientalista sejam percolados pela sociedade como um todo.

Em parceria com o Instituto Hórus e o CEPAN, a AMANE está desenvolvendo **Planos de Manejo para Controle de Espécies Exóticas Invasoras nas UCs de Proteção Integral:** Parque Estadual de Dois Irmãos e Estação Ecológica de Caetés. O projeto tem o apoio da CI-Brasil e do Fundo Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (FEMA-PE).

A AMANE firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para a elaboração do **Plano de Manejo da ESEC de Murici**. Nesse trabalho, conta com o apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica (CI-Brasil e SOS Mata Atlântica).

Com o apoio do Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) da Mata Atlântica (CI-Brasil, SOS Mata Atlântica e TNC), a AMANE está elaborando os Planos de Manejos da RPPN Pedra d'Anta (PE) e RPPN Vila d'Água (AL). Atualmente, a organização é parceira da SAVE Brasil no Projeto *Corredor da Biodiversidade do Nordeste*, em que promove discussão e reuniões técnicas com o objetivo de definir o território do Corredor de Biodiversidade, envolvendo os Estados do RN, PB, PE, AL, SE e litoral norte da Bahia. Além dessa atividade, é previsto ainda o fortalecimento dos Centros de Educação para Conservação (CEC), em Murici, AL, e em Lagoa dos Gatos, PE. Esse projeto conta com o apoio do PDA/MMA.

Os Centros de Educação para a Conservação são centros de educação continuada e permanente, voltados para uma participação efetiva da comunidade envolvida nas áreas focais de atuação da AMANE. Hoje estão instalados dois CECs, sendo um em Murici, AL, e outro em Lagoa dos Gatos, PE. Os Centros de Educação promovem encontros, oficinas, debates, sedia reuniões dos Conselhos Gestores das UCs e funcionam como um difusor de informações sobre a Mata Atlântica do Nordeste.

Hoje o CEC Murici está envolvido com diversos públicos da região, dentre eles o Coletivo Jovem de Meio Ambiente, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Instituto Lagoa Viva (Formação em Educação Ambiental de professores da rede pública de ensino); Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Camponesa do Complexo Florestal de Murici (COOPF Murici); Cooperativa de Produtores Rurais da Zona da Mata Alagoana (COOPERMATA); Cooperativa Pacas de

Produtores Rurais (CPPR) e abriga reuniões dos Conselhos Gestores da APA e ESEC Murici. O CEC apoia ainda ações do Projeto *Queima pela sustentabilidade: Implementando ecofogões a lenha em vilas rurais no Nordeste do Brasil*, coordenado pelo CEPAN. Essa iniciativa tem como objetivo propor uma alternativa sustentável para o consumo doméstico de lenha em uma comunidade rural do Município de Murici (AL). O CEC Murici apoia ainda ações de capacitação do grupo de Brigadistas do ICMBio e ações de capacitação em agroecologia que são desenvolvidas no entorno da ESEC de Murici.

O CEC Urubu desenvolve atividades voltadas para conservação da biodiversidade do Complexo Florestal da Serra do Urubu, em especial as aves, objeto de estudo da organização parceira proprietária da sede em Lagoa dos Gatos e da RPPN Pedra d'Anta (SAVE). Para isso, sedia eventos, cursos de observação de aves, oficinas e palestras para o público local. O público é formado por crianças e jovens das escolas da rede pública e privada e membros da comunidade em geral. Há dois anos, as equipes da SAVE Brasil e AMANE capacitam um grupo de Monitores de Educação Ambiental, bem como implementa o pioneiro Clube de Observadores de Aves da Serra do Urubu. O CEC apoia as ações de agroecologia e as atividades de restauração florestal realizadas na Serra do Urubu.

Desde 2011, a AMANE integra uma Rede de ex-alunos do *Environmental Leadership Program* (ELP) da Universidade de Berkeley na Califórnia, a **Alumni Network – University of Berkeley**. Nessa Rede, estão presentes profissionais de cerca de 90 países de todos os continentes, para discutir e divulgar temas e eventos que envolvem questões socioambientais em diversas perspectivas.

O SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS (PDA) - O ARTESÃO FINANCIADOR DO PROJETO

O PDA é um programa do Ministério do Meio Ambiente que, desde 1995, apoia projetos tendo como objetivo promover aprendizagens, incentivar a experimentação de tecnologias sustentáveis e o fortalecimento da organização social por meio de ações que conciliem a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico e social.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, implementa o Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), desde 1995. Seu principal interesse é promover aprendizagens sobre a viabilidade de novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, com vistas à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

OS PARCEIROS - OS ARTESÃOS APOIADORES DO PROJETO

As instituições parceiras¹ listadas a seguir integraram o projeto desde a sua elaboração, apoiando na mobilização e articulação dos gestores em cada Estado.

Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH-PE). A CPRH é uma entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), integra a Administração Descentralizada do Governo do Estado de Pernambuco, exercendo atividades públicas diretamente, exclusivas e concorrentes da competência do Poder Executivo.

Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN). O CEPAN é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada no ano 2000 por professores-pesquisadores e alunos de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco, que tem como missão gerar e divulgar soluções estratégicas para a conservação da biodiversidade mediante ciência, formação de recursos humanos e diálogo com a sociedade.

Conservação Internacional (CI-Brasil). A CI-Brasil é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987, em poucos anos a CI cresceu e se tornou uma das mais eficientes organizações ambientalistas do mundo. Atualmente, trabalha para preservar ecossistemas ameaçados de extinção em mais de 40 países distribuídos por quatro continentes. No Brasil, o primeiro projeto de conservação da CI teve início em 1988. A CI-Brasil tem sede em Belo Horizonte (MG) e possui outros escritórios estrategicamente localizados em Brasília (DF) Belém (PA), Campo Grande (MS), Caravelas e Salvador (BA).

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA-PE e IBAMA-PB). O IBAMA é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União de conformidade com a legislação ambiental vigente. Principalmente nos Estados da Paraíba e de Pernambuco, as Superintendências do IBAMA estiveram presentes nas redes virtuais, contribuindo ativamente para a articulação em Encontros Estaduais realizados nos respectivos Estados.

¹ As informações sobre cada Instituição foram obtidas em seus respectivos sites.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Órgão ambiental do Governo brasileiro, criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Com a atribuição de realizar a gestão de 304 Unidades de Conservação (atualmente), propor a criação de novas áreas protegidas e apoiar aproximadamente 500 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), a instituição ainda é responsável por definir e aplicar estratégias para recuperar o estado de conservação das espécies ameaçadas por meio dos Centros Especializados de Pesquisa e Conservação. O ICMBio é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Instituto de Defesa do Meio Ambiente (IDEMA-RN). Órgão do Governo de Estado do Rio Grande do Norte, cuja missão é promover a política ambiental do Rio Grande do Norte, com vistas ao desenvolvimento sustentável aproveitando as potencialidades regionais, na busca de melhoria da qualidade de vida.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH-AL). Órgão da administração direta do Governo do Estado de Alagoas, que tem a finalidade de implantar e coordenar as políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas, além de executar diretamente as ações de gestão dos Recursos Hídricos, exercendo sua fiscalização, articulando e integrando essas políticas com as respectivas políticas de âmbito regional e nacional.

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA-PE) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PE). Criada em 2011, a SEMAS tem como principal tarefa a implementação das políticas públicas ambientais do Estado de Pernambuco, instituídas em lei no final de 2010. As políticas estaduais setorializadas são um marco no trato das questões ambientais em Pernambuco. São elas: política estadual de enfrentamento às mudanças climáticas, política estadual de gerenciamento costeiro, política estadual de resíduos sólidos e política estadual florestal. Desde a sua criação, a SEMAS assumiu as atribuições da SECTMA, diante do projeto.

Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA-PB). Órgão ambiental do Estado da Paraíba, criado em 20 de dezembro de 1978, por intermédio da Lei nº 4.033, com o objetivo de desenvolver uma política de proteção e preservação de meio ambiente. As ações que visam adotar políticas de proteção ao meio ambiente são crescentes e, em razão dessa preocupação, atua no combate das agressões à natureza praticadas pelo homem, promovendo o gerenciamento ambiental na Paraíba.

The Nature Conservancy (TNC). Criada em 1951, a The Nature Conservancy (TNC) é uma organização sem fins lucrativos voltada para a conservação da natureza. No Brasil, a TNC atua desde a década de 1980 e tornou-se uma organização brasileira em 1994. Sua missão

é proteger plantas, animais e os ecossistemas naturais que representam a diversidade de vida no planeta, conservando as terras e águas de que precisam para sobreviver.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Por meio do Laboratório de Ecologia Vegetal, localizado no Centro de Ciências Biológicas a UFPE, apoiou e contribuiu significativamente para a construção e consolidação da Rede de Gestores de UCs.

Muitas outras organizações foram incorporadas ao longo do processo de implementação e fortalecimento da Rede através da realização dos Encontros Estaduais, eventos e seminário do projeto. No Capítulo V, **A Rede**, apresenta-se uma figura (Mapa da Rede) onde é possível visualizar as instituições articuladas na Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Nordeste.

A Fundação SOS Mata Atlântica teve uma importante participação na discussão sobre as propostas de mudança do Código Florestal. Em cada Estado houve a realização de mesas-redondas sobre o tema com a participação de diversos segmentos, entre eles, o setor sucroalcooleiro, ONGs e universidades. A Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE) acompanhou e participou dos debates sobre o tema. O Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA) também teve participação em palestras sobre sua estrutura de gestão, sobre a Rio + 20 e o Anuário Mata Atlântica.

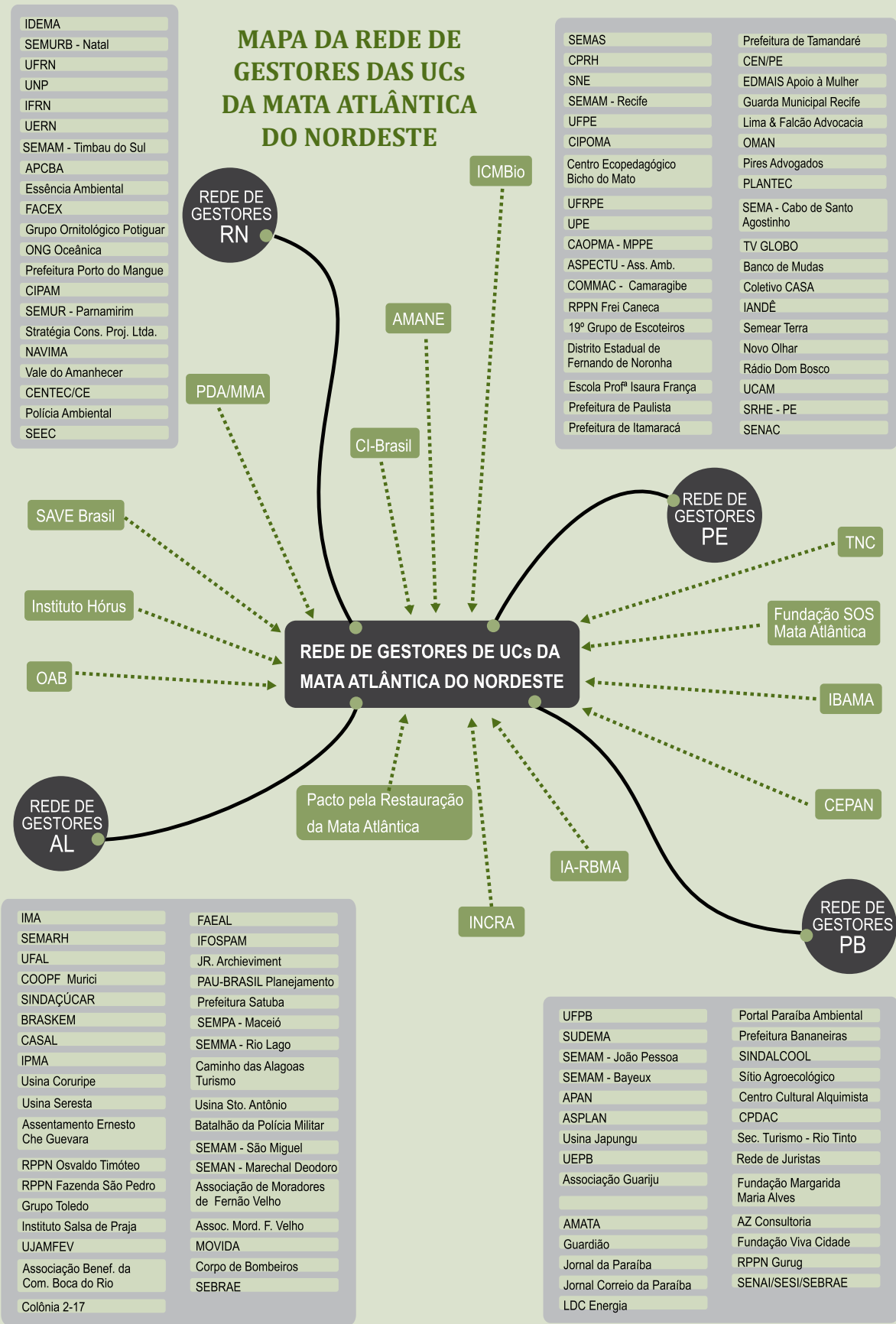
O Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, Rede de pessoas e instituições que executam e/ou apoiam ações de restauração florestal, participou dos encontros da Rede, divulgando seu programa autônomo que envolve diversos segmentos como ONGs, governos, empresas, instituições científicas, proprietários rurais e outros.

No Estado de Alagoas, houve apoio do Comitê Estadual da RBMA na logística dos Encontros Estaduais, na busca de novos parceiros como o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR-AL), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (SEBRAE-AL) e do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL).

A Paraíba destacou-se por ter agregado vários setores na estruturação da Rede local. Destaca-se a participação da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), do Sindicato de Açúcar e Alcool da Paraíba (SINDALCOOL-PB), da Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), da Usina Japungu Agroindustrial e das Secretarias de Meio Ambiente de João Pessoa (SEMAM-João Pessoa) e de Bayeux (SEMAM - Bayeux).

No Rio Grande do Norte, houve a importante participação do Instituto de Defesa do Meio Ambiente (IDEMA-RN), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB-Natal) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na realização dos encontros presenciais.

MAPA DA REDE DE GESTORES DAS UCs DA MATA ATLÂNTICA DO NORDESTE



- IDEMA
- SEMURB - Natal
- UFRN
- UNP
- IFRN
- UERN
- SEMAM - Timbau do Sul
- APCBA
- Essência Ambiental
- FACEX
- Grupo Ornitológico Potiguar
- ONG Oceânica
- Prefeitura Porto do Mangue
- CIPAM
- SEMUR - Parnamirim
- Stratégia Cons. Proj. Ltda.
- NAVIMA
- Vale do Amanhecer
- CENTEC/CE
- Polícia Ambiental
- SEEC

- SEMAS
- CPRH
- SNE
- SEMAM - Recife
- UFPE
- CIOPMA
- Centro Ecopedagógico Bicho do Mato
- UFRPE
- UPE
- CAOPMA - MPPE
- ASPECTU - Ass. Amb.
- COMMAC - Camaragibe
- RPPN Frei Caneca
- 19º Grupo de Escoteiros
- Distrito Estadual de Fernando de Noronha
- Escola Proª Isaura França
- Prefeitura de Paulista
- Prefeitura de Itamaracá
- Prefeitura de Tamararé
- CEN/PE
- EDMAIS Apoio à Mulher
- Guarda Municipal Recife
- Lima & Falcão Advocacia
- OMAN
- Pires Advogados
- PLANTEC
- SEMA - Cabo de Santo Agostinho
- TV GLOBO
- Banco de Mudanças
- Coletivo CASA
- IANDÊ
- Semear Terra
- Novo Olhar
- Rádio Dom Bosco
- UCAM
- SRHE - PE
- SENAC

- IMA
- SEMARH
- UFAL
- COOPF Murici
- SINDAÇUCAR
- BRASKEM
- CASAL
- IPMA
- Usina Coruripe
- Usina Seresta
- Assentamento Ernesto Che Guevara
- RPPN Osvaldo Timóteo
- RPPN Fazenda São Pedro
- Grupo Toledo
- Instituto Salsa de Praja
- UJAMFEV
- Associação Benef. da Com. Boca do Rio
- Colônia 2-17
- FAEAL
- IFOSPAM
- JR. Archievment
- PAU-BRASIL Planejamento
- Prefeitura Satuba
- SEMPA - Maceió
- SEMMA - Rio Lago
- Caminho das Alagoas Turismo
- Usina Sto. Antônio
- Batalhão da Polícia Militar
- SEMAM - São Miguel
- SEMAN - Marechal Deodoro
- Associação de Moradores de Fernão Velho
- Assoc. Mord. F. Velho
- MOVIDA
- Corpo de Bombeiros
- SEBRAE

- UFPB
- SUDEMA
- SEMAM - João Pessoa
- SEMAM - Bayeux
- APAN
- ASPLAN
- Usina Japungu
- UEPB
- Associação Guariju
- AMATA
- Guardião
- Jornal da Paraíba
- Jornal Correio da Paraíba
- LDC Energia
- Portal Paraíba Ambiental
- Prefeitura Bananeiras
- SINDALCOOL
- Sítio Agroecológico
- Centro Cultural Alquimista
- CPDAC
- Sec. Turismo - Rio Tinto
- Rede de Juristas
- Fundação Margarida Maria Alves
- AZ Consultoria
- Fundação Viva Cidade
- RPPN Gurug
- SENAI/SESI/SEBRAE



Bruno Paes Castelo Branco

Possui graduação em Ciências Biológicas Bach. / Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). É certificado pela *University of California* em *Sustainable Environmental Management* no *Environmental Leadership Program* (2011). Possui cursos em Ferramentas Econômicas para Conservação da Mata Atlântica, Pagamentos por Serviços Ambientais, Gestão Participativa de UCs, Sistema de Informação Geográfica (SIG), Restauração Ecológica, Espécies Exóticas Invasoras, Permacultura e SAFs. Integra a equipe da Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE) desde 2008. Atualmente é Coordenador Técnico da AMANE, apoiando todos dos projetos da Instituição. Tem experiência em elaboração e gestão de projetos nos seguintes temas: restauração ecológica, articulação de lideranças, planejamento e gestão de Unidades de Conservação, planos de manejo, repartição de benefícios socioambientais e conservação da biodiversidade. Representa a AMANE no Conselho Consultivo da Reserva Biológica de Saltinho (PE), da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (PE) e no Fórum Pernambucano de Mudanças Climáticas.

Contato: paes.bruno@gmail.com



Maria das Dores de V. C. Melo


Possui graduação em arquitetura e urbanismo, 1983, especialização em Cartografia Aplicada ao Geoprocessamento, 1998, e mestrado em urbanismo pela UFPE, 2003. Atuou como presidente da Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), tendo coordenado projeto de Mapeamento da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; projeto técnico de criação do Parque Nacional do Catimbau; projeto Vivendo a Mata Atlântica, dentre outros. Atualmente é Diretora Executiva da Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE), coordenando projetos de Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação; Rede de gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco; Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Mata Atlântica, em Alagoas; Corredor da Mata Atlântica do Nordeste; projetos de proteção da biodiversidade do Complexo Florestal de Murici e da Serra do Urubu, em Alagoas, dentre outros. É coordenadora do Colegiado Regional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Nordeste.

Contato:doramelo@amane.org.br

CAPÍTULO

II

O TEAR



A consciência, a inteligência, o pensamento do que se passa na nossa própria vida, na sociedade, na história, no mundo, vêm sempre muito tarde. A ave de Minerva levanta-se quando o dia vai terminar, e está quase tudo irremediavelmente realizado. A inteligência, o pensamento, a consciência que nos faltam advirão antes que termine o milênio?

Edgar Morin

CONEXÕES EM REDE: FIOS QUE TECEM UM NOVO PARADIGMA

Carla J. H. Coelho

O homem não é o que é, mas sim o que pode vir a ser na Rede de relações em que se tece. A espécie humana não se define por um modelo que o antecede, por uma essência que o caracteriza, nem é apenas o que as circunstâncias fizeram dela. O ser humano se define pelo lançar-se no futuro, antecipando por meio de um projeto, a sua ação consciente sobre o mundo.¹ Essa condição atua de forma ambígua: de certa forma fragiliza o homem, na medida em que ele perde a segurança característica da vida animal em harmonia com a natureza, mas, o que parece ser sua fragilidade, é justamente a característica humana da capacidade de produzir sua própria história.

Esse fazer-se a cada instante acontece nas relações entre os homens e mulheres no e com o mundo e levou o ser humano, ao longo da história da humanidade, a buscar incessantemente compreender o mundo onde vive e atribuir sentido a esse mundo e as suas ações, desencadeando processos de relações consigo, com o outro e com o meio.

O entendimento sobre o mundo e o sentido atribuído às ações no mundo correspondem a um conjunto de valores que são construídos a partir de desejos, anseios e aspirações dos indivíduos, influenciados pelos processos de reflexão, ou das filosofias de vida, que se gestam nos processos educativos, estes influenciados pelo que se compreende por ciência. Do grego – *episteme* = ciência; do latim – *scientia* = conhecimento.

A reflexão sobre o sentido da vida influencia as decisões pessoais diante dos dilemas existenciais que levam o ser humano a adotar certas atitudes. Tais reflexões constituem parâmetros de convivência social e da relação entre os sujeitos com o meio ambiente. Nesse sentido, para uma vivência sustentável, seria necessário a consciência de que tudo está interligado de forma recíproca e interdependente.

De acordo com Fritjof Capra (1996), todas as formas de vida, das células mais primitivas, das estruturas mais simples entre plantas e insetos, até os seres humanos, se organizam seguindo padrões que têm em comum um único princípio básico: estamos todos ligados uns aos outros, vivemos em rede, em relações interdependentes. Tudo, em todas as dimensões biológicas, em todos os níveis, cada célula que pulsa em nosso corpo à vida social, depende do conjunto para se sustentar. E isso constitui a vida.

¹ARANHA & MARTINS (1993) retomam GUSDORF (1978).

No entanto, a consciência dessa interdependência foi comprometida devido à lógica do pensamento fragmentado que nasce e se desenvolve a partir da modernidade com o antropocentrismo, balizado pela ciência cartesiana que separa razão e corporeidade e pelo positivismo que postula a neutralidade científica. A lógica antropocêntrica que é mecanicista e linear influenciou a construção do conhecimento que subsidia os valores da cultura ocidental.

A construção de uma sociedade, pela cultura, vai demarcando a intencionalidade da construção dos conhecimentos que influenciam os valores. Humberto Maturana (1997) chama atenção para o fato de que, não somente há uma circularidade relacional entre o viver e o educar-se, como também, a partir do que cada sociedade, em seu modo de viver (sua cultura), atribui como valores, ela vai estabelecendo seus conceitos sobre o que é vida, ética, o que leva os sujeitos sociais a, desse mesmo modo, se relacionarem entre si e com o meio onde vivem. Para algumas culturas o processo de desenvolvimento do humano implica reconectar-se à natureza, para outras, o “progresso humano” corresponde a um processo de transformação da natureza para o benefício do homem.

Em cada grupo humano, o desenvolvimento dos valores balizadores das atitudes e posturas constitui um processo de resposta à pergunta: o que realmente necessitamos para nos tornarmos mais humanos? Uma sociedade se forma com suas características através de uma cultura. Ao observar essa cultura podemos ter pistas importantes sobre a intencionalidade dos conhecimentos construídos e as influências destes, na formação dos valores importantes em cada sociedade. Os grupos sociais convivem e constroem seus valores de acordo com os valores de seu tempo e cultura.

Para nós, ocidentais, os valores de convivência dos sujeitos entre si e de cada um com o meio ambiente se instala em um domínio de trocas, de símbolos, de intenções, padrões culturais e relações de poder. Nossas relações herdamos a visão ocidental antropocêntrica de fragmentação e hierarquia de poder entre os homens e deles com a natureza. Nossa cultura construiu valores pelos quais a natureza é vista como objeto que está a serviço do humano para ser explorada de forma insustentável.

Desde a antiguidade, os objetivos da ciência tinham sido a sabedoria, a compreensão da ordem natural e a vida em harmonia com ela. A ciência era realizada ‘para maior glória de Deus’ ou, como diziam os chineses, para ‘acompanhar a ordem natural’ e ‘fluir na corrente do tao’ [...] A partir de Bacon, o objetivo da ciência passou a ser aquele conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza... Os termos em que Bacon defendeu esse novo método empírico de investigação eram não só apaixonados, mas, com frequência, francamente rancorosos. A natureza, na opinião dele, tinha de ser ‘acossada em seus descaminhos’, ‘obrigada a servir’ e ‘escravizada’. Devia ser ‘reduzida à obediência’ e o objetivo do cientista era ‘extrair da natureza, sob tortura, todos os seus segredos (CAPRA, 1996).

Essa relação complexa entre educação, ciência, sociedade e cultura, na qual uma condiciona a outra e, através da qual, o conhecimento produzido influencia a visão de mundo a que se nomeia como paradigma, o qual influencia os valores combustíveis das atitudes, se fortalece através do conhecimento produzido na educação nos seus diferentes âmbitos, incluindo os processos de formação e capacitação dos gestores que atuam com as áreas de proteção ambiental.

Nós ocidentais, herdeiros de uma visão predominantemente antropocêntrica marcada pelo legado da modernidade, temos construído conhecimentos (epistemologias) e valores (ética) que nos levou a uma visão de mundo fragmentada, compromissada com uma lógica social de crescimento econômico a todo custo. Mesmo que para que se cresça economicamente, tenha-se que colocar a vida em risco como reflete Macy e Brown (2004).

Vivemos um momento extraordinário na Terra. Temos mais capacidade e conhecimento técnico do que nossos ancestrais jamais puderam sonhar. Nossos telescópios permitem-nos recuar no tempo e ver o início de nosso universo; nossos microscópios abrem os códigos do núcleo da vida orgânica; nossos satélites revelam padrões climáticos globais e o comportamento oculto de nações distantes. Quem, mesmo há um século, teria imaginado tal abundância de informação e poder? Ao mesmo tempo, testemunhamos a destruição da vida em dimensões que as gerações precedentes não vislumbraram na história. [...]. Hoje, não se trata de uma simples floresta aqui ou algumas fazendas ou pesqueiros ali; hoje, espécies inteiras estão morrendo – e culturas inteiras, e ecossistemas em escala global, chegando até o plâncton que produz o oxigênio dos mares. (MACY e BROWN, 2004).

Os valores influenciam as relações dos sujeitos com a natureza e essas relações se determinam por meio da convivência socioambiental e das práticas educativas e científicas. Vale destacar que essa visão dissociada nem sempre esteve presente nas ações e atitudes humanas; podendo, assim, ser transformadas.

A partir da modernidade, com Galileu e outros importantes representantes desse período e suas concepções que formularam a ciência moderna, associada em seguida ao advento do capitalismo, a busca da essência é substituída pela função das coisas.

Doravante não haverá de interessar a busca do ser de objetos e processos, mas o seu funcionamento; o que agora se pretende é desvendar as relações entre forças naturais e corpos em movimento, relações essas devidamente expressas em fórmulas matemáticas. E isto implica numa alteração fundamental quanto ao propósito do conhecimento. [...] quer se conhecer, com o intuito de se interferir na criação, de se atuar sobre a natureza para dominá-la mais facilmente e, em decorrência, extrair-lhe mais lucros e vantagens (DUARTE JR., 2006).

Tal propósito desperta um forte interesse nos comerciantes e políticos que veem nessa nova forma de se fazer ciência uma aliada que respalda suas práticas de obtenção de lucro e suas intenções de ampliar o sistema político comercial.

A concepção atual de ciência como empreendimento associado ao progresso material estava ausente em toda a antiguidade, período em que ciência se confundia com filosofia; diferentemente da concepção moderna na qual a ciência está associada à tecnologia. A ciência antiga, a partir das civilizações chinesas, trazem as concepções de complementaridade e movimento oriundas das noções de YIN & YANG como forças que regulam o universo como um todo; para os egípcios, a ciência procurava resolver problemas práticos e atender às questões espirituais; os gregos despendem esforços para se desvincular do pensamento mítico, mas o cosmos é o centro das formulações científicas; no período medieval, a visão de mundo era baseada na teologia cristã com enfoque teológico, para com a qual, apesar dos prejuízos advindos do fundamentalismo inerente a esse paradigma, a natureza ainda guarda uma conotação sagrada.

Os renascentistas começam a inaugurar outra lógica de pensar a ciência. Para eles, os antigos modelos teóricos já não comportavam o volume gigantesco dos novos conhecimentos deixando a maioria das perguntas sem respostas. É a ciência moderna que inaugura um modelo de fazer ciência com características próprias: a ciência busca encontrar explicações que sejam ao mesmo tempo sistemáticas e controláveis; organiza e classifica o conhecimento sobre a base de princípios explicativos. A ciência moderna busca sistemas unificados de explicação, diminuindo as contradições. Inaugura assim uma lógica científica pertinente para os modelos econômicos que tem como parâmetro a produção acelerada, a competitividade e o lucro. A ciência contemporânea se funda a partir da “revolução tecnológica”. Os conceitos e as práticas nas diferentes áreas de atuação humana passam a ser determinados pelos parâmetros intelectuais iniciados no século XVII com as descobertas da ciência moderna, a qual encontrou seu auge na era da revolução industrial. Nesse contexto de industrialização, emerge a ideia de um universo uniforme, mecânico e previsível que moldou o desenvolvimento da ciência – e também da tecnologia – tornando-se ainda um paradigma nos diversos campos do saber, incluindo a educação.

Muitos pensadores apontam como uma das principais causas da degradação da vida como um todo no planeta, incluindo a vida humana, o fato de vivermos sob a égide de uma ética cujos valores fundamentais colocam o Homem² como sendo o centro de todas as coisas. Tudo o mais que existe no mundo existe unicamente em função dele.

² Mauro Grün (1996) utiliza, em minha opinião, de forma muito adequada, o termo Homem com H maiúsculo referindo-se à espécie humana – *Homo sapiens* (portanto, à mulher e ao homem), mas ressalta: “não seria de todo inapropriado utilizar o termo homem referindo-se apenas aos homens e não às mulheres”. Ainda segundo o autor, essa utilização se justifica uma vez que está tratando do nascimento do humanismo e dos primórdios da revolução científica nos séculos XVI e XVII, “cujas bases teóricas foram estabelecidas de fato e quase exclusivamente por pessoas do sexo masculino [...] Além do mais, a revolução científica é um fenômeno tipicamente masculino e o uso do termo ‘homens e mulheres’ contribuiria para encobrir o caráter machista da ciência moderna” (p. 23).

Eventos atuais demonstram que alguns caminhos escolhidos nas diversas bifurcações encontradas ao longo da história da humanização nos têm levado a processos de traição à vida comprometendo inclusive as futuras gerações.

A imbricação entre sociedade e ciência, na qual uma interfere na outra e, através da qual, nossa vida é absolutamente impactada, deveriam levar à formulação de questionamentos sobre a eficácia e a sustentabilidade das descobertas científicas. Perguntas relacionadas à sustentabilidade deveriam ser formuladas em toda e qualquer empreitada científica e respondidas mediante políticas de controle estabelecidas sob parâmetros de uma ética a favor da vida (incluindo as futuras gerações). Temos, ao contrário, produzido conhecimentos comprometidos exclusivamente com a lógica do mercado, e as consequências disso tem trazido a banalização da vida, que tem como consequências a exploração da natureza e o consumo sem escrúpulos que desencadeiam doenças e catástrofes ambientais. Diante desse contexto, muitos pensadores, educadores e cientistas nos alertam para o problema fazendo questionamentos tais como: Para onde esse processo nos levará? O que será da civilização humana?

A Organização das Nações Unidas (ONU)³ postula: uma sociedade sustentável é aquela que assegura a saúde e a vitalidade da vida cultura humana e do capital natural, para o presente e para as futuras gerações. A realidade atual de desigualdade social e a ameaça socioambiental demonstram a urgente necessidade de se repensar as bases sobre as quais o desenvolvimento tecnológico e científico está sendo assentado, uma vez que tudo aponta para uma outra realidade, ou seja, esse desenvolvimento está sendo insustentável.

As atitudes dos indivíduos têm sido insustentáveis do ponto de vista da permanência da vida. Uma vez que tais atitudes são movidas por valores que, por sua vez, são influenciados pelos processos educativos, passa a ser pertinente a tese de Toro (2002), qual seja, o conhecimento que está sendo produzido historicamente em nossa cultura ocidental tem engendrado formas de traição à vida. Por isso, configura-se em um conhecimento comprometido do ponto de vista ético e, por essa razão, é relevante a problematização sobre os princípios que orientaram as formulações epistemológicas desencadeadoras de tais conhecimentos, que, por sua vez, interferem nos respectivos valores (hoje perigosamente insustentáveis). A insustentabilidade atinge todos os âmbitos: ecológicos, sociais e existenciais.

Alguns dilemas atuais, tais como aquecimento global x resfriamento global; preservar florestas x produzir alimentos; participar do mundo tecnológico e virtual x resgatar a humanização das relações entre dois (ou mais), entre outros, evidenciam que a ciência moderna não está conseguindo oferecer as respostas necessárias para a compreensão do mundo, à luz de tamanha complexidade.

³ Fonte: <www.pnud.org.br/home/index.php>

Muitas são as dimensões por onde essa reformulação pode ocorrer. O esforço que resulta no presente livro está comprometido com o processo educativo continuado e permanente objetivando o desenvolvimento de uma visão sistêmica que compreende a lógica das conexões em Rede na Capacitação para a Gestão Participativa de áreas protegidas. Ou seja, um processo de formação de pessoas que as capacitem a uma visão sistêmica, operando na lógica Biocêntrica por meio das relações em Rede.

As conexões em Rede: outra visão de mundo e ser humano operando uma outra lógica de relações

No início do Século XX, as ideias provindas da física quântica, de Einstein, Bohr, entre outros, originaram o paradigma da complexidade e o pensamento sistêmico. Para essa nova visão, a natureza e o Universo não constituem o conjunto ou a soma dos objetos existentes, mas uma complexa teia de relações, em constante interação. Nesse ambiente, surge a percepção de que os organismos vivos são sistemas abertos que não podem ser descritos pela termodinâmica clássica, que trabalha com sistemas fechados e isolados. A denominação sistemas abertos originou-se da necessidade de tal sistema interagir com o meio ambiente e retirar dele energia e recursos para sua sobrevivência. São lançadas as bases para resolver a dicotomia do pensamento moderno.

Assim é formulada a Teoria Geral dos Sistemas, que busca unificar as ciências no sentido da interdisciplinaridade, construindo modelos e descobrindo os princípios gerais aplicáveis a sistemas complexos de qualquer natureza por meio do isomorfismo estendido a outras ciências, como princípio geral aplicável a todos os sistemas, focalizando relações entre partes formadoras de um “todo”, e também interligações de diversos sistemas e a sua articulação.

Na abordagem sistêmica, as explicações dos objetos não podem mais ser encontradas unicamente na natureza dos seus constituintes elementares, mas na natureza organizacional e sistêmica, a qual transforma o caráter dos componentes. Os objetos além das características físicas possuem capacidade de interação consigo mesmo e com outros objetos, capacidade de organização e propriedades emergentes, as quais sofrem influência do ambiente e do observador.

De acordo com Morin (2002), trata-se de uma proposta de interpretação de mundo e dos fenômenos que nele ocorrem, ou seja, o pensamento complexo. Nele não predominam o raciocínio fragmentador, o modelo mental binário – ou bem ou mal; ou certo ou errado; ou ocidente ou oriente, tampouco prevalece o utopismo da primazia do todo – o sistemismo reducionista. Uma visão de mundo abrangente deve nascer da complementaridade, do entrelaçamento, do abraço entre esses dois modelos mentais.

O paradigma das conexões em Rede propõe mudanças da visão do indivíduo dentro desse contexto de modernidade e globalização, pela visão abrangente e universal do pensamento complexo levando-se em consideração o seu todo biopsicossocial pelo seu desenvolvimento cognitivo, e finalmente pela substituição das relações de autoridade e poder atual por processos argumentativos que procuram o consenso.

Na perspectiva da Rede, não há como trabalhar com tais indivíduos através da imposição de ideias ou manipulação. Somente serão aceitos e considerados como válido o processo argumentativo e o Discurso Prático que levam ao Comprometimento e Reconhecimento do indivíduo.

Como vimos, a ciência pensada e praticada influencia a visão de mundo que os sujeitos sociais constroem, o que corresponde aos valores paradigmáticos de cada época (cultura) e que se consolidam através dos processos educativos, através da tomada de consciência por meio da vivência. Conforme anunciado no primeiro volume desta série, *Saberes e Fazeres da Mata Atlântica*, a Gestão Participativa se solidifica mediante processos educativos Bio-cêntricos desenvolvidos e não adquiridos por meio da educação continuada e permanente. As mudanças de mentalidade dos sujeitos, ou seja, os valores fundados por uma lógica que reconhece as relações de interdependência, que contribuem para o comprometimento de cada sujeito social, não ocorrerão por uma única via. Não se trata de um esforço realizado por uma área de forma isolada, mas de um esforço conjunto entre as diferentes esferas sociais, o que exige mudanças conceituais e mudança de mentalidade das pessoas. Tal mudança de mentalidade pode ocorrer através dos processos educativos e de capacitação e formação continuada e permanente, sobretudo para aqueles/aquelas que atuam com a gestão ambiental.

Para que se desenvolvam pessoas capazes de criar soluções para os problemas atuais, interferindo no paradigma insustentável atual, é necessária a compreensão de que os problemas de nossa época não podem ser entendidos isoladamente. É necessário um processo educativo que contribua para que se perceba que os problemas atuais são problemas sistêmicos: o que significa que estão interligados numa Rede de relações interdependentes, como demonstra Capra (1996) a partir de um exemplo aplicável.

Somente será possível estabilizar, por exemplo, a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria (CAPRA, 1996).

Para que as mudanças da realidade atual de desigualdade social, devastação ecológica e artificialização da vida sejam alteradas, torna-se indispensável, portanto, um esforço multidisciplinar. Mas os órgãos governamentais, vistos de forma independente, demonstram dificuldades para isso, o que não significa, por ser demasiado o esforço necessário para que ocorra a mudança, que ela não seja viável. O que esse quadro demonstra é a necessidade de mudança de mentalidade que gere mudança de atitudes. Trata-se primeiramente de mudar as concepções que se estabeleceram sob a égide do pensamento ocidental dominante com relação aos conceitos formulados sobre mente, consciência, cognição, e ética; e sobre a concepção que se estabeleceu nesse paradigma sobre ser humano e natureza.

Em última análise, “esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção” (CAPRA, 1996).

Para Capra, essa crise é proveniente de uma visão de mundo obsoleta que está presente na maioria de nós, especialmente em nossas grandes instituições sociais e que implica uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com a realidade atual – “um mundo superpovoado e globalmente interligado” (CAPRA, 1996).

A visão de mundo considerada por Capra como “obsoleta” representa a visão ocidental antropocêntrica, que foi se formulando historicamente desde a Grécia antiga, passando pelo período medieval. Tal visão tem seu apogeu na modernidade, através da ciência moderna, a qual influencia a atualidade, situando-se como ciência clássica e imprimindo princípios os quais, ainda colocados em prática atualmente, impedem a compreensão sobre a interdependência entre os problemas socioambientais e existências.

Esse paradigma não só dominou nossa cultura por séculos, como ajudou a construir a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, e a crença no progresso material ilimitado a ser obtido, na maioria das vezes, sem questionamentos éticos (MORIN, 2005).

É necessária uma educação que promova a mudança dessa visão de mundo e consequentemente a mudança de paradigma. Urge a assunção do paradigma Biocêntrico que considera as relações de interdependências que operam sob a lógica da cooperação em Redes.

Há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores. E, de fato, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade. Porém, essa compreensão ainda não despertou entre a maioria dos nossos líderes políticos. O reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência ainda não atingiu

a maioria dos líderes das nossas corporações, nem os administradores e os professores das nossas grandes universidades (CAPRA, 1996).

A mudança de mentalidade que gera posturas comprometidas com a vida exige que sejam restabelecidos os parâmetros que fundamentaram os modelos educativos e científicos que têm predominado na formação das sociedades atuais, sobretudo na cultura ocidental. Essa mudança não parece que ocorrerá por intermédio de um pensamento reflexivo fragmentado. A perspectiva por onde está sendo tecida a presente reflexão, acredita que o pensamento precisa estar associado ao sentimento que provoca a sensibilização e que capacita a adotar atitudes concretas de mudança de postura.

Para Edgar Morin (2005), o único meio possível de entendimento dos processos componentes da “realidade” seria a aceitação dos contrários como complementares, ou seja, conviver com eles e respeitar os movimentos recursivos entre positivo e negativo, bom e mau, forma e não forma, entre outros. Essa visão pode ser antes encontrada nas ideias do filósofo Heráclito (aproximadamente 540a.C.-470 a.C.) quando alertava para a necessidade da aproximação dos contrários como forma de compreender a “realidade”, e também no pensamento chinês que tem como base uma relação dialógica entre o Yin e o Yan. Essa é uma capacidade de relação de alteridade com a própria realidade. E essa capacidade é possível através da integração das cinco linhas de expressão do potencial genético que existe em cada indivíduo. A saber: a criatividade, a vitalidade, a afetividade, a sexualidade e a transcendência. Linhas de expressão que se encontram prejudicadas e cuja integração ocorre mediante vivências integradoras propostas na metodologia da Educação Biocêntrica que fundamenta as ações socioeducativas da AMANE.

A fim de concretizarmos uma proposta educativa que coloque a vida como centralidade, pautada por relações de alteridade, em que o conhecimento não reduza o outro ao mesmo, privilegiando a ética, e que sejam desenvolvidos valores que considerem a relação interdependente que propicia o comprometimento de cada um, abre-se como desafio e novas perspectivas o aprofundamento, e a vivência, na perspectiva de um paradigma sistêmico e Biocêntrico nos processos de Formação e Capacitação de pessoas que atuam com a Gestão ambiental. Essa perspectiva visa conquistar as mudanças, que remetem a outra postura, proveniente de uma visão de sociedade e ser humano que reconheçam a complexidade, a interconexão e a interdependência como fundantes de todo o processo de desenvolvimento, bem como uma ciência capaz de integrar a fragmentação ocasionada pela ciência moderna, tendo a vida como princípio, o Princípio Biocêntrico e as relações em Rede.

Uma ciência que, segundo Leloup (1998), recupere o divino, que vincula, abandonando a alienação que divide. Quando o sujeito se sente parte do todo e percebe que tudo está in-

terconectado, passa a se responsabilizar. Daí para esse sentimento de responsabilidade se transformar em atitudes concretas requer um processo educativo vivencial.

Para que isso ocorra nos espaços de Gestão das áreas protegidas, necessitamos de uma formação Continuada e Permanente, comprometida com a centralidade da vida. A proposta de articulação em Rede dos gestores que atuam com as áreas protegidas está sendo a experiência relatada nesta obra.

De acordo com Manuel Castells (1999), as Redes se tornaram um dos principais fenômenos sociais da atualidade. A recente revolução da informática deu origem a uma nova economia, estruturada em torno de fluxos de informação, poder e riqueza nas redes financeiras internacionais. A organização em redes tem-se configurado como uma nova forma de organização da atividade humana, designada de sociedade em rede, que analisa a nova estrutura social.

Castells (1999) traz uma contribuição nos seus estudos na construção do conceito de rede aplicado às relações humanas e aos valores inseridos nas estruturas sociais – as novas tecnologias. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação são caracterizadas por atributos como interatividade, mobilidade, convertibilidade, interconectividade, globalização e velocidade que se apresentam por meio de redes.

Ainda de acordo com Castells (1999), as Redes são necessariamente não hierárquicas. Uma das características das Redes são a horizontalidade e o trabalho colaborativo, o qual se mantém, devido à vontade dos integrantes envolvidos. Não há, portanto, concentração da informação e os indivíduos têm livre participação, podendo desenvolver a corresponsabilidade, a construção coletiva e a cooperação. Havendo o respeito à diversidade e a superação das disputas pelo poder, a tendência é que essa característica se torne motivadora do modelo de pirâmide, de forma vertical.

A possibilidade de incorporar essa visão de colaboração e coparticipação que reconhece a conectividade interdependente é possível por meio de processos formativos. A interpretação e compreensão do mundo que geram uma concepção filosófica da realidade ocorrem de diferentes formas, por todas as pessoas independentemente de sua escolaridade ou classe social. Essa é uma necessidade de todos os seres humanos, realizada, conforme Luckesi (1994), como que para “iluminar” o caminho percorrido. Os indivíduos agem no mundo a partir do que consideram “certo ou errado, bem ou mal”, ou seja, do que interpretam do mundo e da realidade, seja essa interpretação explicitada, ou estando ela num nível inconsciente.

Afirmar que todos possuem uma filosofia de vida, significa reconhecer que as pessoas se orientam por valores. A reflexão crítica sobre o sentido e significado da realidade e das

ações humanas representa o exercício filosófico que esclarece a massificação de um agir diário inconsciente. É a possibilidade de se fazer escolhas sobre qual o sentido que vamos dar a nossa existência, como nos alerta Luckesi ao afirmar o que segue:

Se nós não escolhermos qual a nossa filosofia, qual é o sentido que vamos dar a nossa existência, a sociedade na qual vivemos nos dará, não imporá a sua filosofia. E como se diz que o pensamento do setor dominante da sociedade tende a ser o pensamento dominante da própria sociedade, provavelmente aqueles que não buscarem criticamente o sentido para sua existência assumirão esse pensamento dominante como o seu próprio pensamento, a sua própria filosofia. Quem não pensa, é pensado por outros (LUCKESI, 1994).

As diferentes compreensões de mundo levam a concepções que influenciam o agir humano nos diferentes campos de atuação. Essas formas de compreensão da realidade são influenciadas e influenciam o meio e sua historicidade, uma vez que ao mesmo tempo representam a interpretação do mundo e um mecanismo de ação no mundo.

Assim, a educação como um campo de atuação tem sido proposta e desenvolvida de acordo com concepções que retratam compreensões distintas sobre o mundo e os sujeitos. Vale destacar que o pensamento filosófico estabelecido pode estar a serviço do pensamento dominante, como é o caso do pensamento filosófico-político dos filósofos gregos, como aponta Luckesi (1994, p. 28), que expressaram a sociedade aristocrata ateniense, ou como no sentido oposto, quando o pensamento filosófico contribui para a transformação de desigualdades, a exemplo da filosofia de Karl Marx, entre outros. Ou seja, “o pensamento filosófico constituído não é “limpo”, neutro, mas sim embebido de história e de seus problemas, de seus interesses e aspirações” (LUCKESI, 1994).

Nesse sentido, a AMANE mobilizou esforços para a execução do projeto que visou à formação de uma Rede de Gestores no Centro de Endemismo Pernambuco por acreditar que a possibilidade de interação em Rede, entre os sujeitos que atuam direta ou indiretamente com as Unidades de Conservação, numa perspectiva de formação continuada e permanente, poderia contribuir para uma mudança de pensamento e sensibilização que desencadeie a implementação dessas áreas através da Gestão efetivamente Participativa, em que cada um se sente sujeito corresponsável por esse processo.

Para Edgar Morin, o pensamento complexo que fundamenta a conexão em Redes é um pensamento de solidariedade entre tudo o que constitui nossa realidade, que responde ao apelo do verbo latino *complexere* = “abraçar”. O pensamento complexo é assim um pensamento que pratica o abraço. Ele se prolonga na ética da solidariedade.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- _____. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- COELHO, Carla Jeane Helfemsteller. Educação Biocêntrica, tecendo a vida. In: FLORES, Feliciano E. V. (Org.). *Educação Biocêntrica: aprendizagem visceral e integração afetiva*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.
- _____. *A ética Biocêntrica como encarnação da alteridade: da vivência das transformações existenciais à mudança paradigmática*. Tese de Doutorado. Salvador, UFBA, 2011.
- COELHO, Carla Jeane Helfemsteller; MELO, Maria das Dores de V. C. (Orgs.). *Saberes e fazeres da Mata Atlântica do Nordeste: lições para uma gestão participativa*. Recife: AMANE, 2010.
- DUARTE Jr. João Francisco. *O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*. Curitiba: Criar, 2006.
- GRIPP, William G. Saber ambiental, ciência e tecnologia: questões ambientais e novos paradigmas. Palestra I Semana de tecnologia e meio ambiente. UTFPR. Londrina, Junho, 2008.
- GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papyrus, 1996.
- GUSDORF, Georges. *A agonia da nossa civilização*. São Paulo: Convívio, 1978.
- LELOUP, Jean-Yves; WEIL, Pierre; CREMA, Roberto. *Normose: a patologia da normalidade?*. Campinas, SP: Versus Editora, 2003.
- LOVELOCK, James. *Gaia: cura para um planeta doente*. 1. ed. Brasil, Editora Cultrix, 2006.
- LUCKESI, Cipriano C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MACY, Joanna; BROWN, Molly Youn. *Nossa vida como Gaia: práticas para reconectar nossas vidas e nosso mundo*. São Paulo: Ed. Gaia, 2004.
- MATURANA, Humberto. *Emociones y lenguaje en educación y política*. Santiago de Chile: Dolmen, 1997.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 80. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- TORO, Rolando. *Biodanza: integração existencial e desenvolvimento humano por meio da música, do movimento e da expressão dos potenciais genéticos*. São Paulo: Olavobrás, 2002.





Carla J. H.Coelho

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição - FAFIMC/RS (2000), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica /RS (2004) e doutorado em Educação pela UFBA (2011). É Facilitadora Didáta em Biodanza formada pela Escola Gaúcha de Biodança e pela International Biocentric Foundation (IBF). Tem experiência na área de Filosofia com ênfase em ética e epistemologia. Tem experiência na área de Educação com ênfase em Educação Biocêntrica, Educação Popular, ética, alteridade, intersubjetividade, saúde, humanização, Educação Ambiental e Alfabetização. Atualmente é professora no curso de Filosofia com as disciplinas de Ética e Teoria do Conhecimento; Consultora em Educação Popular, Elaboração de Projetos socioambientais, Formação, Capacitação e Gestão Ambiental Participativa, docente nas Escolas de Formação de Facilitadores de Biodanza vinculadas à IBF, facilitadora de grupo regular de Biodança em Aracaju-SE e atua com Aconselhamento filosófico individual e institucional.

Contato: ccfilos2@yahoo.com.br



CAPÍTULO

III

OS FIOS DA REDE

A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado.

Milton Santos

FERRAMENTAS DO TRABALHO

Carla J. H. Coelho

A PROPOSTA DO PROJETO

A ideia da formação da Rede de Gestores de UCs surgiu durante os primeiros cursos realizados no âmbito do Projeto *Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação na Mata Atlântica do Nordeste*, PDA nº 364-MA, que contou com a participação de gestores de Unidades de Conservação dos Estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí.

O Projeto *Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco* (CEP) objetivou contribuir para a implementação de Unidades de Conservação na Mata Atlântica da região denominada CEP, envolvendo os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas por meio da criação de uma Rede de Gestores de UCs. Para o alcance desse objetivo, foi estabelecido como estratégia de execução a realização de seis metas: (1) a estrutura interna para a gestão técnica, administrativa e financeira do projeto; (2) a formação da Rede de Gestores de UCs do CEP propriamente dita; (3) apoio na elaboração de quatro Sistemas Estaduais de UCs-SEUC; (4) a elaboração e implantação de um sistema participativo de monitoria do projeto; (5) a elaboração e implementação de um sistema de comunicação do projeto; e (6) a sistematização das aprendizagens geradas com a execução do projeto.

Essa proposta de Rede de Gestores de UCs tem como missão apoiar a geração de conhecimentos para a elaboração de políticas públicas, com vistas a ampliar a escala de impacto das experiências desenvolvidas pelo projeto sob o tema da gestão participativa de UCs.

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

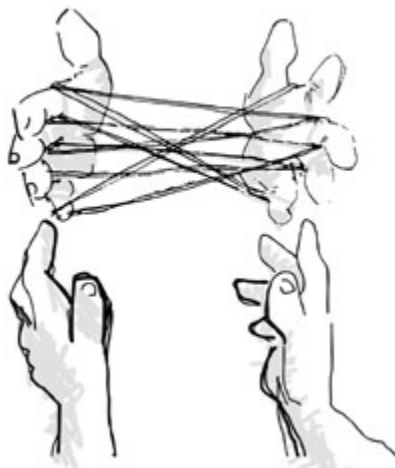
A metodologia utilizada em todas as atividades pauta-se pela proposta de partilha e socialização de saberes e construção sociointeracionistas de conhecimentos, com base em diferentes experiências de todos os envolvidos no processo por meio de exposições dialogadas, palestras, oficinas, debates, exibição de vídeos e trabalhos em grupos.

Trata-se de uma ação realizada na perspectiva da formação permanente e continuada cuja metodologia se fundamenta nas correntes epistemológicas da Educação Biocêntrica, de Rolando Toro, e da Educação Dialógica e Libertadora, de Paulo Freire. A perspectiva é a de

que, concomitantemente ao processo de integração e articulação dos gestores em Rede, estes possam desenvolver posturas que levem à colaboração, união, organização, reconstrução do conhecimento, sensibilidade e capacidade de escuta e diálogo. Capacidades imprescindíveis para o trabalho com o meio ambiente.

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO E METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a formação da Rede de Gestores foi construída e fortalecida mediante a realização de quatro estratégias metodológicas: a primeira estratégia metodológica foi a realização de reuniões e encontros presenciais que ocorreram desde o início da execução do projeto em cada Estado do CEP com a participação dos gestores já capacitados pela AMANE e outros atores (gestores) que se foram incorporando à Rede ao longo do processo. A segunda estratégia metodológica foi a realização de Encontros Estaduais (EE) envolvendo um maior número de integrantes que participaram direta e indiretamente da gestão das Unidades de Conservação nos Estados. A terceira estratégia metodológica foi a implementação de um grupo de trabalho virtual criado em cada um dos quatro Estados, seguido da elaboração e envio do Boletim Informativo da Rede e da criação de uma página virtual (recentemente substituída pela página da AMANE na rede social Facebook – facebook.com/amane_ong), que constitui um canal de comunicação permanente e de troca de experiências e informações sobre a implementação das UCs propiciando, assim, a gestão participativa. E a quarta estratégia metodológica foi a assessoria contínua e permanente da AMANE aos gestores realizada durante o período de execução do projeto, através de contato virtual, por telefone e, quando necessário, de forma presencial.



COMUNICAÇÃO EM REDE

Claudia Vital

A comunicação na Rede de Gestores de UCs é ferramenta fundamental para a sua estruturação e funcionamento. Vários foram os desafios encontrados: as barreiras burocráticas dos órgãos de governo, a difícil integração dos gestores, a falta de cultura e prática de se comunicar em redes.

Apesar das reuniões e encontros periódicos do projeto, os gestores permaneciam isolados, mesmo que as necessidades, os problemas, as dúvidas e as expectativas fossem similares, não havia compartilhamento. A troca de informações é imprescindível para integrar ideias, propor soluções, unir esforços para atingir o objetivo principal e comum a todos: proteger a Mata Atlântica do Nordeste.

Para efetivamente estabelecer uma comunicação igualitária, democrática e participativa foi criado um espaço virtual para a interação e o intercâmbio de experiências e apoio à implementação de políticas públicas.

A princípio, a ideia de redes nos remete a imagem de fios, malhas, teias que formam um tecido comum através de conexões. No entanto, em um sentido mais profundo, as redes formam o padrão básico e comum a qualquer tipo de vida, os ecossistemas. No livro *As conexões ocultas*, o físico austríaco Fritjof Capra busca mostrar que todas as formas de vida, desde as células mais primitivas até as sociedades humanas, se organizam segundo o mesmo padrão.

“O padrão em rede, especificamente, é um dos padrões de organização mais básicos de todos os sistemas vivos. Em todos os níveis de vida – desde as redes metabólicas das células até as teias alimentares dos ecossistemas –, os componentes e os processos dos sistemas vivos se interligam em forma de rede. A aplicação de compreensão sistêmica da vida ao domínio social, portanto, identifica-se à aplicação do nosso conhecimento dos padrões e princípios básicos de organização da vida – e, em específico, da nossa compreensão das redes vivas – à realidade social”.

Essa dinâmica, aparentemente complexa, baseada na compreensão sistêmica, holística, serviu como inspiração. Aplicá-la à comunicação foi o primeiro grande desafio desse trabalho que visava, entre outras coisas, criar uma rede de articulação na qual não houvesse hierarquias, moderações, mas um sistema baseado na autogestão, que oferecesse autonomia para os seus integrantes e ao mesmo tempo os tornasse interdependentes.

Formando a Rede

Foram criadas quatro Redes virtuais, sendo uma para cada Estado do CEP, logo após os primeiros Encontros Estaduais. Inicialmente as Redes só funcionavam para que a AMANE postasse informes e artigos e, nesse sentido, percebia-se que havia pouco retorno por parte dos gestores. Aos poucos eles foram contribuindo e interagindo com temas relacionados às suas Unidades e outros assuntos tratados nos demais eventos presenciais. Havia a expectativa de que as quatro Redes viessem a integrar uma única Rede regional, mas, ao longo do projeto, percebeu-se que manter as Redes separadas por Estado evitaria o recebimento de um número exagerado de *e-mails* com informações não direcionadas.

Para a participação nas redes virtuais, optou-se por convidar somente aqueles que estiveram presentes nos encontros e reuniões do projeto ou que solicitaram a própria inserção, essa foi uma maneira encontrada de formar grupos cujos integrantes estivessem realmente interessados e envolvidos na gestão de UCs.

Para facilitar a troca de informações foi criado um *site* que permitia maior interação do que a alcançada nos grupos de *e-mails*, pois que se constatou o interesse em socializar imagens, vídeos, lidar com ferramentas mais dinâmicas. A partir dessa demanda, em março de 2010 foi lançado o *site* “Rede de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica do Centro de Endemismo Pernambuco”. Para hospedar a página eletrônica foi escolhida a plataforma Ning. No formato de rede social, no *site* havia várias ferramentas de suporte para textos, vídeos, fotografias, *chat*, grupos etc. Para participar, bastava acessar <redesgestoresucdocep.ning.com> e efetuar o cadastro. Houve dificuldades de acesso por parte de alguns gestores de órgãos governamentais que se deparavam, nos seus locais de trabalho, com programas instalados nos sistemas que bloqueavam o acesso a esse tipo de mídia. Essa página ficou no ar durante 20 meses, porém, verificou-se que a ferramenta não surtira muito efeito entre os gestores, não cumprindo, assim, sua missão de agilizar a integração dos participantes nem de inovar formas de apresentação de resultados. Atualmente esse *site* não está mais no ar. Para acompanhar uma tendência global de articulação, optamos pela criação de uma *fan page* da AMANE no Facebook (www.facebook.com/amane.org). Essa rede social possibilita uma maior interatividade com os gestores articulados no projeto, além de atender à demanda de comunicação com um público mais abrangente.

Para imprimir a marca da Rede, foi criada uma logomarca (**Figura 1**) associando as pessoas com a natureza em desenho estilizado, que foi usada em todos os veículos de comunicação do projeto, como folder, cartazes, *banners* e apresentações virtuais.

Foram elaborados *folders* (**Figura 2**) e *banners* (**Figura 3**) para expandir a divulgação do projeto. Até então, a comunicação interna estava voltada apenas para aqueles que faziam

parte da Rede e frequentavam as reuniões e encontros. O *folder* apresentou o projeto para um público mais amplo, informando o objetivo, as atividades, as redes e o *site* de relacionamento. Os *banners* tiveram a mesma função, porém, foram utilizados em situações mais específicas como eventos, reuniões, congressos, oficinas ou seminários.

A cada reunião e encontro estadual realizados, a Rede ganhava novos adeptos, novos assuntos surgiam, comentários sobre as notícias, informes sobre cursos, simpósios, divulgação de eventos, em suma, abriu-se um espaço que tornava cada vez cada vez mais amplo para expressar opiniões.

A moderação das Redes vem sendo realizada ainda pela AMANE, mas os gestores atuam também observando e contribuindo com o foco da Rede na Mata Atlântica. Algumas vezes foi necessário enviar mensagens para alertar sobre o desvio do foco real da Rede e lembrar a todos o porquê de se estar ali, em rede, conectados, ou seja: alcançar um objetivo comum.

A criação do Boletim Informativo (**Figura 4**) passou a atualizar quinzenalmente os gestores sobre as últimas notícias a respeito de temas relacionados à Mata Atlântica do Nordeste, UCs e políticas públicas envolvidas. O “Em Redes – O Boletim Informativo da Rede de Gestores da Mata Atlântica do Nordeste” teve 21 edições e caráter participativo, permitindo que fosse construído coletivamente através de notícias enviadas pelos próprios gestores. A emissão do Boletim vem tendo continuidade com o apoio do Projeto *Corredor da Mata Atlântica do Nordeste: definição, planejamento e ações-piloto para a formulação de políticas públicas*, coordenado pela SAVE Brasil, em parceria com a AMANE e com o apoio do PDA/MMA. Com essa continuidade o Boletim passa também a atender gestores de Sergipe e do Norte da Bahia.



Figura 1 – Logomarca

Assessorando



Em paralelo, a comunicação externa, direcionada ao grande público através de jornais, *sites*, revistas, rádio e TV, estava sendo desenvolvida visto que o conteúdo do projeto também



Figura 2 – Folder



Figura 3 – Banners

Boletim informativo da Rede de Gestores da
Mata Atlântica do Nordeste

www.redegestoresucdocep.ning.com 21ª edição - novembro de 2011
quinzenal














Participe da construção do boletim "Em Redes", envie notícias que tenham a ver com a Mata Atlântica do Nordeste para comunicacao@amane.org.br.

[Entre em contato com os senadores que votaram o novo código](#)
O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável (#florestafazdiferença) publicou em seu site telefones e e-mails de todos os senadores que participaram da votação do novo código florestal.

[Conferência em Durban propõe 'marco legal' para o clima em 2015](#)
Após duas semanas de intensas negociações que ainda devem entrar pela madrugada e possivelmente durar até a tarde deste sábado (10), os ministros reunidos na COP-17, a conferência do clima de Durban, concordaram em lançar um "marco legal" para combater a mudança climática após 2020 que envolva todos os países.

[Na África do Sul, Marina Silva critica Código Florestal e pede veto de Dilma](#)
A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse nesta quarta-feira (7) que o texto do Código Florestal aprovado pelo Senado dificultará a contenção das emissões de gases-estufa do Brasil, já que o desmatamento é responsável por parte considerável delas.

[Terceiro Retiro Pedagógico da AMANE revê e planeja ações reforçando a integração da equipe](#)
A AMANE realizou seu terceiro Retiro Pedagógico nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2011 na praia de Tamararé/PE. Onze pessoas, entre equipe permanente e consultores da AMANE e SAVE/Brasil estiveram presentes com o objetivo de se integrar, avaliar as ações (aspectos técnicos, sentimentos, interesses e resultados) e planejar ações futuras considerando a missão da AMANE e os anseios da equipe.

Realização:  Parceiros:       Apoio:      

powered by
MailChimp

Figura 4 – Boletim

deveria ser de interesse público. Para cada encontro estadual ou evento que envolvesse o projeto, elaborava-se um *release* contendo todas as informações necessárias para se produzir uma matéria jornalística. Esses materiais foram enviados para a imprensa, estadual e regional, além de ser divulgado no *site* da AMANE.

No total, 78 matérias foram publicadas sobre o projeto, 57 em jornais, *sites*, *blogs* e 21 em TVs e programas de rádio. Nesse período, o *site* da AMANE teve 52.060 acessos, com média de 82,50 por dia.

A experiência de se comunicar em Rede

Do telégrafo às redes sociais, a comunicação evoluiu para que o intercâmbio de informações fosse feito de forma mais rápida, clara, dinâmica e acessível. Sem a comunicação não seria possível interagir e sem a interação não haveria a Rede. A troca de ideias, interesses, sentimentos, informações é fruto da necessidade de compartilhar, de aprimorar e multiplicar conhecimentos.

À medida que o projeto se fortalecia, a Rede ganhava corpo. Os primeiros indícios de funcionamento aconteciam à medida que as pessoas demonstravam estar por dentro dos acontecimentos. Muitos ainda se sentiam tímidos para participar, no entanto, compareciam aos eventos ou comentavam sobre as discussões, notícias que rolavam na Rede. Havia dúvidas de que ela tivesse fôlego para funcionar sozinha. Na maioria das vezes, era preciso *puxar* assunto, dar o primeiro passo. Com o tempo, aos poucos, foi havendo um crescente envolvimento dos gestores, o que veio a estimular um maior intercâmbio de informações. Assim, o diálogo começou a ser construído naturalmente.

Com um espaço aberto para ler, trocar, fomentar, desenvolver ideias e dialogar, os gestores, mesmo estando isolado em suas Unidades, já não estavam mais sozinho em seus objetivos. A experiência de se comunicar em rede mostra que o aprendizado em conjunto pode ser muito mais rico e positivo do que se pensava e muitos têm encontrado nesse espaço a motivação que faltava para realizar seus trabalhos com mais ânimo e confiança. Garantir a eficácia da comunicação e a constante movimentação da Rede continua sendo um desafio para todos que a compõem. É preciso estar atento ao seu significado, há necessidade de manter o foco, lembrar que objetivo final, ou seja, o de proteger a Mata Atlântica do Nordeste, deve ser maior do que as diferenças.

Durante esse tempo, foi possível perceber que a comunicação em rede, além de facilitar o envio e recebimento de mensagens, aproxima as pessoas em torno de um tema comum, revelando afinidades e fortalecendo processos. Se juntos todos somos um, certamente estando em rede, unidos por um objetivo, seremos mais forte.



Claudia Vital

É jornalista, paranaense e mora no Recife há 10 anos. Trabalhou como assessora de imprensa, crítica de cinema e repórter de TV. Fez cursos de jornalismo ambiental, participou de diversas oficinas na área de comunicação, mídias sociais, cultura e sustentabilidade. Foi assessora de comunicação na Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE) durante três anos. Hoje presta consultorias e realiza lançamentos de livros.

Contato: falaclaudinha@hotmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS

Liza Rolim Baggio

A atividade legislativa é um processo encantador e complexo. Da mesma forma é a participatividade. Durante a realização deste projeto, essas duas questões estiveram sempre presentes, por vezes auxiliando para torná-lo mais desafiador, mas sempre com o intuito de enriquecer o processo.

Inicialmente, uma das metas a serem alcançadas no projeto era a de auxiliar os Estados integrantes do CEP – AL, PE, PB e RN – a construir, de forma participativa, minutas de lei versando sobre seus Sistemas de Unidades de Conservação (SEUCs).

Conforme está explicitado ao final deste artigo, em razão das mudanças na situação de fato observadas no início das atividades legislativas, o projeto teve que ser adaptado. Assim, em vez de quatro SEUCs, foram elaboradas, junto com os Gestores de Unidades de Conservação, minutas de lei instituindo (i) os Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação (SEUC) dos Estados de Alagoas e da Paraíba; (ii) um Sistema Municipal de Áreas Protegidas do Município de Natal (SMAP) e (iii) uma minuta de decreto regulamentando alguns artigos do SEUC-PE.

Longe de pretender trazer conclusões definitivas e fechadas sobre o tema, ou traçar regras a serem observadas em projetos semelhantes, as ideias a seguir apresentadas objetivam tão somente fornecer considerações extraídas das experiências envolvendo a construção participativa de Sistemas de Unidade de Conservação nos quatro Estados atendidos por este projeto, na esperança de que tais experiências possam contribuir com trabalhos similares, que prevejam a criação participativa de instrumentos normativos.

Como preparação para essa atividade, a ideia era debater com os gestores sobre o conceito jurídico de Lei¹ e Decreto², apresentar o panorama legal sobre o Sistema Nacional de UCs (Lei nº 9.985/2000-SNUC) e os Sistemas Estaduais e Municipais de UCs (SEUCs e SMUCs, respectivamente) existentes no país e, principalmente, apreender, a partir dos relatos dos participantes, elementos importantes da realidade do local.

Para alguns, a discussão inicial deve ter soado muito jurídica, complexa demais. O que pode ter bloqueado algum tipo de participação, tornando o processo mais desafiador. Por outro

¹ O conceito teórico de lei prevê que ela deve ser genérica e abstrata, para que possa alcançar situações futuras e não apenas uma determinada situação. Para tanto, como regra geral, seu enunciado deve tender a ser abstrato, de modo a abranger o maior número possível de circunstâncias.

² Já o Decreto tem a função de explicar a lei, esclarecer os dispositivos legalmente previstos, através de normas complementares à lei, garantindo, assim, a sua fiel aplicação.

lado, é importante que se faça esse tipo de reflexão, para que a atividade legislativa proposta não pare perdida entre um mar de ideias, e possa se guiar pelos limites que tais definições traçam.

A pluralidade de colaboradores, que contribuiu de maneira positiva com as discussões, permitindo que fossem contempladas diversas opiniões e experiências, muitas vezes emperrou o processo pela falta de foco, impedimentos de agendas, entre outras dificuldades que tendem a crescer na medida em que aumenta o número de participantes. Ao mesmo tempo essa diversidade foi bastante positiva, revelando as peculiaridades locais que poderiam ser contempladas pela lei.

Interessante notar que a mesma característica que às vezes auxilia o processo também pode prejudicá-lo, assim como o aspecto positivo inicialmente visualizado pode se revelar também um obstáculo a ser vencido. Eis a complexidade e o encantamento que o processo legislativo participativo possibilita!

O presente relato decorre da experiência vivenciada durante a elaboração dessas minutas de lei e decreto feitas com gestores de Unidades de Conservação do CEP.

Como dito, não se trata de um passo a passo, mas apenas algumas observações colhidas em todas as atividades realizadas, desde a concepção até a execução de todo o processo legislativo.

Feitas essas considerações, aqui vão algumas observações:

- **Conhecer o panorama legal sobre a matéria que a minuta legislativa irá tratar e apresentá-lo aos participantes.**

Conhecer a situação legal do assunto a ser tratado pela norma que se pretende criar é condição essencial para a realização dessa atividade. Essa visão panorâmica deve orientar, inclusive, na própria escolha do tema.

Dependendo da situação encontrada, mas vale investir em um projeto de divulgação das normas existentes, do que criar outra norma jurídica³.

No presente projeto, foi pensada a criação de SEUCs após a constatação de que os Estados possuíam especificidades não contempladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Também se observou que vários Estados brasileiros⁴, conscientes dessa realidade, já haviam implantado seus SEUC ou Sistema Estadual de Áreas Protegidas (SEAP), ou esta-

³ Esse pensamento, atribuído ao filósofo francês Montesquieu, resume bem essa ideia: "Muitas leis nenhuma lei".

⁴ Após a Lei do SNUC – Lei nº 9.985/2000, vários Estados elaboraram seus próprios sistemas de unidades de conservação. Quando do início das atividades desse projeto, os Estados do AC, AM, BA, CE, GO, MG, PE, RO, SC, SE, TO já possuíam seus SEUCs.

vam trabalhando na sua criação. Da mesma forma, pouco a pouco os municípios começavam a instituir seus Sistemas Municipais de Unidade de Conservação (SMUCs) ou Sistemas Municipais de Áreas Protegidas⁵ (SMAPs);

- **Discutir com os participantes noções e conceitos jurídicos referentes aos instrumentos legais – leis e decretos – que se pretende elaborar.**

Estabelecer a diferença conceitual entre lei e decreto (tarefa que muitas vezes, na prática, torna-se difícil⁶) também é importante, pois poderá orientar o conteúdo e o nível de detalhamento da norma a ser criada;

- **Permitir a participatividade sem perder o foco.**

É comum o fato de que a inclusão de diversos participantes, com ideias, prioridades e conhecimentos diferentes dificulte um pouco o processo e provoque a perda de foco no trabalho.

Por isso, deve-se ter muito do *jogo de cintura* para manter o assunto nos trilhos, e elaborar um roteiro de trabalho que possa ser seguido e adaptado sempre que necessário.

- **Incentivar a participatividade e extrair dos envolvidos informações relevantes sobre diversos aspectos da realidade local.**

É interessante buscar maneiras criativas de possibilitar a participação e fazer com que os subsídios obtidos sejam levados em consideração durante todo o processo de elaboração da norma.

- **Dividir o processo em fases de pré-conclusão e versão final.**

Tentar realizar o processo de maneira simultânea de forma que todas as minutas sejam pré-concluídas quase ao mesmo tempo, para que, antes da elaboração da versão final, possa haver efetiva contribuição entre os Estados, os quais poderão compartilhar os resultados das discussões, aproveitando e/ou melhorando alguns dos dispositivos criados.

- **Formar um Grupo de Trabalho comprometido e assíduo.**

A existência de pessoas interessadas no tema e com disponibilidade para participar das reuniões e discussões por um período considerável de tempo revela-se extremamente importante para a realização do projeto dentro do cronograma previsto. Frequentemente, a rotatividade dos cargos comissionados, não raras as vezes ocupados por funcionários en-

⁵ Os SEAPs e os SMAPs são sistemas mais abrangentes, que contemplam outras espécies de áreas protegidas, além das Unidades de Conservação.

⁶ A Constituição Federal de 1988 – que é a lei maior e que deveria, na teoria, conter princípios e regras gerais que orientariam as demais normas jurídicas – possui alguns artigos muito específicos, como é o caso do art. 242, § 2º que estabelece: “o Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal”.

Por outro lado, alguns decretos, em vez de detalhar a norma e facilitar sua execução, copiam integralmente a lei que está sendo regulamentada por eles. Isso ocorre em várias passagens do Decreto federal nº 4.340/2002. Tais exemplos, entre muito outros existentes, mostram que as diferenças descritas entre os conceitos de lei e de decreto nem sempre são aplicadas na prática.

volvidos na gestão de Unidades de Conservação, acarreta um grande atraso no trabalho, em razão da perda de continuidade do processo, que deve ser reiniciado à medida que os ocupantes desses cargos vão se alternando.

- **Reorganizar a estratégia inicialmente traçada e propor soluções viáveis diante de impossibilidades e/ou possibilidades externas.**

Por fim, deve-se ter em mente que à época da concepção do projeto, o contexto fático, político e/ou institucional observado no Estado ou Município podia estar diferente daquele encontrado quando da execução do processo.

No caso em questão, quando do início do projeto, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado de Pernambuco já havia sido instituído pela Lei nº 13.787/2009. Assim, foi feito um trabalho de divulgação dessa Lei entre os gestores, e elaborada a minuta de um decreto regulamentando alguns artigos dessa Lei, os quais tratam do processo de criação das UCs e de Planos de Manejo.

Já no Rio Grande do Norte, não sendo possível elaborar o SEUC-RN, os gestores municipais foram apoiados na concepção do SMAP de Natal, em consonância com o Plano Diretor daquele município.

O importante é que o projeto conseguiu oferecer apoio aos quatro Estados (AL, PE, PB e RN) para que eles elaborassem o instrumento normativo mais adequado às suas necessidades, visando à criação e/ou implementação de seus Sistemas de Unidades de Conservação.

Tais resultados, apesar de não terem sido aqueles inicialmente previstos, atenderam aos objetivos gerais do Projeto *Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco* e aos objetivos e às metas do PDA/MMA.



Liza Rolim Baggio

Advogada ambientalista - Mestrado em Teoria Geral do Estado e Filosofia do Direito (2005) - Nanterre - França - Paris X (Monografia: A Soberania do Estado: Fonte de Direitos e Obrigações em Matéria Ambiental). - Especialização em Educação, Política e Gestão Ambiental (2007) - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (Monografia: A importância do Conselho Gestor para a Efetividade da Gestão das Unidades de Conservação). Prestação de serviços de consultoria e advocacia ambiental na Pires Advogados & Consultores (maio de 2006 a fevereiro de 2008). Consultora Jurídica da AMANE desde setembro de 2007. Atualmente coordena o Departamento de Direito Ambiental do escritório Lima & Falcão Advogados, no Recife.

Contato: lizabaggio@hotmail.com

CADASTRO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Letícia Almeida de Paula

O Cadastro das Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco surgiu como parte de uma das ações estratégicas da AMANE que se propõe a fortalecer a gestão e a efetividade dessas áreas.

Este capítulo contém informações básicas sobre as UCs nos Estados de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em conjunto, essas informações constituem um panorama da situação atual dessas áreas⁷ e possibilitam uma análise de como se tem dado a participação da sociedade na gestão dessas reservas a começar da identificação dos Conselhos Gestores.

O Cadastro foi elaborado em várias etapas e contemplou as informações disponibilizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão das áreas protegidas e pelos gestores dos quatro Estados atendidos pelo projeto. A primeira versão foi elaborada com base nas informações coletadas no Projeto *Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação da Mata Atlântica do Nordeste* (PDA-364 MA). Na ocasião, os participantes responderam a um questionário, que foi elaborado com a finalidade de levantar dados a respeito das UCs onde atuavam como gestores (Apêndice 1). Também foram consultados documentos e publicações disponíveis em meio virtual ou impresso nos sites do ICMBio e das Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs): Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH-PE), Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA-PB), Instituto do Meio Ambiente (IMA-AL) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA-RN).

Na sequência, uma versão preliminar foi enviada à Rede Virtual de Gestores de UCs de cada um dos Estados⁸. Os participantes contribuíram com a revisão, complementação e correção das informações apresentadas no documento. Paralelamente foi realizada uma pesquisa entre os representantes das OEMAs que também fizeram a revisão e inseriram informações referentes a decretos e portarias de criação das UCs e dos Conselhos Gestores que já haviam sido criados até então.

Esperamos que as informações aqui apresentadas possam servir como referência e fonte de consulta para gestores, pesquisadores e demais interessados. Além disso, como nem todas as

⁷ Optou-se por utilizar somente as categorias que estão de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000), uma vez que, dos Estados abordados neste estudo, somente Pernambuco, até a edição deste documento, possui um Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

⁸ As Redes Virtuais de Gestores de UCs de PE, AL, PB e RN também são um produto do Projeto PDA Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco.

UCs estão incluídas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação⁹ (CNUC), esperamos também contribuir para que sejam monitorados e atualizados os déficits de informações.

Área abrangida pelas UCs

A **Tabela 1** apresenta as UCs de cada um dos Estados do CEP – Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte – e fornece informações básicas como nome, área e decreto de criação.

A área ocupada por UCs nesses Estados, de acordo com os grupos de manejo: Proteção Integral, Uso Sustentável¹⁰, Não Classificadas de acordo com o SNUC e Em Processo de Criação, está representada na **Figura 1**. Cada coluna apresenta a área abrangida, em mil hectares, pelas UCs em cada um desses grupos.

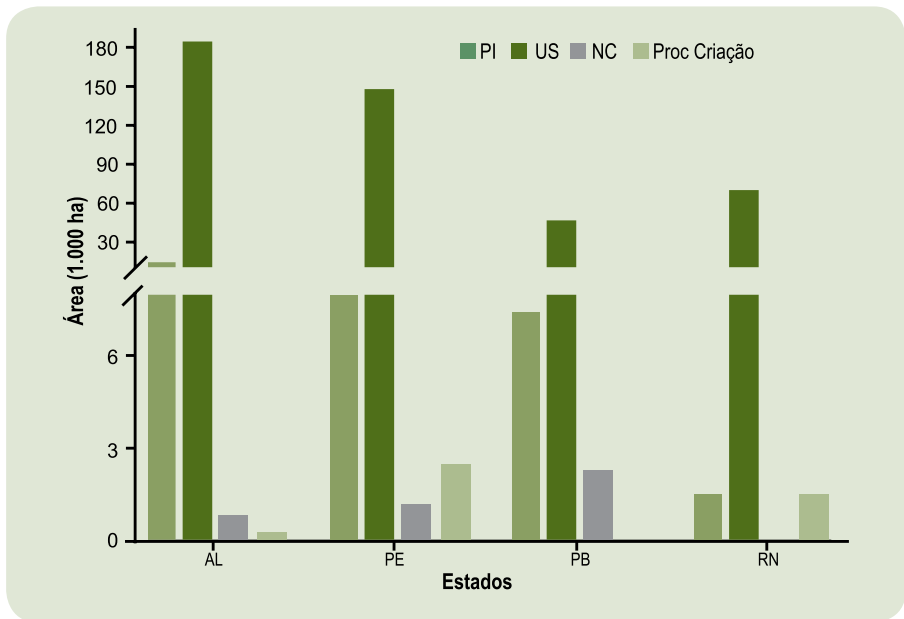


Figura 1 – Área, em mil hectares, abrangida por Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco (CEP) – Estados de Alagoas (AL), Pernambuco (PE), Paraíba (PB) e Rio Grande do Norte (RN) – de acordo com os grupos de manejo: Proteção Integral, Uso Sustentável, Não Classificada de acordo com o SNUC e Em Processo de Criação.

⁹ O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é um banco de dados que armazena as informações oficiais do SNUC e oferece a possibilidade de consultas personalizadas, relatórios e mapas. O portal é mantido pelo Ministério do Meio Ambiente e pode ser acessado no endereço www.mma.gov.br/cadastro_uc

¹⁰ O SNUC categoriza as UCs de acordo com os objetivos primários, ou seja, a razão pela qual a Unidade é criada; e os objetivos secundários, tais como, consequências indiretas da criação dessas áreas. De acordo com tais objetivos, essas UCs se enquadram em dois grupos distintos: Proteção Integral e Uso Sustentável. No primeiro grupo, as atividades de exploração ou aproveitamento de recursos naturais são restritas. As alterações ambientais também são proibidas, excetuando-se os casos em que seja necessária a restauração dos ecossistemas que foram anteriormente modificados. No segundo grupo, a exploração ou o aproveitamento econômico direto é permitido desde que realizado de forma planejada e regulamentada com vistas a garantir a perpetuidade de comunidades animais e vegetais.

A prevalência de UC do grupo Uso Sustentável no CEP suscita uma importante discussão a respeito da efetividade das UCs em seu objetivo de conservação da biodiversidade. Segundo Dourojeanni e Pádua (2007), apesar de as UCs desse grupo serem importantes e necessárias, não há estudos que comprovem que a utilização dos elementos naturais dentro das reservas seja efetivamente sustentável. Eles argumentam o fato de que, nas UCs de Uso Sustentável, a proteção da biodiversidade tem limitações devido ao fato de o objetivo primário ser a produção de bens, sendo tidas, por conseguinte “apenas [como áreas] coadjuvantes na tarefa de preservação”.

A situação das UCs nordestinas mostra-se ainda mais crítica devido ao fato de a Floresta Atlântica, nessa região, ter-se resumido a fragmentos de tamanhos bastante reduzidos, geralmente menores que 100 hectares (COSTA, 2010). Essas áreas estão sujeitas a variáveis ecológicas, como efeito de borda e cruzamentos endogâmicos, por exemplo, que têm efeitos maiores quanto menor for a área do fragmento e maior a distância entre eles, o que vem a acentuar os riscos de extinções e/ou inviabilidade das populações de animais e vegetais que ali habitam (RICKLEFS, 2003).

Quantidade de UCs no CEP

A quantidade de UCs em cada um dos Estados do CEP, com base nos grupos de manejo: Proteção Integral, Uso Sustentável e das Não Categorizadas de acordo com o SNUC¹¹ ou estão Em Processo de Criação, está representada na **Figura 2**.

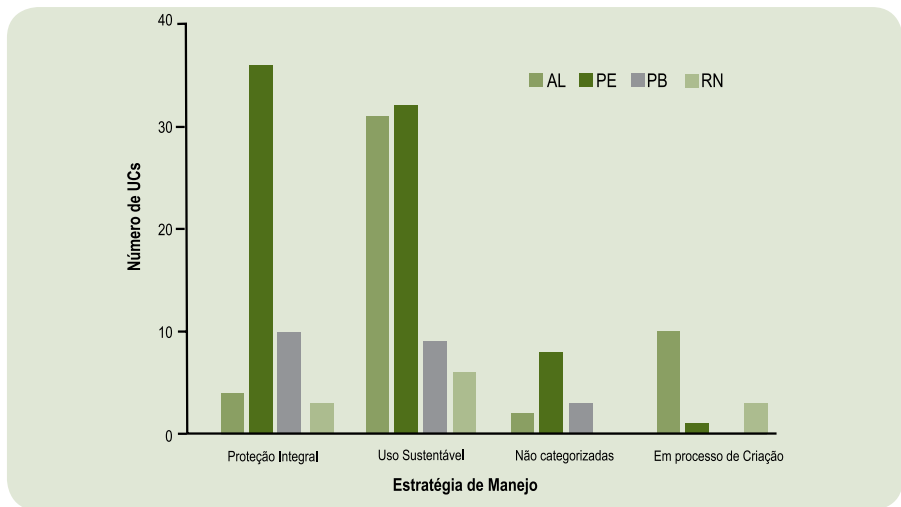


Figura 2 – Quantidade de Unidades de Conservação em cada Estado do Centro de Endemismo Pernambuco (CEP) – Alagoas (AL), Pernambuco (PE), Paraíba (PB) e Rio Grande do Norte (RN) – distribuídas de acordo com os grupos de manejo: Proteção Integral, Uso Sustentável, Não Categorizadas de acordo com o SNUC e Em Processo de Criação.

¹¹ O Estado de Pernambuco tem o maior número de UCs Não Categorizadas de acordo com o SNUC devido às 8 (oito) Florestas Urbanas. Vale ressaltar, no entanto, que essa categoria está presente no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

As UCs existentes em cada Estado do CEP estão distribuídas em diversas categorias de manejo do SNUC¹². No grupo de Proteção Integral, a categoria com a maior quantidade de reservas é o Refúgio de Vida Silvestre (RVS). O grupo de Uso Sustentável é liderado pelas RPPNs.

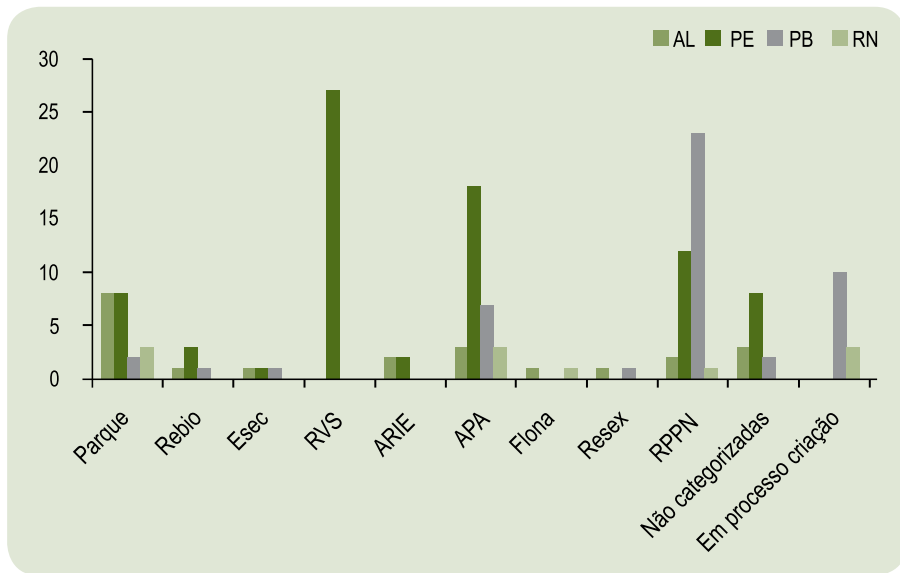


Figura 3 – Distribuição das UCs de acordo com a categoria de manejo do SNUC.

ALAGOAS

Nesse Estado, existem 184.409,30 hectares de áreas protegidas por UCs e um total de 47 (quarenta e sete) Unidades¹³. Na **Figura 4**, pode-se identificar a área coberta por UC, respectivamente, nos grupos de Proteção Integral, Uso Sustentável, UCs Não Categorizadas de acordo com o SNUC e Em Processo de Criação.

¹² Optou-se pela utilização da sigla em algumas categorias com o objetivo de facilitar a visualização da figura. São elas: **Rebio** – Reserva Biológica; **Esec** – Estação Ecológica; **RVS** – Refúgio de Vida Silvestre; **Mona** – Monumento Natural; **ARIE** – Área de Relevante Interesse Ecológico; **APA** – Área de Preservação Ambiental; **Flona** – Floresta Nacional; **Resex** – Reserva Extrativista; **RPPN** – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

¹³ No período em que foi elaborado este cadastro, havia 10 (dez) RPPNs Em Processo de Criação e com processos em análise no Instituto do Meio Ambiente (IMA) do estado.

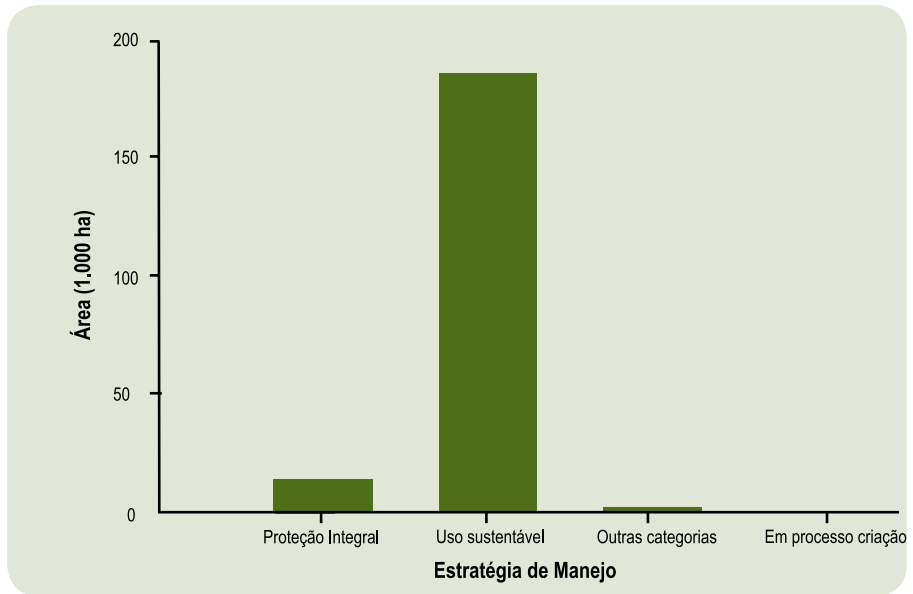


Figura 4 – Número de hectares protegidos de acordo com os grupos de manejo do SNUC em Alagoas.

Na **Figura 5**, está representada a quantidade de UCs existentes no Estado de acordo com as categorias do SNUC.

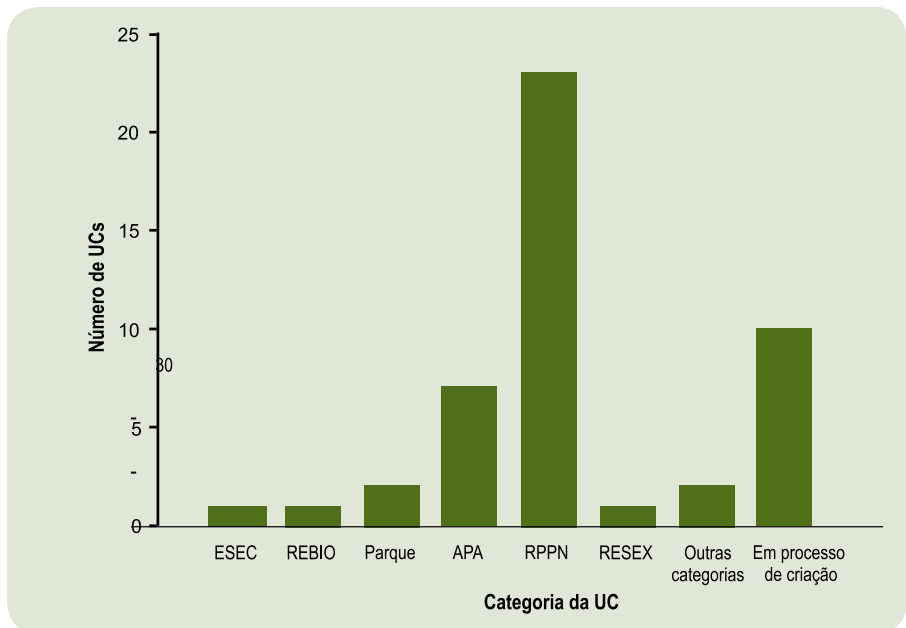


Figura 5 – Quantidade de UCs de acordo com as categorias do SNUC em Alagoas.

A categoria no Estado alagoano com maior número de UCs é a das RPPNs, do grupo de Uso Sustentável. Alagoas também abriga a ESEC Murici, que é a maior UC de Proteção Integral do CEP com cerca de 6 mil hectares.

No que diz respeito à participação da sociedade na gestão das UCs, existem sete Conselhos Gestores estabelecidos¹⁴ em Alagoas. A AMANE tem assento em dois deles, o da ESEC e o da APA Murici.

PERNAMBUCO

Nesse Estado, existem 157.936,95 hectares de áreas protegidas por UCs e um total de 76 (setenta e seis) unidades.

Até 2011, Pernambuco possuía um grande número de UCs Não Categorizadas de acordo com o SNUC representadas pelas 32 (trinta e duas) Reservas Ecológicas que foram criadas em 1978. Com a publicação da Lei nº 14.324/2011 (Anexo 3), a maioria delas, 31 (trinta e uma), foi recategorizada: duas delas se tornaram Parques Estaduais¹⁵, 21 (vinte e um) Refúgios de Vida Silvestre¹⁶ e 8 (oito) Florestas Urbanas¹⁷ (FURB). O Jardim Botânico do Recife é a única área protegida que não será recategorizada já que seus objetivos de gestão não condizem com nenhuma das categorias propostas pelo SNUC.

Pernambuco foi o primeiro Estado do CEP a criar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação por meio da Lei nº 13.787/2009. Essa Lei, além de definir critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs, apresenta estratégias para apoio e incentivo ao Sistema e discute sobre as infrações cometidas e possíveis penalidades.

Na **Figura 6**, está representada a área (em hectares) protegida pelas UCs de acordo com o grupo de Proteção Integral, Uso Sustentável ou outras categorias.

¹⁴ Conselhos Consultivos no Estado de Alagoas: APA Murici, APA Santa Rita, APA Catolé e Fernão Velho, APA Marituba do Peixe, APA Pratagy, RESEC Saco de Pedra e RESEC Manguezais da Lagoa do Roteiro.

¹⁵ Mata de Duas Lagoas e Mata do Zumbi.

¹⁶ Mata de Miritiba; Mata de Bom Jardim; Mata do Contra-Acude; Mata do Urucu; Mata Serra do Cotovelo; Mata Serra do Cumaru; Matas do Sistema Gurjaú; Mata de Mussaíba; Mata do Engenho Salgadinho; Mata da Usina São José; Mata de Caraúna; Mata do Engenho Moreninho; Mata de São João da Várzea; Mata do Curado; Mata do Engenho Uchoa; Mata de Tapacurá; Mata do Camucim; Mata do Engenho Tapacurá; Mata do Outeiro do Pedro; Mata do Quizanga; Mata do Toró.

¹⁷ Mata de São Bento; Mata de Camaçari; Mata de Jangadinha; Mata de Manassu; Mata do Passarinho; Mata de Jaguarana; Mata do Janga; Mata de Dois Unidos. Por não estarem contidas no SNUC, as UCs dessa categoria ficaram em um grupo à parte neste cadastro (UCs Não Categorizadas de acordo com o SNUC).

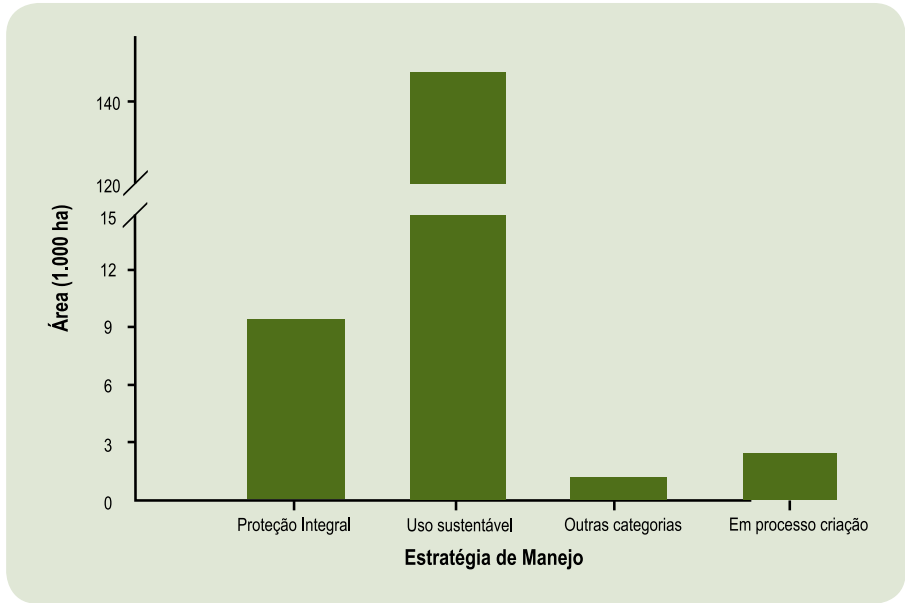


Figura 6 – Número de hectares protegidos de acordo com os objetivos de manejo em Pernambuco.

A **Figura 7** apresenta as categorias de UCs existentes em Pernambuco e o total de Unidades em cada uma delas.

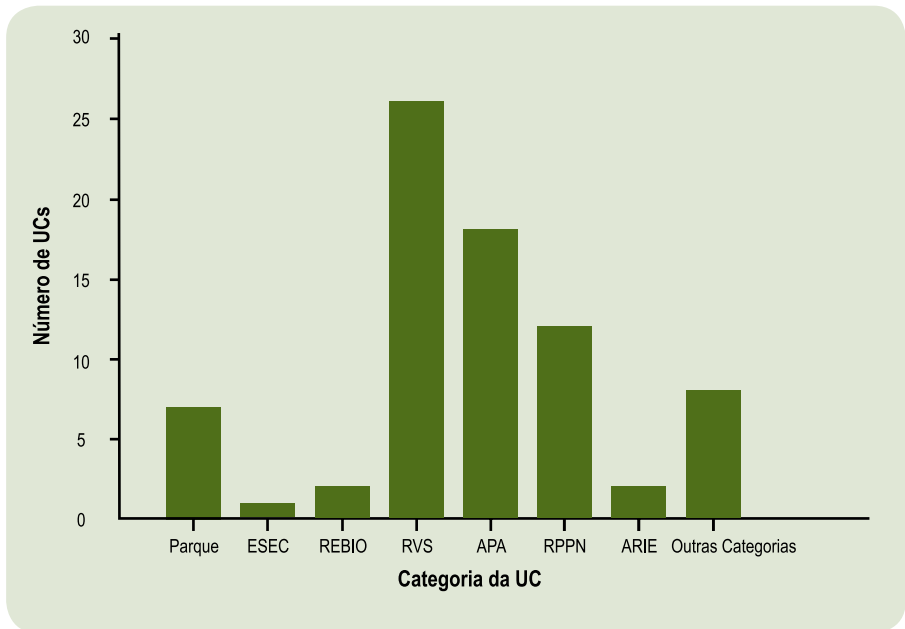


Figura 7 – Unidades de Conservação presentes no Estado de Pernambuco de acordo com as categorias do SNUC.

No que diz respeito à participação da sociedade na gestão dessas reservas, apenas a Reserva Biológica de Salinho, administrada pelo ICMBio, possui um Conselho Consultivo que vem atuando desde 2008. Em 2012, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) deu início a um amplo processo de mobilização para a formação de 44 (quarenta e quatro) novos Conselhos Gestores de Unidades estaduais. Espera-se que até o final deste ano sejam criados 22 (vinte e dois) conselhos.

E para garantir uma gestão articulada e mais eficiente, o Estado pretende instituir Mosaicos de Unidades de Conservação¹⁸, na Região Metropolitana do Recife, que conta hoje com 42 (quarenta e duas) Unidades.

PARAÍBA

Nesse Estado, existem 55.575,52 hectares de áreas protegidas e um total de 22 (vinte e duas) Unidades.

Na **Figura 8**, pode-se identificar a distribuição das UCs, de acordo com a área, dos grupos de Proteção Integral, de Uso Sustentável e das UCs Não Categorizadas de acordo com o SNUC.

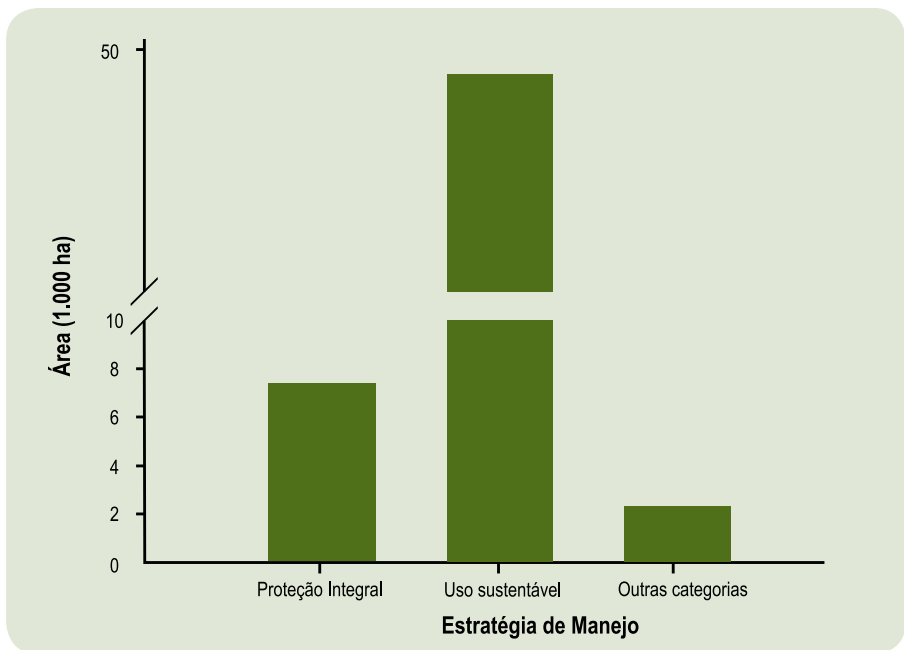


Figura 8 – Número de hectares protegidos de acordo com os grupos de manejo na Paraíba.

¹⁸ Conforme ficou definido no artigo 26 do SNUC, Lei nº 9.985/2000 e Decreto nº 4.340/2002.

A quantidade de UCs paraibanas em cada uma das categorias do SNUC está representada na **Figura 9**. O maior número delas é de parques.

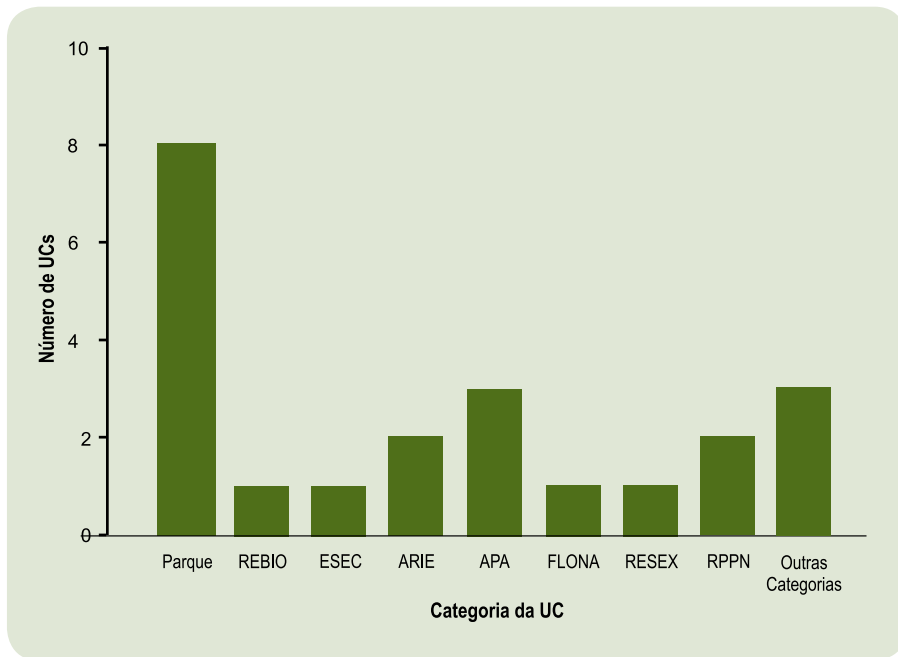


Figura 9 – Quantidade de UCs de acordo com as categorias do SNUC na Paraíba.

No que diz respeito à participação da sociedade na gestão das UCs paraibanas, existem apenas 2 (dois) conselhos consultivos¹⁹. Outros 3 (três) conselhos funcionaram temporariamente, mesmo sem formalização²⁰, mas agora estão inativos, e, atualmente, estão sendo formados mais 2 (dois) conselhos²¹.

RIO GRANDE DO NORTE

No Rio Grande do Norte, 75.614,20 hectares são áreas protegidas por UCs, e no total são 12 (doze) Unidades.

Na **Figura 10**, pode-se identificar a área coberta pelas UCs dos grupos de Proteção Integral, Uso Sustentável e das UCs Não Categorizadas de acordo com o SNUC no Estado.

¹⁹ Conselhos Consultivos no Estado da Paraíba: APA Tambaba e Parque Estadual da Areia Vermelha.

²⁰ Conselho Consultivo do Parque Estadual da Mata do Pau-Ferro e do Parque Estadual da Mata do Xem-xem.

²¹ Conselhos Consultivos que estão sendo formados: APA do Roncador e Parque Estadual Mata do Pau-Ferro.

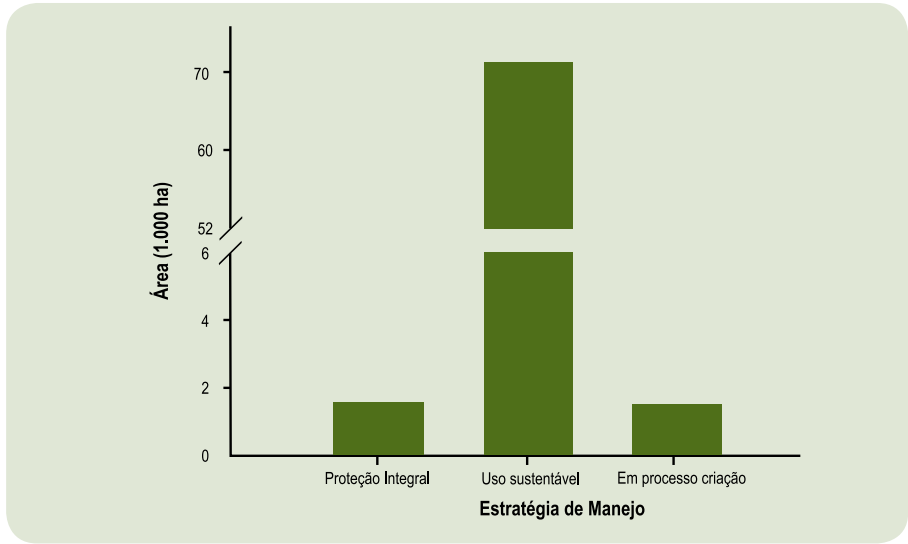


Figura 10 – Número de hectares protegidos de acordo com os grupos de manejo no Rio Grande do Norte.

Na Figura 11, está representada a quantidade de UCs no Rio Grande do Norte em cada uma das categorias do SNUC. O Estado possui a mesma quantidade de Parques que pertencem ao grupo de Proteção Integral e de APAs do grupo de Uso Sustentável.

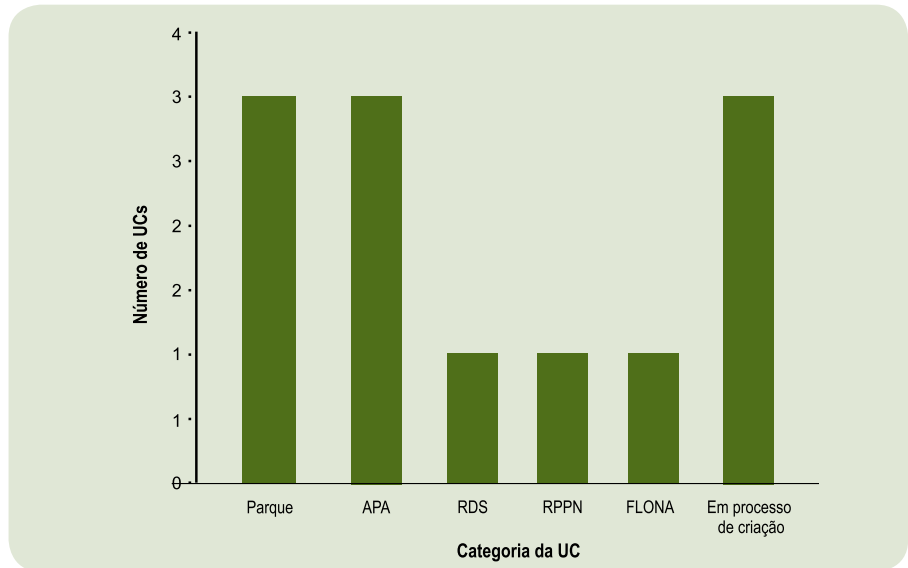


Figura 11 – Quantidade de UCs de acordo com as categorias do SNUC no Rio Grande do Norte.

Quanto à participação da sociedade na gestão destas UCs, existem 5 (cinco) Conselhos Consultivos²² no Estado.

²² Conselhos Consultivos no Estado do Rio Grande do Norte: Parque Mata de Pipa, APA Jenipabu, APA Piquiri/Una, RDS Ponta do Tubarão e Flona de Nísia Floresta.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. *Diversidade biológica e conservação da Floresta Atlântica ao norte do Rio São Francisco*. PÔRTO, Kátia Cavalcanti; ALMEIDA-CORTEZ, Jarcilene S. de; TABARELLI, Marcelo (Orgs.). 363 p. (Biodiversidade, 14). Brasília, 2006.
- COSTA, C. Conservação da biodiversidade. In: COELHO & MELO (Orgs.). *Saberes e fazeres da Mata Atlântica do Nordeste: lições para uma gestão participativa*. Recife: AMANE, 2010. 202 p.
- DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001. 308 p.
- MYERS, N. *et. al.* Biodiversity hotspots for conservation priorities. In: *Nature*. v. 403, 2000.
- RICKLEFES, R. E. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2010. 570 p.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário aplicado aos gestores participantes do PDA – Capacitação de Gestores de Unidades de Conservação do Nordeste



QUESTIONÁRIO

Este questionário visa subsidiar a construção de um Diagnóstico Inicial – linha de base para o acompanhamento de um Plano de Monitoria do Projeto *Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação na Mata Atlântica do Nordeste*, realizado pela AMANE, com o apoio do PDA/MMA.

DADOS PESSOAIS

Nome Completo	
Data de Nascimento	
Endereço Completo	
Cidade / Estado	
E-mail	
Telefone / Celular	
Instituição	
Função / Cargo	
Escolaridade	
Profissão	

SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Qual o nome e a categoria da Unidade de Conservação em que você atua?

Quais os principais problemas que atingem esta Unidade de Conservação?

Quais as soluções que você vislumbra para os problemas apresentados?

SOBRE O CONSELHO GESTOR

A Unidade possui conselho gestor? Ele funciona? As reuniões acontecem com que frequência?

Como acontece a participação da sociedade civil? O conselho é paritário (50% poder público, 50% sociedade civil)?

O conselho possui orçamento? Esse orçamento é demonstrado de forma transparente para os conselheiros?

O conselho se relaciona com outros fóruns ou redes (conselhos de meio ambiente estaduais, municipais, comitês da Reserva da Biosfera)?

Como acontece a participação do setor privado.

Que sugestões você daria para o melhor funcionamento do conselho?

Dê uma pontuação, de 0 a 10, para o seu conselho gestor.

Representatividade (número de setores representados)	
Quantidade de reuniões realizadas por ano	
Número de pessoas mobilizadas	
Conteúdo das reuniões	
Poder de interferir positivamente na gestão da Unidade	
Articulação com outros fóruns ambientais ou redes	
Participação da sociedade civil	

SOBRE PLANO DE MANEJO E PROJETOS

A Unidade tem Plano de Manejo? Foi ou está sendo implementado?

Cite projetos e programas que a Unidade está desenvolvendo.

Apêndice 2 – Tabela 1: Lista de UCs dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
PROTEÇÃO INTEGRAL					
Alagoas					
Estação Ecológica de Murici	ESEC	6.116,00	2001	Decreto Federal s/nº em 28/05/2001	Murici
Parque Municipal de Maceió	Parque	82,00	1993	Lei Municipal nº 2541/93	Maceió
Parque Municipal Marinho de Paripueira	Parque	3.200,00	1993	Lei Municipal nº 12/93	Paripueira
Reserva Biológica de Pedra Talhada	Rebio	4.469,00	1989	Decreto Federal nº 98.524/89	Quebrangulo
Total de ha		13.867,00			
Pernambuco					
Estação Ecológica Caetés	ESEC	157,00	1998	Lei nº 11.622/98	Paulista
Parque Estadual de Duas Lagoas	Parque	140,30	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo de Santo Agostinho
Parque Estadual Dois Irmãos	Parque	387,40	1998	Lei Estadual nº 11.622/98	Recife
Parque Estadual Mata do Zumbi	Parque	292,40	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo de Santo Agostinho
Parque Natural Estadual de SUAPE	Parque	1.608,00	1980	Decreto Estadual nº 6.727/80	Cabo de Santo Agostinho
Parque Natural do Forte de Tamandaré	Parque	353,30	2003	Decreto Municipal nº 013/03	Tamandaré
Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro	Parque	13,80	2008	Lei Municipal nº 16.176/96 e 17.511/08	Recife
Parque Natural Municipal Matas do Mucuri-Hymalaia	Parque	104,36	2010	Lei Municipal nº 882/10	Bonito
Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Cumaru	RVS	16,40	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo de Santo Agostinho
Refúgio de Vida Silvestre Mata Camucim	RVS	40,24	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	São Lourenço

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
PROTEÇÃO INTEGRAL					
Pernambuco					
Refúgio de Vida Silvestre de Contra Açude	RVS	114,56	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo
Refúgio de Vida Silvestre Mata da Serra do Cotovelo	RVS	545,40	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo
Refúgio de Vida Silvestre Mata da Usina São José	RVS	298,78	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Igarassu
Refúgio de Vida Silvestre Mata de Caraúna	RVS	169,32	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Moreno
Refúgio de Vida Silvestre Mata de Miritiba	RVS	273,40	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Abreu e Lima
Refúgio de Vida Silvestre Mata de Mussaíba	RVS	272,20	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Jaboatão dos Guararapes
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Amparo	RVS	172,90	2008	Lei Estadual nº 13.539/08	Itamaracá
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Bom Jardim	RVS	245,28	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo de Santo Agostinho
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Curado	RVS	102,96	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Recife
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Moreninho	RVS	66,48	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Moreno
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Tapacurá	RVS	316,32	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	São Lourenço da Mata
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Uchôa	RVS	20,00	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Recife
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho São João	RVS	34,00	2008	Lei Estadual nº 13.539/08	Itamaracá
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Salgadinho	RVS	257,00	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Jaboatão dos Guararapes

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
PROTEÇÃO INTEGRAL					
Pernambuco					
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Jaguaribe	RVS	107,36	2008	Lei Estadual nº 13.539/08	Itamaracá
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Outeiro do Pedro	RVS	51,24	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	São Lourenço da Mata
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Quizanga	RVS	228,96	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	São Lourenço da Mata
Refúgio de Vida Silvestre Mata do São João da Várzea	RVS	64,52	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Recife
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Toro	RVS	80,70	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	São Lourenço da Mata
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Uruçu	RVS	351,41	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo de Santo Agostinho
Refúgio de Vida Silvestre Mata Engenho Macaxeira	RVS	60,84	2008	Lei Estadual nº 13.539/08	Itamaracá
Refúgio de Vida Silvestre Mata Lanço dos Cações	RVS	50,12	2008	Lei Estadual nº 13.539/08	Itamaracá
Refúgio de Vida Silvestre Mata Tapacurá	RVS	100,92	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	São Lourenço da Mata
Reserva Biológica de Saltinho	Rebio	548,00	1983	Decreto Federal nº 88.744/83	Tamandaré
Reserva Biológica de Serra Negra	Rebio	1.100,00	1982	Decreto Federal nº 87.591/82	Floresta
Reserva Ecológica Mata do Sistema Gurjaú	RVS	744,47	1987	Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo de Santo Agostinho
Total de ha		9.490,34			
Paraíba					
Parque Estadual Mata do Pau-Ferro	Parque	607,00	2005	Decreto Estadual nº 26.098/05	Areia
Parque Estadual Mata do Xem-Xem	Parque	182,00	2000	Decreto Estadual nº 21.262/00	Bayeux
Parque Estadual Pico do Jabre	Parque	851,00	2002	Decreto Estadual nº 23.096/02	Matureia

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
PROTEÇÃO INTEGRAL					
Paraíba					
Parque Estadual Mata de Jacaparé	Parque	380,00	2002	Decreto Estadual nº 23.836/02	João Pessoa
Parque Estadual Mata do Aratu	Parque	341,00	2002	Decreto Estadual nº 23.838/02	João Pessoa
Parque Estadual do Poeta e Repentista Juvenal de Oliveira	Parque	419,51	2010	Decreto Estadual nº 20.889/10	Campina Grande
Parque Ecológico Municipal da Barra de Camaratuba	Parque	178,00	1998	Lei Municipal nº 001/98	Mataraca
Parque Municipal Lauro Xavier	Parque	22,33	2002	Lei Municipal nº 9.839/02	João Pessoa
Reserva Biológica Guariba	Rebio	4.321,00	1990	Decreto Federal nº 98.884/90	Mamanguape
Estação Ecológica Pau-Brasil	ESEC	82,00	2002	Decreto Estadual nº 22.881/02	Mamanguape
Total de ha		7.383,84			
Rio Grande do Norte					
Parque das Dunas	Parque	1.172,00	1977	Decreto Estadual nº 7.237/77	Natal
Parque Mata da Pipa	Parque	290,88	2006	Decreto Estadual nº 19.341 /06	Tibau do Sul
Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte (Parque da Cidade)	Parque	62,20	2006	Decreto Municipal nº 8.078/06	Natal
Total de ha		1.525,08			
USO SUSTENTÁVEL					
Alagoas					
APA Municipal do Poxim	APA	400,00	2002	Lei Municipal nº 928/02	Coruripe
APA Murici	APA	116.100,00	1997	Decreto Estadual nº 5.907/97	Murici
APA Piaçabuçu	APA	8.600,00	1983	Decreto Federal nº 88.421/93	Piaçabuçu
APA Santa Rita	APA	10.230,00	1984	Lei Estadual nº 46.074/84	Maceió
APA do Catolé e Fernão Velho	APA	5.415,00	1992	Lei Estadual nº 5.347/92	Maceió
APA Marituba do Peixe	APA	18.556,00	1988	Decreto Estadual nº 32.858/88	Penedo

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
USO SUSTENTÁVEL					
Alagoas					
APA do Pratygy	APA	13.369,50	1998	Decreto Estadual nº 37.589/98	Messias
Reserva Aldeia Verde	RPPN	11,42	2007	Portaria IMA nº 005/07	Maceió
Reserva Boa Sorte	RPPN	40,85	2007	Portaria IMA nº 015/07	Murici
Reserva Cachoeira	RPPN	34,14	2008	Portaria IMA nº 023/08	Tanque D'Arca
Reserva Canadá	RPPN	8,28	2007	Portaria IMA nº 004/07	Mar Vermelho
Reserva Osvaldo Timóteo	RPPN	22,34	2007	Portaria IMA nº. N°018/07	São José da Laje
Reserva Placas (O Sabiá)	RPPN	202,30	2007	Portaria IMA nº 003/07	Paripueira
Reserva Santa Fé	RPPN	17,61	2008	Portaria IMA nº 022/08	Tanque D'Arca
Reserva Santa Maria	RPPN	9,13	2009	Portaria IMA nº 010/09	Murici
Reserva Sítio Tobogã	RPPN	1,00	2007	Portaria IMA nº 016/07	Maceió
Reserva Vila D'Água	RPPN	46,00	2007	Portaria IMA nº 017/07	Murici
RPPN Fazenda Vera Cruz	RPPN	115,00	1992	Portaria IBAMA nº 068/92	Chã Preta
RPPN Fazenda Rosa do Sol	RPPN	50,00	1994	Portaria IBAMA nº 119/94	Barra de São Miguel
RPPN Fazenda São Pedro	RPPN	50,00	1995	Portaria IBAMA nº 12/95	Pilar
RPPN Reserva do Gulandim	RPPN	41,00	2001	Portaria IBAMA nº 98/01	Teotônio Vilela
RPPN Fazenda Lula Lobo	RPPN	68,60	2001	Portaria IBAMA nº 111/01	Coruripe
RPPN Fazenda Pereira	RPPN	290,00	2001	Portaria IBAMA nº 113/01	Coruripe
RPPN Fazenda Santa Tereza	RPPN	130,00	2001	Portaria IBAMA nº 120/01	Atalaia
Reserva Porto Seguro	RPPN	28,04	2009	Portaria IMA nº 011/09	Porto Calvo
Reserva Cachoeira	RPPN	219,98	2009	Portaria IMA nº 012/09	Maragogi
Reserva Planalto	RPPN	150,00	2009	Portaria IMA nº 013/09	Coruripe
Reserva Triunfo	RPPN	145,29	2009	Portaria IMA nº 014/09	Japaratinga
Reserva Bosque	RPPN	334,00	2009	Portaria IMA nº 015/09	Maragogi
Reserva Madeiras	RPPN	124,52	2010	Portaria IMA nº 008/10	Junqueiro
Resex de Jequiá da Praia	Resex	10.203,00	2001	Decreto Federal s/nº	Jequiá da Praia
Total de ha		185.013,00			

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
USO SUSTENTÁVEL					
Pernambuco					
APA Aldeia-Beberibe	APA	31.634,00	2010	Decreto Estadual nº 34.692/10	Recife
APA de Guadalupe	APA	44.255,00	1997	Decreto Estadual nº 19.635/97	Barreiros
APA de Santa Cruz	APA	38.692,32	2008	Decreto Estadual nº 32.488/08	Goiana
APA de Sirinhaém	APA	6.589,00	1998	Decreto Estadual nº 21.229/98	Ipojuca
APA Engenho Uchôa	APA	192,00	1996	Decreto Estadual nº 17.548/96	Recife
APA Estuarina do Canal de Santa Cruz	APA	5.292,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Itamaracá
APA Estuarina do Rio Beberibe	APA	N.D.	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Olinda
APA Estuarina do Rio Capibaribe	APA	N.D.	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Recife
APA Estuarina do Rio Carro Quebrado	APA	402,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Barreiros
APA Estuarina do Rio Formoso	APA	2.724,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Sirinhaém
APA Estuarina do Rio Goiana e Megaó	APA	4.776,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Goiana
APA Estuarina do Rio Itapessoca	APA	3.998,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Goiana
APA Estuarina do Rio Jaguaribe	APA	212,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Itamaracá
APA Estuarina do Rio Paratibe	APA	N.D.	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Paulista
APA Estuarina do Rio Timbó	APA	1.397,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Abreu e Lima
APA Estuarina do Rio Una	APA	553,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Barreiros
APA Estuarina dos Rios Jaboatão e Pirapama	APA	1.284,50	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Cabo de Santo Agostinho
APA Estuarina dos Rios Sirinhaém e Maracaípe	APA	3.335,00	1986	Lei Estadual nº 9.931/86	Ipojuca
ARIE Horto Del Rey	ARIE	13,98	2005	Decreto Municipal nº 072/05	Olinda

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
USO SUSTENTÁVEL					
Pernambuco					
ARIE Santa Tereza	ARIE	15,33	2005	Decreto Municipal nº 73/05	Olinda
RPPN Bicho Homem	RPPN	90,00	2006	Portaria CPRH/SECTMA nº 007/06	Catende
RPPN Bituri	RPPN	110,21	1999	Portaria CPRH/SECTMA nº 025/99	Brejo da Madre de Deus
RPPN Engenho Contestado	RPPN	87,00	2008	Portaria CPRH/SECTMA nº 002/08	Maraial
RPPN Engenho Santa Rita	RPPN	122,75	2006	Portaria CPRH/SECTMA nº 071/06	Água Preta
RPPN Fazenda Brejo	RPPN	52,39	2002	Portaria IBAMA nº 090/02	Saloá
RPPN Fazenda Santa Beatriz do Carnijó	RPPN	25,50	2001	Portaria Federal de 24 de março de 2001	Moreno
RPPN Fazenda Tabatinga	RPPN	19,23	1997	Portaria CPRH/SECTMA nº 093/97	Goiana
RPPN Frei Caneca	RPPN	630,43	2002	Portaria IBAMA nº 091/02	Jaqueira
RPPN Jussaral	RPPN	331,00	2006	Portaria CPRH/SECTMA nº 008/06	Catende
RPPN Laje Bonita	RPPN	12,12	2006	Portaria CPRH/SECTMA nº 002/06	Quipapá
RPPN Nossa Senhora do Oiteiro de Maracaípe	RPPN	76,20	2000	Port IBAMA nº 058/00	Ipojuca
RPPN Pedra D'Anta	RPPN	330,00	2011	Portaria CPRH nº 021/11	Lagoa dos Gatos
Total de ha		147.251,96			
Paraíba					
Área de Relevante Interesse Ecológico Manguezais da Foz do Rio Mamanguape	ARIE	5.721,07	1985	Decreto Federal nº 91.890/85	Rio Tinto
Área de Relevante Interesse Ecológico Mata Goimunduba	ARIE	67,00	2002	Decreto Estadual nº 23.833/02	Bananeira
Área de Proteção Ambiental Tambaba	APA	11.500,00	2005	Decreto Estadual nº 26.296/05	Conde
Área de Proteção Ambiental Roncador	APA	6.113,00	2006	Decreto Estadual nº 27.204/06	Bananeira
Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape	APA	14.640,00	1993	Decreto Estadual nº 924/93	Rio Tinto

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
USO SUSTENTÁVEL					
Paraíba					
Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo	FLONA	103,30	2004	Decreto Federal s/nº de 02 de junho de 2004	Cabedelo
Reserva Extrativista Acaú-Goiana	Resex	6.678,30	2007	Decreto s/nº de 26 de setembro de 2007	Pitimbu
RPPN Engenho do Gargaú	RPPN	1.058,62	1994	Portaria IBAMA nº 064/94	Santa Rita
RPPN Gurugy dos Paus Ferros	RPPN	10,00	2010	Portaria IBAMA nº 002/10	Conde
Total de ha		45.891,29			
Rio Grande do Norte					
APA Bonfim/Guaraíra	APA	42.000,00	1999	Decreto Estadual nº 14.369/99	Arês
APA Jenipabu	APA	1.881,00	1995	Decreto Estadual nº 12.620/95	Extremoz
Apa Piquiri/Una	APA	12.025,86	1990	Decreto Estadual nº 10.683/90 - Decreto de ampliação nº 22.182/11	Canguaretama
Reserva de Desenvolvimento Estadual Ponta do Tubarão	RDS	12.946,03	2003	Decreto Estadual nº 8.349/03	Macau
RPPN Mata Estrela Senador Antônio Farias	RPPN	2.039,93	2000	Portaria Estadual nº 460/90 e Decreto Federal nº 20/00	Baía Formosa
Flona de Nísia Floresta	FLONA	174,95	1989	Portaria Federal nº 445/89	Nísia Floresta
Total de ha		71.067,77			
CATEGORIAS NÃO DEFINIDAS PELO SNUC					
Alagoas					
Resec Saco de Pedra	cat n def	87,00	1985	Decreto Estadual nº 6.274/85	Marechal Deodoro
Resec Manguezais da Lagoa do Roteiro	cat n def	742,00	1987	Decreto Estadual nº 32.355/87	Roteiro
Total de ha		829,00			

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
CATEGORIAS NÃO DEFINIDAS PELO SNUC					
Pernambuco					
Mata do Janga	FURB	132,24	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Paulista
Mata de Dois Unidos	FURB	34,72	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Recife
Mata de Jaguarana	FURB	332,28	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Paulista
Mata de Jangadinha	FURB	84,68	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Jaboatão dos Guararapes
Mata de Manassu	FURB	264,24	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Jaboatão dos Guararapes
Mata do Camaçari	FURB	223,30	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Cabo
Mata de São Bento	FURB	109,60	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Abreu e Lima
Mata do Passarinho	FURB	13,60	1987	Lei Estadual nº 9.989/87 e recategorizada pela Lei Estadual nº 14.324/11	Olinda
Total de ha		1.194,66			
Paraíba					
Reserva Ecológica Mata do Rio Vermelho	cat n def	1.500,00	1992	Decreto Estadual nº 14.835/92	Rio Tinto
Jardim Botânico	cat n def	329,39	2000	Decreto Estadual nº 21.264/00	João Pessoa
Área de Preservação Permanente Mata do Buraquinho	cat n def	471,00	1989	Decreto Estadual nº 98.181/89	João Pessoa
Total de ha		2.300,39			
Alagoas					
Reserva Boa Vontade	RPPN	21,16	-	-	Joaquim Gomes
Reserva Murici	RPPN	40,85	2007	-	Murici
Fazenda Nova Vida	RPPN	10,00	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Fleixeiros
Flor da Serra	RPPN	40,71	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Leopoldina
Bela Vista	RPPN	100,00	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Murici
São José	RPPN	30,00	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Murici

Nome da UC	Categoria	Área (ha)	Ano de criação	Ato legal de criação	Município de referência
CATEGORIAS NÃO DEFINIDAS PELO SNUC					
Alagoas					
Jussara I	RPPN	9,00	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Murici
Jussara II	RPPN	10,00	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Murici
Jussara III	RPPN	7,00	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Murici
Jussara IV	RPPN	6,00	2010	Processo 4.903, 3.565/10	Murici
Total de ha		274,72			
Pernambuco					
Estação Ecológica de Bita e Utinga	ESEC	2.470,14	2010	-	Cabo de Santo Agostinho
Total de ha		2.470,14			
Rio Grande do Norte					
Parque Mangues do Potengi	Parque	-	-	-	
APA do Jiqui	APA	396,00	-	-	Parnamirim
Morro do Careca	MONA	1.100,27	-	-	Natal
Total de ha		1.496,27			

Tabela 1: Cadastro de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco, região que abrange os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Nordeste.

Categorias:

Área de Proteção Ambiental (APA)

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)

Estação Ecológica (ESEC)

Floresta Urbana (FURB)

Floresta Nacional (FLONA)

Monumento Natural (MONA)

Reserva Biológica (REBIO)

Reserva do Desenvolvimento Sustentável (RDS)

Reserva Extrativista (RESEX)

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Refúgio de Vida Silvestre (RVS)



Letícia Almeida de Paula

Bacharel em ciências biológicas pela UFV. Foi trainee em Meio Ambiente pela Fundação O Boticário e é mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPE. Trabalhou na SAVE Brasil como gestora da RPPN Pedra D'Anta e na AMANE como assessora de educação socioambiental. Desenvolve consultorias na área socioambiental e, atualmente, trabalha como elaboradora de projetos e captação de recursos no CMA/IMA.

Contato: leticialmeida@gmail.com



CAPÍTULO

IV

A TESSITURA

Não tomo consciência de mim mesmo senão por meio dos outros. Deles recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, por meio do outro e com a ajuda do outro.

Bakhtin

TECENDO OS NÓS

Bruno Paes Castelo Branco

Na tessitura da Rede, cada nó representa as relações de troca e intercâmbio entre os gestores, instituições, esferas governamentais e lideranças ambientais que atuam na porção da Mata Atlântica do Nordeste situada ao norte do Rio São Francisco. Essa conexão, estabelecida por intermédio das relações interpessoais e interinstitucionais, tornaram o processo de criação da Rede algo mais orgânico e natural, sem processos burocráticos e formalidades nas relações.

Para tecer esses nós, foram realizados encontros presenciais em cada Estado da Rede de Gestores de UCs. Os Encontros Estaduais proporcionaram um espaço de debate livre e democrático à respeito de temas relacionados com a gestão de áreas protegidas. Nessas ocasiões, também foram realizados minicursos e reuniões técnicas para discutir e propor encaminhamentos em cada Estado. Os espaços de troca e intercâmbio de informação e experiência foram vistos como um momento de formação e capacitação dos gestores.

Acreditamos na formação continuada e permanente para o alcance de uma gestão participativa fortalecida, garantindo *voz e empoderamento* daqueles que estão convivendo com os últimos remanescentes florestais da região. Assim, durante os Encontros presenciais da Rede de Gestores de UCs, foram desenvolvidas diferentes estratégias metodológicas, o que veio a proporcionar o envolvimento dos participantes através da Gestão Participativa.

Dentre os temas abordados em palestras, minicursos, reuniões técnicas, mesas-redondas e rodas de conversa, sete foram transversais aos Encontros Estaduais nos quatro Estados atendidos pelo projeto. Os temas descritos a seguir são o reflexo das discussões entre os gestores e das principais questões ambientais que permearam o debate no período do projeto. Foram eles:

- Restauração da Mata Atlântica;
- Espécies Exóticas Invasoras;
- Mudanças no Código Florestal;
- Conselho Gestor e Gestão Participativa de UCs;

- Sistemas Estaduais e Municipais de Unidades de Conservação;
- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA);
- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Foram realizados 3 (três) Encontros Estaduais em cada Estado, totalizando 12 (doze) eventos, 26 (vinte e seis) reuniões de articulação e mobilização, divididas em 7 (sete) rodadas de mobilização. Os Encontros Estaduais de Gestores de UCs foram antecedidos de reuniões de mobilização e organização dos eventos. Essas reuniões também funcionavam como espaço de avaliação e monitoramento do projeto e da Rede.

Nas primeiras rodadas de mobilização, em 2009, a participação dos gestores na organização dos 1^{os} Encontros foi tímida e com poucas contribuições. No entanto, no RN, um pequeno grupo, liderado por gestores do IDEMA, organizou e mobilizou o 1^o Encontro de Gestores do Estado, o qual reuniu, entre todos, o maior número de participantes (**Figura 1**). Em Alagoas e Pernambuco, um grupo de gestores colocou-se à frente das ações de mobilização e organização do 2^o Encontro, a ser realizado em seus respectivos Estados, o que tornou a Rede mais ativa e participativa. Já na Paraíba, o interesse (**Figura 1**) tanto na organização quanto no dia do 1^o Encontro Estadual foi abaixo do esperado.

Entendemos que esses primeiros encontros presenciais da Rede serviram para tirar a inércia acerca da temática gestão de Unidades de Conservação na região. Em uma das reuniões de mobilização nos Estados, um gestor fez o seguinte comentário: “Estas reuniões da Rede [...] servem como um espaço de terapia de grupo”, porquanto, segundo nosso entendimento, são compartilhadas as dificuldades e os conflitos que permeiam a gestão de áreas protegidas. Em muitos momentos, as experiências bem-sucedidas inspiravam a replicação em outras áreas.

Considerando as intervenções e propostas de encaminhamentos apresentadas no 2^o Encontro, realizado no primeiro semestre de 2010 em cada um dos quatro Estados, houve um acréscimo qualitativo na participação dos gestores, além do aumento no número de participantes em três Estados (**Figura 1**). Eles destacaram a necessidade de um maior envolvimento na Rede, por parte dos gestores, para que pudessem acompanhar a evolução do projeto da AMANE. Essa seria uma estratégia necessária, visto que a execução do projeto terminaria, mas a vida da Rede continuaria.

Os depoimentos dos gestores demonstraram que a Rede produziu os resultados esperados. Muitos projetos foram propostos e executados a partir das inserções na Rede, principalmente mediante os encaminhamentos dos Encontros e reuniões presenciais, como o SEUC;

o Projeto *Manejo de Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Pernambuco*; a Articulação entre Reservas Privadas e governos da Paraíba e de Alagoas; e a identificação de uma maior interação entre universidade e órgãos ambientais do Rio Grande do Norte.

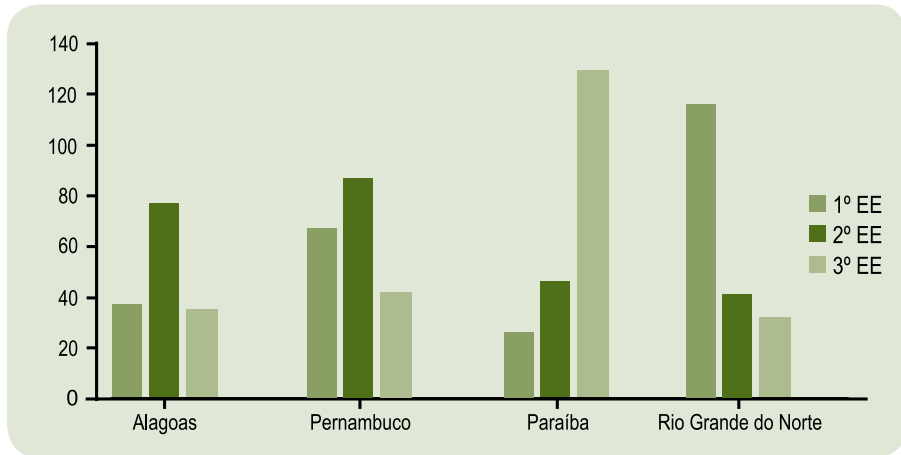


Figura 1 – Número de participantes dos Encontros Estaduais de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica dos quatro Estados mobilizados no projeto. EE = Encontro Estadual.

No final de 2010, nos Estados de Pernambuco e Alagoas foram criados Grupos de Trabalho (GTs) formados pelos gestores. Os GTs propuseram e organizaram o 3º Encontro Estadual, nos seus respectivos Estados. Já na Paraíba e no Rio Grande do Norte, os Encontros não foram realizados no mesmo período por razões específicas de cada Estado. Nesse período, nos dois Estados, a participação dos gestores foi insuficiente para a organização dos 3ºs Encontros Estaduais. Os gestores sugeriram adiar os últimos Encontros previstos no projeto para o início de 2011.

Durante o primeiro semestre de 2011, os esforços destinaram-se a mobilizar os gestores das UCs, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, para que eles se responsabilizassem pela organização e realização dos 3ºs Encontros Estaduais de UCs. Nesse Encontro na Paraíba, houve um aumento significativo no número de participantes (**Figura 1**), demonstrando que o Estado estava em um processo de crescimento e de expansão da Rede.

Os gestores passaram a se articular através da Rede conforme o previsto e os últimos Encontros evidenciaram apropriação do processo por parte deles, demonstrada na organização dos Encontros.

A mobilização nos Estados teve continuidade com vistas ao fortalecimento da Rede e à organização do Seminário Regional Integrador. Esse evento teve como foco a troca de experiências entre os gestores e a socialização das ações realizadas nos quatro Estados que fazem parte da Rede, integrando assim, os gestores e fortalecendo a gestão participativa das UCs no Nordeste.

A seguir, serão compartilhados os conteúdos e encaminhamentos dos encontros presenciais das Redes de Gestores nos quatros Estados articulados, até o momento, na Rede: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

ALAGOAS

No Estado de Alagoas, os encontros estaduais foram realizados, entre novembro de 2009 e novembro de 2010. O 1º Encontro aconteceu no auditório do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR); e o 2º e o 3º Encontros, no auditório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Com a participação de diversos setores envolvidos na gestão de UCs no Estado, esses Encontros abordaram temas relacionados à implementação e gestão participativa de áreas protegidas, restauração ecológica, PSA, políticas públicas (SEUC e Código Florestal) e gestão de recursos hídricos.

A programação de cada Encontro pode ser vista nos cartazes de divulgação apresentados nas **Figuras 3, 4 e 5**.

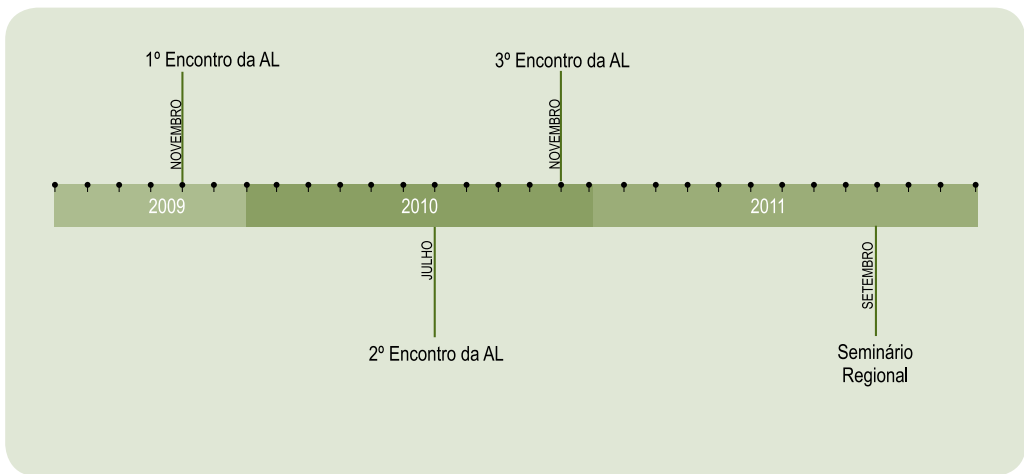


Figura 2 – Linha do Tempo dos Encontros Estaduais da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Alagoas. Projeto Rede de Gestores de UCs do Centro de Endemismo Pernambuco – PDA/MMA Estados: AL = Alagoas; PE = Pernambuco; PB = Paraíba; e RN = Rio Grande do Norte.



I ENCONTRO ESTADUAL DA REDE DE GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE ALAGOAS

8h - Abertura com autoridades

8h30 - Palestra inicial sobre gestão financeira de unidades de conservação - **Analuze Freitas (PR) - The Nature Conservancy**

9h - Palestra sobre o Pacto de Restauração da Mata Atlântica - **Luiz Paulo Pinto (MG) - Conservação Internacional**

9h20 - Espaço para perguntas

9h45 - Intervalo

10h - Mini-cursos

- Invasões Biológicas - **Michele Dechoum (SC) - Instituto Hórus**
- Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação - **Liza Baggio (PE)**
- Conselhos Gestores de Unidades de Conservação - **Carla Coelho (PE)**

12h30 - Almoço

14h - Socialização dos mini-cursos

15h - Mesa Redonda: Desafios e oportunidades na gestão de Unidades de Conservação

Mediação da mesa: **Carla Coelho (PE) - AMANE**

- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - **Afrânio Menezes - IMA/AL e CNRBMA**
- Situação das Unidades de Conservação no Estado de Alagoas - **Alex Nazário - Diretor de unidades de Conservação do IMA/AL**
- Gestão participativa de Unidades de Conservação no nível federal - **ICMBio (a confirmar)**
- Fiscalização em UC's, Jurisdição dos órgãos Públicos: o que compete a cada uma das três esferas de governo na criação e gestão de UC's - **Ministério Público (a confirmar)**
- Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Camponesa do Complexo Florestal de Murici - **Maria Rita Rosa dos Santos e Angela Maria Borges dos Santos - COOPF Murici**

16h30 - Debates

17h - Encaminhamentos e Encerramento

Apoio: 



Figura 3

2º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica de Alagoas

Quando: **29 de julho**
Hora: **8h30 às 18h30**
Local: **SEBRAE**
Rua Doutor Marinho de Gusmão, 46 - Centro, Maceió.

Debate sobre o **Código Florestal** – Com **Mário Mantovani** da **SOS Mata Atlântica**

Temas:

- ✓ Pagamento por Serviços Ambientais
- ✓ Atividades de recuperação visando o Pagamento por Serviços Ambientais
- ✓ Técnicas para implantação de RPPNs
- ✓ Gestão Participativa de UCs
- ✓ Observância da legislação vigente
- ✓ Impactos das Enchentes no estado de Alagoas

Lançamento da publicação: "Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste – Lições para uma gestão participativa" (distribuição gratuita)

Entrada Franca
Confira a programação completa em www.amane.org.br

Realização: **amane** Apoio: **IPDA**

Parceiros: **gtz** **kfw** **Ministério do Meio Ambiente** **SEBRAE**

cepan **CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE** **ICMBio** **The Nature Conservancy** **SOS MATA ATLÂNTICA** **ALAGOAS GOVERNO** **CMA** **SEBRAE**

Figura 4

3º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica de Alagoas

quando: **sexta, 26 de novembro**
hora: **8h30**
local: **Auditório da SEBRAE**
Rua Travessa França Morel, 46 - Maceió

Programação

8h30 - **Mesa de abertura** (SEMARH, AMANE, IMA, ICMBio, IBAMA)

Palestras

9h - **Gestão de Bacias Hidrográficas** - Alex Gama - Secretário de Estado (SEMARH)
9h40 - **Oportunidades de consolidação de RPPNs em AL** - Ângelo Ferreira (Usina Seresta)
10h20 - Debate
10h40 - Intervalo
11h - **Turismo rural como ferramenta de sustentabilidade das RPPNs** - Francisco Quintella - RPPN São Pedro/Pilar
11h40 - Debates

12h - Almoço

Mesa Redonda Prevenção de Incêndios em Ucs

14h - **Combate a incêndios em Unidade Agrícola** - Sebastião Guimarães (Usina Coruripe)
Combate a incêndios em Unidade Industrial - Brigada da BRASKEM
Combate a incêndios em Unidade Urbana - Roberval (Tenente Corpo de Bombeiros)
Combate a incêndios em Unidade de Conservação - José Antônio Seixas (IBAMA)

16h30 - Encaminhamentos da Rede
17h30 - Encerramento

Realização: amane

Apoio: PDA

Parceiros:

Figura 5

Alagoas possui a maioria das UCs com Conselhos Gestores já formados. Considerando o fato de que a grande maioria dos fragmentos de floresta no Estado está inserida em uma matriz de cana-de-açúcar, a discussão sobre estratégias de consolidação das Reservas Particulares do

Patrimônio Natural (RPPN) foi bastante discutida na Rede. Assim como a necessidade de reunir esforços, em favor da integração entre as diferentes esferas governamentais e não governamentais, com o fito de garantir ações de prevenção de incêndios em fragmentos florestais.

Para aprofundar os temas sugeridos pelos participantes e buscar o fortalecimento e a integração entre os órgãos governamentais e deles com a sociedade civil, os Encontros Estaduais de Alagoas tiveram a participação de representantes de órgãos das três esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal), empresários, ONGs, pesquisadores, professores, agricultores, além de indivíduos interessados em contribuir com o projeto e se integrar na Rede de Gestores.

Os diálogos, com trocas de experiências, estabelecidos durante os Encontros Estaduais de Gestores de UCs, em Alagoas, cumprem uma das metas da Rede, a de propiciar um canal de comunicação entre gestores que contribua com alternativas para a implementação de UCs.

Os participantes dos encontros relataram a importância desses espaços para o esclarecimento de dúvidas, bem como a integração que ocorre entre as Instituições de diferentes esferas governamentais e dos gestores públicos com a sociedade civil.

PERNAMBUCO

Em Pernambuco, os três Encontros Estaduais foram realizados, entre novembro de 2009 e novembro de 2010 (**Figura 9**), no auditório da antiga Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente¹ (SECTMA).


Nesse Estado, a discussão durante os Encontros Estaduais teve como principal foco a criação de Mosaicos de Áreas Protegidas, as políticas ambientais do Estado, como o Programa de Conservação da Biodiversidade do Estado e a Lei de Mudanças Climáticas em Pernambuco, além de técnicas para Resolução de Conflitos e Comunicação Não Violenta.








A programação de cada Encontro pode ser vista nos cartazes de divulgação apresentados nas **Figuras 6, 7 e 8**.

Durante os Encontros, os gestores relataram a impossibilidade de acessar as redes sociais (NING e Facebook) para fins profissionais, uma vez que suas respectivas instituições bloqueiam o acesso a esses *sites*.

Em Pernambuco, um grupo de gestores, desde o início do processo, consolidou o “núcleo duro” da Rede, no Estado. O grupo fortaleceu e consolidou o processo de criação da Rede, tornando o núcleo um instrumento fundamental para a organização e mobilização dos Encontros Estaduais, promovendo reuniões e compartilhando informações.

¹ Em 2011, a SECTMA foi dividida em duas Secretarias: a de Ciência e Tecnologia (SECTEC) e a de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Realização: 

Parceria:       

PRIMEIRO ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA DE PERNAMBUCO

Auditório da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA
Rua Vital de Oliveira, 32, Bairro do Recife. Recife /PE

06/11/09

8h - Abertura - AMANE, ICMBIO, SECTMA, IBAMA PE, CPRH PE

8h30 - Palestra sobre Mosaicos de Áreas Protegidas - Ivana Lamas - Conservação Internacional

9h - Informes sobre o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica / projeto Energia Verde - **Maria das Dores Melo - AMANE**

9h15 - Debates

9h45 - Intervalo

10h - Eventos Paralelos

- Mini curso - Espécies exóticas invasoras - **Michele Dechoum - Instituto Hórus**
- Mini curso - Conselhos Gestores: Implementação e capacitação para formação de conselhos gestores de Unidades de Conservação- **Carla Coelho - AMANE**
- Reunião Técnica sobre Mosaicos de Unidades de Conservação - **Ivana Lamas - Conservação Internacional**

12h30 - Almoço

14h - Socialização dos mini-cursos

15h - Mesa Redonda:


Desafios e Oportunidades na gestão participativa de Unidades de Conservação na Mata Atlântica de Pernambuco

Coordenadora da Mesa: **Sonia Roda - CEPAN**

- A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA - Ações e Programas - **Maria das Dores Melo - Coordenação do Colegiado Regional Nordeste da RBMA / AMANE**
- Programa de Conservação da Biodiversidade do Estado de Pernambuco - **Giannina Cysneiros - SECTMA**
- Gestão participativa de Unidades de Conservação no nível federal - **ICMBio (a confirmar)**
- Fiscalização em UC's, o exercício de poder de polícia dos órgãos públicos. Jurisdição dos órgãos Públicos: o que compete a cada uma das três esferas e conflitos dos níveis de governo na criação e gestão de UC's - **Ministério Público (a confirmar)**

16h 30 - Debates

17h30 - Encerramento

Apoio: 





   

Figura 6

2º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica de Pernambuco

Quando: **27 de julho**
Hora: **8h30 às 18h30**
Local: **SECTMA**
Rua Vital de Oliveira, nº 32 - Bairro do Recife, Recife.

Debate sobre o **Código Florestal** – Com **Mário Mantovani** da **SOS Mata Atlântica**

Temas:

- ✓ Lei estadual de mudanças do Climáticas
- ✓ Pagamento por Serviços Ambientais
- ✓ Fiscalização em UC's, o papel de cada órgão fiscalizador
- ✓ Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC
- ✓ Ética e Resolução de Conflitos na gestão participativa

Lançamento da publicação: "Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste – Lições para uma gestão participativa" (distribuição gratuita)

Entrada Franca

Confira a programação completa em www.amane.org.br

Realização:  amane

Apoio:  PPDA

Parceiros:  gtz  kfw  Ministério do Meio Ambiente  SOS MATA ATLÂNTICA

 cepan  ICMbio  The Nature Conservancy  SOS MATA ATLÂNTICA  UPPE  CPRH CbbH  Pernambuco

Figura 7



3º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica de Pernambuco

quando: **quarta, 24 de novembro**
hora: **8h30**
local: **Auditório da SECTMA**
Rua Vital de Oliveira, 32 - Bairro do Recife

Programação

8h30 - **Mesa de abertura** (SECTMA, ICMBio, CPRH, AMANE)

Palestras

9h - **Resolução de Conflitos** - Pablo Bedmar (IIFC- Espanha)
9h30 - **Comunicação não violenta** - Marcelo Pellizoli (UFPE)
10h - Debate
10h20 - Intervalo

Roda Viva

10h40 - **Conselho gestor - A experiência na REBIO Saltinho** - Fábio Adônis (ICMBio)
A gestão Participativa na ESEC Caetés - Sandra Cavalcanti (CPRH)
Os desafios da educação participativa- Fernando Wucherpfennig (FSA)

Roda de Conversa

12h - **Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco**
13h- Almoço

Mesa Redonda

14h - **Como transformar a conservação em Ucs em pauta** -Verônica Falcão (JC)
Estratégias de sucesso na comunicação para conservação - Marcelle Bastos (CI)
Estratégias para comunicação ambiental - Celso Calheiros (O ECO)
O desafio da comunicação na Rede de Gestores - Claudia Vital (AMANE)

16h40 - Debate
17h30 - Encerramento

Realização:  amane

Apoio:  IPDA
 gtz  kfw  Ministério do Meio Ambiente

Parceiros:  cepan  Conservação Internacional  ICMBio  The Nature Conservancy  ELETRE  UFPE  CPRH  CBB  Pernambuco  Secretaria de Meio Ambiente

Figura 8

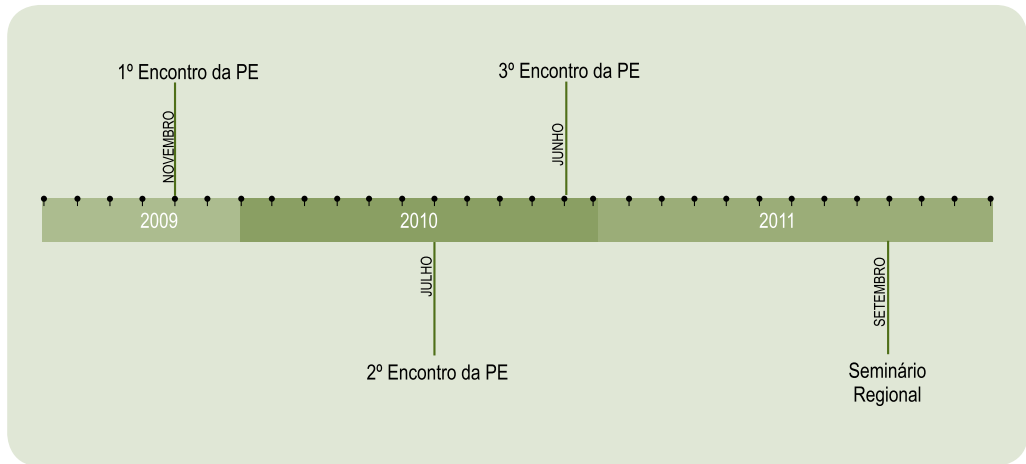


Figura 9 – Linha do Tempo dos Encontros Estaduais da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Pernambuco. Projeto Rede de Gestores de UCs do Centro de Endemismo Pernambuco – PDA/MMA. Estados: AL = Alagoas; PE = Pernambuco; PB = Paraíba; e RN = Rio Grande do Norte.

PARAÍBA

No Estado da Paraíba, os Encontros Estaduais foram realizados, entre novembro de 2009 e junho de 2011 (**Figura 10**), respectivamente, nos auditórios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Na Paraíba, a participação do setor sucroalcooleiro, como em Alagoas, teve um papel fundamental para fortalecer e tornar a Rede um canal de comunicação entre a sociedade civil e o poder público. Nos Encontros, foram explorados temas relacionados à: fiscalização de áreas protegidas (públicas e privadas), restauração de nascentes, reativação do Comitê Estadual RBMA da PB e Gestão Ambiental das Usinas do Estado.

Durante o projeto, ficou evidente a dificuldade em mobilizar e articular os gestores paraibanos. A mudança no quadro técnico da SUDEMA, a desmotivação e a falta de cultura de participação e transparência contribuíram para a descontinuidade do processo. No entanto, em 2011, houve uma reviravolta na Rede desse Estado, e identificamos que o fato ocorrera principalmente em razão da chegada de novos técnicos – motivados e com experiência adquirida em outros Estados – e pela possibilidade de novas parcerias, entre elas, o curso de Gestão Ambiental do IFPB.

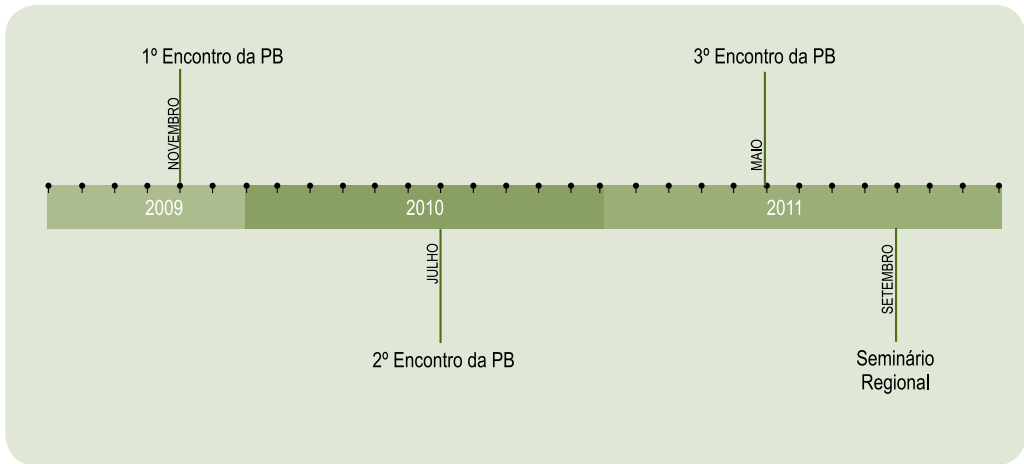



Figura 10 – Linha do Tempo dos Encontros Estaduais da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica da Paraíba. Projeto Rede de Gestores de UCs do Centro de Endemismo Pernambuco - PDA/MMA. Estados: AL = Alagoas; PE = Pernambuco; PB = Paraíba; e RN = Rio Grande do Norte.






O último Encontro da Rede no Estado da Paraíba foi planejado e organizado por uma equipe de gestores que constituíram um Grupo de Trabalho (GT) para essa finalidade. O GT realizou reuniões presenciais e manteve constante comunicação virtual com uma segunda lista de discussão, criada pelo Grupo, para acertar detalhes da organização do evento. A autonomia dos gestores na organização desse evento demonstrou o fortalecimento da Rede, no Estado.

O Encontro teve duração de dois dias, sendo que, no segundo dia, aplicou-se uma metodologia participativa, proposta por Analuce Freitas (Consultora-ICMBio), com a qual se buscou o Fortalecimento do Grupo de Gestores da Paraíba.

A metodologia, que abordou os temas: participação social, liderança e comunicação, consistiu em, mediante a formação de três subgrupos de trabalho, refletir, discutir e responder um bloco de questões relacionadas aos três temas, a fim de traçar o perfil do grupo e estabelecer sua finalidade e seus objetivos. Esse detalhamento foi feito com base numa retrospectiva que resgatou a história do processo da Rede e que, posteriormente, serviu para encaminhar as ações futuras, bem como identificar os gestores que iriam ficar à frente do processo, estimulando o funcionamento da Rede. Cada grupo sistematizou suas propostas, socializadas em plenária. A metodologia permitiu que ao final fossem estabelecidos os objetivos do grupo, os encaminhamentos para a continuidade do projeto, bem como a definição dos nomes dos gestores responsáveis pela mobilização e continuidade da Rede. Assim, pois, se formou o GT da Rede de Gestores de UCs e Áreas Protegidas no Estado da Paraíba. Durante o encontro, os participantes consolidaram um documento para o fortalecimento do Grupo de Gestores da Paraíba.

A programação de cada Encontro pode ser vista nos cartazes de divulgação apresentados nas **Figuras 11, 12 e 13**.

Realização: 

Parceria:     

PRIMEIRO ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA DA PARAÍBA

Local: IBAMA - PB
Rua Dom Pedro II Nº 3284
10/11/09

8h - Abertura - **AMANE, ICMBIO, SUDEMA, SECTMA, IBAMA**

8h30 - Mata Atlântica - Realidades e Perspectivas - **Maria das Dores Melo/PE - AMANE**

9h - A problemática das Invasões Biológicas na gestão de Unidades de Conservação (UC's) - **Michele Dechoum/SC - Instituto Hórus**

9h15 - Debates

9h45 - Intervalo

10h - Eventos Paralelos

- Mini-curso - Espécies exóticas invasoras - **Michele Dechoum/SC - Instituto Hórus**
- Mini-curso - Implementação e capacitação para formação de conselhos gestores de UC's - **Carla Coelho/RS - AMANE**

12h30 - Almoço

14h - Socialização dos mini-cursos

15h - Mesa Redonda:


Desafios e Oportunidades na gestão participativa de Unidades de Conservação na Mata Atlântica da Paraíba

Coordenador da Mesa: **Bruno Paes/PE - AMANE**

- A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA - **Boisbaudran Imperiano/PB - Instituto Amigos da RBMA**
- A política ambiental e as áreas protegidas no corredor na Mata Atlântica Paraibana - **Ronilson José da Paz - Superintendente do IBAMA/PB**
- Gestão participativa de UC's no nível federal - **Alexis Oliveira/PB - ICMBio**
- Fiscalização em UC's, o exercício de poder de polícia dos órgãos públicos; Jurisdição dos órgãos Públicos: o que compete a cada uma das três esferas e conflitos dos níveis de governo na criação e gestão de UC's - **Duciran Van Marsen Farena/PB - Ministério Público Federal**
- Gestão Ambiental em Usinas de Açúcar e Alcool PB - **Edmundo Barbosa/PB - SINDALCOOL**

16h30 - Debates

17h30 - Encerramento

Apoio: 





   

Figura 11

2º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica da Paraíba

Quando: **20 de julho**
Hora: **8h30 às 18h30**
Local: **ASPLAN**
Rua Rodrigues de Aquino, 267 - Centro, João Pessoa.

Debate sobre o **Código Florestal** – Com **Mário Mantovani** da **SOS Mata Atlântica**

Temas:

- ✓ Sustentabilidade Financeira em UCs
- ✓ Áreas Protegidas da Paraíba
- ✓ Restauração das Nascentes do Rio Gramame - Pagamento por Serviços Ecossistêmicos
- ✓ Agroecologia na perspectiva da agricultura familiar
- ✓ Gestão Participativa

Lançamento da publicação: "Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste – Lições para uma gestão participativa" (distribuição gratuita)

Entrada Franca

Confira a programação completa em **www.amane.org.br**

Realização: **amane**

Apoio: **PDA**, **gtz**, **kfw**, Ministério da Mata Atlântica, **SEBRAE Paraíba**

Parceiros: **cepan**, **CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL**, **ICM Rio**, **The Nature Conservancy**, **AMAZONIA**, **SNE**, **SOS MATA ATLÂNTICA**

Figura 12

**III ENCONTRO DO GRUPO DE GESTORES DE
UCs E OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS DA PARAÍBA**
30 e 31 de maio de 2011

Local: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB
Av. 1ª de Maio, 720 - Jaguaribe - João Pessoa - PB

PROGRAMAÇÃO

Dia 30.05 - Abertura do evento
18h00: Apresentação Cultural
Orquestra de Sax do IFPB
18h20: Composição da mesa
18h50: Grupos de Gestores de UCs e outras Áreas Protegidas no Nordeste
Dorinha Melo (AMANE)
19h05: Grupo de Gestores de UCs e outras Áreas Protegidas na Paraíba
Edilson Parra (SEMAM)
19h20: Situação das RPPNs
Antônio Campos (Usina Japungú)
19h35: Situação das UCs e outras Áreas Protegidas na Paraíba
Rogério Ferreira (SUDEMA)
20h00: Encerramento

Dia 31.05 - Atividades
08h00: Fortalecimento do Grupo de Gestores Paraíba
Metodologia participativa (Abordagem dos temas: Participação social, Liderança e Comunicação)
Mediadores: Carla Jeane Helfemsteller Coelho – AMANE, Analuze Freitas - ICMBio e Bruno Paes - AMANE
10h30: Lanche
10h45: Fortalecimento do Grupo de Gestores Paraíba (Continuação)
12h00: Discussão e encaminhamentos para consolidação e fortalecimento do Grupo de Gestores
12h30: Almoço
14h00: Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste
Bruno Paes (AMANE)
14h20: Comitês Estaduais e Colegiado Regional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Dorinha Melo (AMANE)
14h40: Consolidação de documento para fortalecimento do Grupo de Gestores PB
15h00: Lanche
15h15: Encaminhamentos
18h00: Encerramento
Apresentação Cultural

Realização
Grupo de Gestores de Áreas Protegidas da Paraíba

Parceiros:

Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA	Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste - AMANE
Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa - SEMAM	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza - APAN
Secretaria do Meio Ambiente de Bayeux - SEMAM	Usina Japungú
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB	Programa Manguezais do Brasil
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	

Figura 13

RIO GRANDE DO NORTE

No Rio Grande do Norte, o 1º e o 2º Encontros Estaduais foram realizados, entre novembro de 2009 e junho de 2011 (**Figura 14**), nos auditórios do Parque Estadual das Dunas de Natal Jornalista Luiz Maria Alves; e o 3º Encontro, no auditório do Parque Municipal da Cidade Dom Nivaldo Monte.

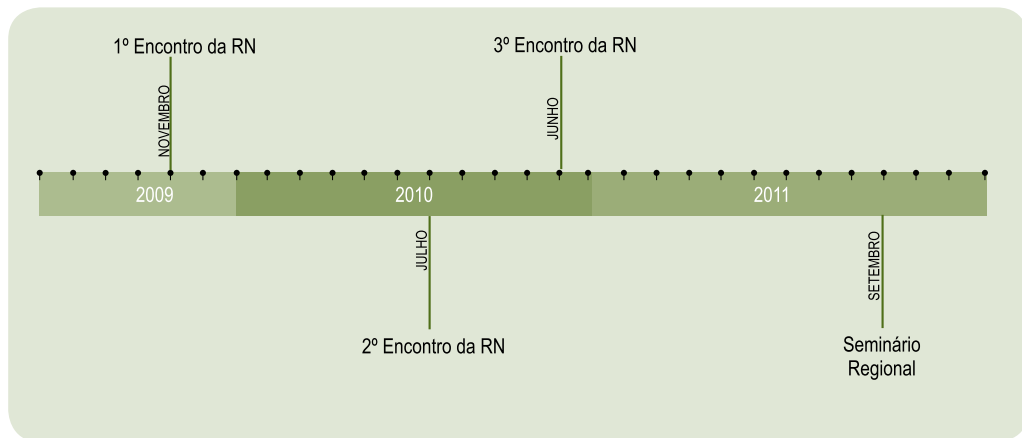


Figura 14 – Linha do Tempo dos Encontros Estaduais da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Rio Grande do Norte. Projeto Rede de Gestores de UCs do Centro de Endemismo Pernambuco - PDA/MMA. Estados: AL = Alagoas; PE = Pernambuco; PB = Paraíba; e RN = Rio Grande do Norte.

Com a participação de diversos setores envolvidos na gestão de UCs no Estado, os Encontros passaram a abordar temas relacionados à implementação e gestão participativa de áreas protegidas, parcerias com universidades para realizar pesquisas em UCs, PSA e políticas públicas (SEUC, SMAP, Planos Municipais para Conservação e Restauração da Mata Atlântica e Código Florestal).

A programação de cada Encontro pode ser vista nos cartazes de divulgação apresentados nas **Figuras 15, 16 e 17**.

O 1º Encontro do Rio Grande do Norte surpreendeu pela organização e público, 134 pessoas participaram do evento (**Figura 1**), que contou com o apoio do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) do Rio Grande do Norte, coordenado à época por Alinne Kadidja Fernandes. O NUC viabilizou toda a logística do evento, incluindo as refeições dos participantes, assessoria de imprensa, auditório amplo e salas no Hotel Praiamar Natal.

No 3º Encontro do Rio Grande do Norte, teve início a discussão para a elaboração do Sistema Municipal de Áreas Protegidas do Município de Natal. Um Grupo de Trabalho (GT) foi formado com a finalidade de ficar à frente no processo da Rede estimulando sua continuidade.



PRIMEIRO ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

Local: HOTEL PRAIA MAR NATAL
Rua Francisco Gurgel, 33 – Ponta Negra
12/11/09

8h – Mesa de abertura (AMANE, IDEMA, ICMBio, UFRN)

8h15-9h35 - Palestras

- “Pacto pela Restauração da Mata Atlântica do Nordeste” – **Maria das Dores Melo (AMANE)**
- “Planejamento e manejo de UCs: zoneamento e programa de manejo”- **Demetrio Guadagnin (UFRN)**
- “Ecologia da Restauração” – **Gislene Ganade (UFRN)**

9h35-9h45 - Debate

9h45-10h - Coffee Break

10h-12h30 - Mini Cursos

- “Conselhos Gestores: desafios da compreensão das competências dos conselhos gestores e instituições representadas e dos demais órgãos com interface na gestão da UC” – **Carla Coelho (AMANE)**
- “Invasões biológicas” - **Michele Dechuom (Instituto Hórus)**
- “Legislação ambiental voltada para UC’s e SEUC” - **Liza Baggio (AMANE)**

12h30-14h - Almoço

14h-15h - Socialização dos mini-cursos

15h-16h - Mesa Redonda

- “RBMA – ações e programas” - **Maria das Dores Melo (AMANE)**
- “Mapa e realidade das UC’s Estaduais” - **Alinne Fernandes (IDEMA)**
- “Mapa e realidade das UC’s Federais” – **Alexis Oliveira (ICMBio)**
- “Projetos de pesquisa em unidades de conservação: para uma formação de parcerias vencedoras” - **Marcio Zikan Cardoso (UFRN)**
- “Coleta em Unidades de Conservação” - **Adrian Garda (UFRN)**
- “Manutenção de Trilhas”- **Lígia Moreira da Rocha – (UFRN)**

18h – Encerramento e Lanche

Figura 15

2º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica do Rio Grande do Norte

Quando: **22 de julho**
Hora: **8h30 às 18h30**
Local: **Parque das Dunas**
Av. Alexandrino de Alencar, s/n, Tirol, Natal.

Debate sobre o Código Florestal – Com Carlos André Cavalcanti da **SNE**

Temas:

- ✓ Sustentabilidade Financeira em UCs
- ✓ A gestão do Parque das Dunas
- ✓ Gestão Participativa
- ✓ Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC
- ✓ Possíveis impactos da mudança do Código Florestal

Lançamento da publicação: “Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste – Lições para uma gestão participativa” (distribuição gratuita)

Entrada Franca
Confira a programação completa em www.amane.org.br

Realização:

Apoio:

Parceiros:

Figura 16

3º ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

3 de junho de 2011
Auditório do Parque da Cidade
8h às 17h



8h - Abertura Oficial
Coffee break e distribuição de material

8h30 - Abertura da Exposição de Fotos da Mata Atlântica

9h - Código Florestal e Políticas Públicas para a Mata Atlântica
Com Mario Mantovani, diretor de políticas públicas da SOS Mata Atlântica

10h - Mata Atlântica: Situação do Nordeste e Pacto pela Restauração
com Dorinha Melo, Diretora Executiva da AMANE

10h30 - Intervalo

10h40 - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa, PB - com Lígia Maria Tavares da Silva, Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de João Pessoa

11h30 - Lançamento Oficial do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Natal

12h - Almoço

14h - Exibição de Curtas Documentários sobre o Rio Doce e as Dunas de Natal

14h15 - Projeto Corredores de Mata Atlântica do Nordeste
com Bruno Paes, coordenador técnico da AMANE

14h30 - Roda de Conversa sobre Sistemas Estaduais e Municipais de UCs do RN

16h - Roda de Conversa sobre a Rede de Gestores de Unidades de Conservação da Mata Atlântica do Nordeste

17h - Encerramento

Realização:   

Parceiros:   

Apoio:       

Figura 17

Tecendo a Rede

A partir do fortalecimento das Redes em cada um dos Estados, teve início a articulação para integrá-las em uma Rede Regional. O primeiro passo foi a realização do *Seminário Regional Integrador da Rede de Gestores de UCs*.

Com as Redes Estaduais já em processo de estruturação e com uma mobilização e articulação expressivas, o passo seguinte foi expandir essa Rede para os quatro Estados abrangidos pelo projeto.

O Seminário Regional ocorreu no dia 1º de setembro de 2011 em Olinda (PE) e teve como objetivo a integração dos quatro Estados que fazem parte da *Rede de Gestores do Centro de Endemismo Pernambuco (CEP)*.

O encontro reuniu gestores não só dos quatro Estados do CEP, como contou com a participação de gestores dos Estados de Sergipe e da Bahia, além de representantes do PDA/MMA, da SAVE Brasil, da Valor Natural, da CI-Brasil, da SPVS, do Instituto Maytenus e do Conselho Nacional da RBMA.

Com o objetivo de estabelecer parcerias e ações estratégicas para o fortalecimento da Gestão Participativa das UCs da região de atuação da Rede, foram apresentadas cinco palestras sobre os seguintes temas e seus respectivos palestrantes:

Plano de Ação Municipal para a Mata Atlântica, proferida por Renato Cunha (representante da ONG GAMBÁ-BA); Perspectivas das Redes no PDA, proferida por Iara Carneiro (PDA/MMA); Cadastro de UC no MMA, proferida por Esther Blumenfeld (DAP/MMA); Aves como Indicadores Biológicos, proferida por Pedro Devey (SAVE Brasil); e A Experiência do Corredor Ecológico da Serra da Mantiqueira, proferida por Gisela Hermann (Valor Natural). A última palestra do dia foi feita pelo presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CN-RBMA), Clayton Lino, que apresentou a visão geral e caminhos para a participação da sociedade civil na RIO +20.

Após a palestra do representante da RBMA, abriu-se espaço para o compartilhamento das experiências das Redes de Gestores. Representantes dos quatro Estados do CEP apresentaram, cada um, suas formas de participação na Rede, assim como a repercussão de suas respectivas ações.

Desse encontro, os gestores propuseram os seguintes encaminhamentos:

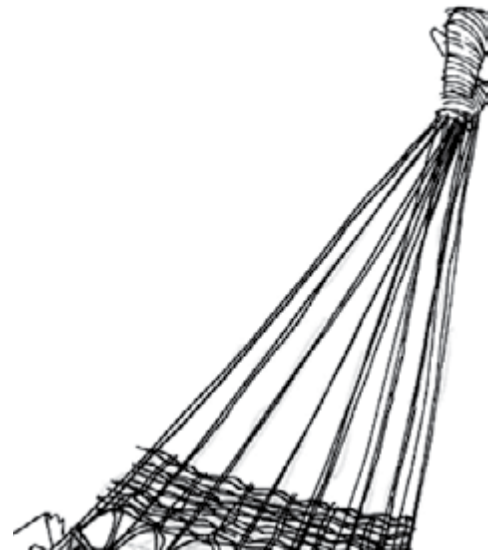
- A AMANE se coloca não mais à frente, mas ao lado dos gestores na continuidade da Rede;
- Moção solicitando a regularização do cargo de Gestor Ambiental nos Estados;
- Sugestão para a criação do Pacto Nordeste, que teria como objetivo discutir questões e fortalecer a Rede e o grupo. Com isso, poderiam obter do governo

dos Estados mais comprometimento com essa iniciativa;

- Fortalecimento das delegacias e companhias/batalhões de meio ambiente que também fazem parte desse processo.

Ao final, os participantes avaliaram positivamente o Encontro, sobre o qual afirmaram ter superado as expectativas. Todos os grupos participantes destacaram a contribuição da AMANE para a integração dos gestores que, antes da Rede, sequer se conheciam.

O Projeto *Rede de Gestores de Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco* atingiu seus objetivos e cumpriu suas metas. Alcançar uma maior integração entre os gestores das UCs do CEP e destes com diferentes instâncias, interessadas ou envolvidas nas UCs, foram sementes que germinaram depois da execução do projeto pela AMANE. Caberá aos gestores cuidar da semente e fortalecer a Rede.



GALERIA DE FOTOS



1. Abertura do 1º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Alagoas, realizado em novembro de 2009, no auditório do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR).



2. O Secretário Executivo de Meio Ambiente de Pernambuco, Hélio Polito, no 1º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Pernambuco, realizado em novembro de 2009, no auditório da antiga Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA).



3. Palestra de Ivana Lamas (CI-Brasil) a respeito das experiências bem-sucedidas em gestão territorial por meio de Mosaicos de Áreas Protegidas no 1º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Pernambuco.



4. Abertura do 1º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Rio Grande do Norte realizado em novembro de 2009, no Hotel Praiamar, em Natal.



5. Minicurso sobre gestão participativa, ministrado por Carla Coelho, no 1º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Rio Grande do Norte, em Natal.



6. Palestra sobre Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), ministrada por Felipe Melo (CEPAN), no 2º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Alagoas, realizado em julho de 2010, no auditório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em Maceió.



7. Palestra do Mario Mantovani (SOS Mata Atlântica), no 2º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Pernambuco realizado em julho de 2010, no auditório da antiga Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), sobre as mudanças propostas para o Código Florestal, no Recife.



8. Mesa-redonda, no 2º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Pernambuco, para debater os impactos das mudanças propostas para o Código Florestal, no Recife.



9. Palestra sobre as UCs Estaduais da Paraíba, ministrada por Rogério Ferreira, no 2º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica da Paraíba, realizado em julho de 2010, no auditório da Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN), em João Pessoa.



10. Debate sobre Resolução de Conflitos e Comunicação não Violenta no 3º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica de Pernambuco, realizado em novembro de 2010, no auditório da antiga Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), no Recife.



11. Mesa de abertura do 3º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica da Paraíba, realizado em maio de 2011, no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em João Pessoa, com a presença de representantes do ICMBio, IBAMA, IFPB, SUDEMA, SEMAM-João Pessoa e AMANE.



12. Grupo de Trabalho no 3º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica da Paraíba, em João Pessoa.



13. Grupo de Trabalho da Rede de Gestores de UC e Áreas Protegidas no Estado da Paraíba formado durante o 3º Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica da Paraíba, em João Pessoa.



14. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado de Alagoas, em Muriçi.



15. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado de Alagoas, em Muriçi.



16. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado de Alagoas, em Maceió.



17. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado de Alagoas, em Maceió.



18. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado de Pernambuco, no Recife.



19. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado da Paraíba, em João Pessoa.



20. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado do Rio Grande do Norte, em Natal.



21. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado do Rio Grande do Norte, em Natal.



22. Reunião de mobilização dos gestores de 2009 a 2011 no Estado do Rio Grande do Norte, em Natal.



23. Reunião de monitoramento do Projeto Rede de Gestores de UCs do CEP, no Recife.



24. Reunião de monitoramento do Projeto Rede de Gestores de UCs do CEP, no Recife.



25. Dorinha Melo (AMANE) na abertura do 1º Seminário Integrador Regional da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Nordeste, em Olinda



26. O secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Sérgio Xavier, no 1º Seminário Integrador Regional da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Nordeste, em Olinda.



CAPÍTULO

V

A REDE

Uma rede de olhar mantém unido o mundo, não o deixa cair. (...)

Meus olhos buscam isso que nos faz tirar os sapatos para ver se há algo mais sustentado-nos por baixo ou inventar um pássaro para averiguar se existe um ar ou criar um mundo para saber se há deus ou colocar-nos o chapéu para comprovar que existimos.

Roberto Juarroz

OS PRINCIPAIS SETORES ENVOLVIDOS E TEMAS TRATADOS NA REDE

**Ravi Rocha, Bruno Paes Castelo Branco
e Claudia Vital**

A necessidade de um canal de comunicação, aberto e democrático, que proporcionasse a troca de experiências e informações entre os gestores de UCs foi ficando mais evidente a partir das primeiras reuniões de mobilização e articulação do projeto.

Como citado no Capítulo III, **Os Fios da Rede**, os grupos de discussão virtual foram criados no início de 2010, na plataforma gratuita do *Google Groups*, e desde então esse recurso tem agregado cada vez mais gestores.

O espaço virtual e tecnológico tem-se revelado uma importante ferramenta para ampliar as relações sociais, especialmente as organizadas em rede. Esse é o motivo pelo qual o despertar da Rede possibilitou uma diversidade de atores nela envolvidos: pesquisadores, empresários, estudantes, servidores públicos, proprietários rurais, integrantes de movimentos sociais e do terceiro setor e moradores do entorno de UCs.

Neste capítulo será compartilhado um conjunto de informações, entre elas os temas que circularam com maior frequência, com o objetivo de apresentar o perfil da rede virtual. Além disso, serão apontadas as principais dificuldades encontradas pela AMANE na facilitação da Rede.

A rede virtual tem sido um dos principais meios de diálogo entre gestores de UCs da Mata Atlântica do Nordeste, facilitando articulações para o desenvolvimento de ações estratégicas que beneficiam a implementação das Unidades, além de ser um importante instrumento para sistematização de dados.

As instituições que integram a teia de relações da Rede estão representadas no Mapa da Rede de Gestores de UCs do Nordeste. Esse mapa foi elaborado com base nas listas de presenças das reuniões e Encontros Estaduais da Rede e por meio dele é possível visualizar a representação dos diversos segmentos presentes na Rede, por Estado (**Figura 1**). A maioria das instituições integrantes da Rede de Pernambuco, Paraíba e Alagoas é da sociedade civil, assemelhando-se ao total de instituições nos quatro Estados. No entanto, instituições governamentais são a maioria no Rio Grande do Norte. O Estado é também o que detém o maior número de instituições de ensino, comparado com os demais.

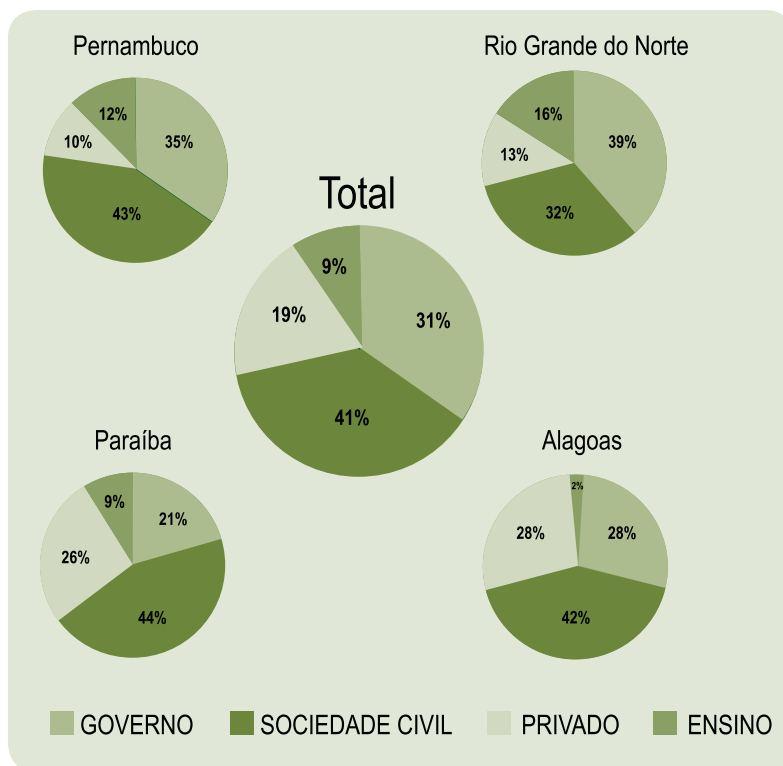


Figura 1 - Representatividade dos segmentos sociais participantes da Rede de Gestores de Unidades de Conservação.

No período de novembro de 2010 a dezembro de 2011, existiam nas Redes 573 *e-mails* cadastrados, dos quais 34% eram de Pernambuco, 33% do Rio Grande do Norte, 19% de Alagoas e o restante (17%) da Paraíba. Para o levantamento dos temas abordados nos *e-mails*, foram observados principalmente o remetente das mensagens enviadas e o número de respostas obtidas. Assim, a quantificação dos temas mais frequentes considerou a mensagem enviada somada ao número de respostas recebidas (se cinco *e-mails* responderam uma determinada notícia, foram contabilizadas seis mensagens sobre o tema).

Fizemos uma compilação com os principais temas abordados na rede virtual, resultando na Nuvem de *Tags* (tradução livre do inglês *Tag Cloud*) da Rede de Gestores. A Nuvem de *Tags* consiste no conjunto de temas mais discutidos e compartilhados, representados por *tags* (*i.e.* palavras-chave). Quando determinado tema ou *tag* está em maior tamanho, significa que ele foi mais frequente, comparado a outros. A Nuvem de *Tags* está representada na **Figura 2** (Levantamento de dados correspondente ao período 2010-2011).

É importante detalhar os critérios usados para definir algumas *tags*, descritos a seguir. A *tag* “articulações” englobou todas as mensagens de mobilização dos gestores para as reuniões presenciais da Rede, encaminhamentos dessas reuniões e eventuais trocas de informa-

ções. Na Paraíba, as articulações foram referentes à criação da Rede de Gestores de Áreas Protegidas e Unidades de Conservação da Paraíba (GAPUC-PB). Esse grupo funciona como o “núcleo duro” da Rede, no Estado, e promove a organização das Terças Ambientais – encontros que têm por objetivo envolver os gestores e discutir informações sobre políticas públicas ambientais.

A tag “reflexões sobre a Rede” reúne principalmente *e-mails* em que a equipe da AMANE incentivou os gestores a refletir sobre os rumos que a Rede estava tomando, sobre seu significado e objetivo. Em especial, as tags “cadastros de UCs” e “sistemas estaduais de UCs” estão relacionadas à mobilização da AMANE para realizar o cadastro das UCs e apoiar a elaboração dos Sistemas de Unidades de Conservação para Estados e Municípios (mencionados no Capítulo III).

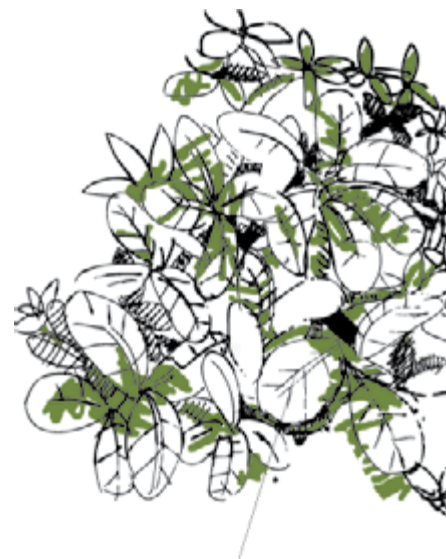


Figura 2: Nuvem de Tags - Temas mais comentados nas listas de discussão virtual da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica do Nordeste, no período de 2010 a 2011. As maiores palavras foram as mais comentadas.

A maioria das *tags* restantes está associada ao compartilhamento de notícias e artigos publicados na rede virtual. Além disso, observou-se que alguns temas tiveram mais evidência em um Estado que no outro. Na rede de Alagoas, por exemplo, há uma presença marcante da assessoria de comunicação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Osvaldo Timóteo, que sempre atualiza a rede com informações das atividades da propriedade. Em Pernambuco, observou-se uma grande quantidade de mensagens relacionadas a políticas públicas, apontando para o fato de que, nesse Estado, a rede tem sido aproveitada como espaço para comunicação do governo com a sociedade. Na Paraíba, foram bastante divulgadas iniciativas e projetos locais, como o Projeto de *Restauração das Nascentes do Rio Gramame* e o Plano de *Manejo de Espécies Exóticas Invasoras na REBIO Guaribas*. Já na rede do Rio Grande do Norte, os principais temas divulgados estavam relacionados a conflitos em áreas de UCs e eventos locais.

Algumas dificuldades estiveram relacionadas com a necessidade de lidar com mensagens que se desvinculavam do objetivo e da proposta da rede. Infelizmente, essa é uma prática que permeia a comunicação virtual, principalmente quando há um grande número de participantes. Os próprios gestores sugeriram acordos de convivência para que ficasse clara a necessidade de ter cuidado no repasse de mensagens, evitando correntes e assuntos que não dialogassem com a gestão de UCs. Apesar dessa transparência, em vários momentos foi necessária a interferência, como instância de moderação, por parte da equipe da AMANE.

A AMANE e os parceiros desse projeto esperam que a rede virtual continue sendo o espaço de referência para a troca de saberes entre os gestores de UCs. Para fortalecer os fios que formam essa rede, é importante o estabelecimento de acordos de convivência que direcionem os caminhos a serem percorridos, evitando assim, a banalização e a poluição virtual (*i.e.* correntes e afins) desse importante canal de comunicação para a conservação da Mata Atlântica nordestina.





Ravi Rocha

Estudante de graduação de Ciências Biológicas/Ciências Ambientais na Universidade Federal de Pernambuco. Possui cursos em Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e em Manejo de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação. Desde 2009 possui bolsa de estágio oferecida pela AMANE. Participa da elaboração dos Planos de Manejo da Estação Ecológica de Murici (AL), RPPN Vila D'Água (AL) e RPPN Pedra D'Anta (PE), principalmente no levantamento socioeconômico. Há dois anos acompanha as atividades e a gestão do projeto *Invasões Biológicas: educação e manejo* elaborado pela AMANE e aprovado pela Secretaria Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (SEMAS), através do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA). Atualmente representa a AMANE no Conselho Gestor na Estação Ecológica de Caetés.

Contato: ravi.rocha@gmail.com



CAPÍTULO

VI

NO BALANÇO DA REDE

Minha convicção profunda é que o futuro não está escrito em nenhum lugar; será o que nós fizermos dele. E o destino?... para o ser humano, o destino é como o vento para o veleiro. Quem está no timão não pode decidir de onde sopra o vento, nem com que força, mas sim pode orientar a vela. E isso faz, às vezes, uma enorme diferença.

Jacques Robin

PRIMEIROS PASSOS E PERSPECTIVAS DOS GESTORES EM REDE



Bruno Paes Castelo Branco

O *balançar* da Rede proporciona o resgate das expectativas iniciais deste projeto, trazendo à tona os resultados, diretos e indiretos, mensurados até a elaboração desta edição.

Quando iniciamos o projeto, tínhamos convicção de que conseguiríamos, apesar dos desafios, alcançar e, posteriormente, mensurar os *resultados diretos* de cada atividade prevista e planejada. No entanto, estava claro, também, que teríamos uma difícil tarefa pela frente, que era a de mensurar os *resultados indiretos*, principalmente no que dizia respeito à *mensuração das mudanças de atitudes* dos gestores.

Quando falamos em *resultados diretos*, estamos avaliando o alcance das metas e os objetivos estabelecidos no projeto de criação da Rede de Gestores, cuja avaliação apresentou os seguintes resultados:

- 26 (vinte e seis) Reuniões estaduais para mobilizar os gestores dos quatro Estados;
- 12 (doze) Encontros Estaduais realizados nos quatro Estados;
- 4 (quatro) Redes virtuais de discussão criadas e alimentadas regularmente;
- 1 (um) Seminário Regional;
- Divulgação do projeto no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC);
- Elaboração de 2 (dois) projetos de lei para SEUCs (AL e PB); 1 (um) decreto para regulamentar o SEUC (PE) e 1 (um) projeto de SMAP (Natal-RN);
- Criação de 1 (um) Cadastro sobre as UCs localizadas nos quatro Estados;
- Elaboração e distribuição de materiais de divulgação do projeto e da Rede; e
- Esta publicação.

Com relação aos *resultados indiretos*, estamos dizendo que algumas iniciativas desenvolvidas no mesmo período de execução do projeto contemplavam o objetivo geral da Rede. Entendemos que a criação e implementação de Unidades de Conservação durante a mobilização e consolidação da Rede de Gestores é um desses resultados indiretos.

Nesses quase três anos de projeto, temos os seguintes resultados:

Criados 3 (três) Conselhos Gestores de UCs – APA de Guadalupe (PE); APA de Murici (AL); e Reserva Ecológica de Manguezais do Roteiro e Barra de São Miguel;

- Criadas 6 (seis) UCs, quais sejam:
 1. APA Aldeia-Beberibe (PE) – 31 mil hectares;
 2. RPPN Santa Maria (AL) – 9 hectares;
 3. RPPN Pedra d'Anta (PE) – 325,34 hectares;
 4. Parque Natural Municipal das Matas do Mucuri-Himalaya em Bonito (PE) – 104 hectares;
 5. Reserva Biológica da Mata da Chuva (PE) – 175 hectares;
 6. Monumento Natural Municipal da Pedra da Rosária (PE) – 52 hectares;
- Protocoladas 6 (seis) RPPNs (em processo de criação) em Alagoas – 212,71 hectares;
- Recategorizadas, ou seja, foram adequadas as categorias do SNUC e SEUC, 31 UCs em PE;
- Iniciada a elaboração de seis Planos de Manejo em Pernambuco e Alagoas;
- Iniciado processo de criação de 44 (quarenta e quatro) novos Conselhos Gestores de UCs, em Pernambuco.

A articulação em rede proporciona um número imensurável de oportunidades para a implementação de novos projetos, novas parcerias, novas ideias e a disseminação de experiências de sucesso na conservação e restauração da Mata Atlântica do Nordeste.



DEPOIMENTOS DOS GESTORES



Por se tratar de uma rede de comunicação em processo de fortalecimento e em constante aprendizado, convidamos alguns gestores para compartilhar experiências e aprendizados. Os depoimentos a seguir foram elaborados cada um a sua maneira, respeitando assim a diversidade e as diferenças que fortalecem uma Rede. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos seus autores.

ALAGOAS

Alex Nazário

Diretor de Unidade de Conservação (DIRUC-IMA/AL)

A proposta do Projeto *Rede de Gestores* nos pareceu em primeiro momento como algo “simples”, confundido até como mais uma tentativa de divulgar *e-mails* entre gestores, ONGs, técnicos, instituições e estudantes da área ambiental. O que de especial teria nisso?

Acredito que justamente fazendo uma comparação às redes sociais da internet, as quais ligam pessoas de diferentes culturas, lugares, pensamentos e posições em um objetivo comum, aproveitando o melhor de cada um para um benefício múltiplo. Assim, a Rede de Gestores chegou tímida, entretanto vem produzindo resultados muito interessantes.

A divulgação de atividades dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação de Alagoas tem sido cada vez mais difundida na Rede. A divulgação das suas atividades atraiu o interesse de outros Estados para os procedimentos de criação dos Conselhos, as dificuldades e como foram solucionadas. Os órgãos ambientais debatem problemas em comum, buscando a experiência de outros Estados na resolução de conflitos nas suas áreas protegidas. Alagoas está trabalhando o seu Sistema Estadual de Unidades de Conservação em parceria com a AMANE e o *Redes* de forma participativa e interligada, promovendo o andamento a distância das alterações da minuta de ato legal. Estamos orgulhosos em contribuir com o cadastro de Unidades de Conservação do CEP, com informações atualizadas das nossas bases de dados geográficas e acervo bibliográfico.

Decerto, ainda não chegamos a um aproveitamento total da Rede. Ainda não inserimos sua presença no nosso cotidiano e possuímos ainda uma limitada noção das suas capacidades. É preciso atrair a atenção dos gestores constantemente, para que “aprendam a perguntar”, aprendam a tirar suas dúvidas e a interagir com outros gestores via internet.

Devemos cada vez mais absorver esse fantástico canal de divulgação e conhecimento, um canal que todos ajudaram a construir e que devemos manter, buscando novas ramificações, alimentando suas informações e colhendo os frutos da diversidade de saberes dessa emocionante tarefa de cuidar do meio ambiente.

Afrânio Farias Menezes

Coordenador do Comitê Estadual da RBMA de Alagoas

A cerca de dois anos, fomos procurados pela equipe da AMANE para a instalação de mais um programa de parceria, visando a preservação do complexo florestal de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, o Centro de Endemismo Pernambuco. Tratava-se da instalação de uma *Rede de Gestores de Unidades de Conservação* e de imediato nós, do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, abraçamos a ideia e desde então estamos participando ativamente desse projeto.

A primeira atividade da Rede deu-se em 4 de novembro de 2009, na sede do SINDAÇÚCAR em Maceió, com a realização de um encontro de trabalho, formatado com palestras e minicursos.

No período da manhã, duas palestras foram proferidas e três minicursos foram realizados: Invasões Biológicas – Michele Dechoum (SC), Instituto Hórus; Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação – Liza Baggio (PE), AMANE; e Conselhos Gestores de Unidades de Conservação – Carla Coelho (PE), AMANE.

À tarde, o grupo formado por cerca de 30 gestores de diferentes Unidades de Conservação teve a oportunidade de socializar os minicursos para todo o grupo, participar de uma mesa-redonda: Desafios e oportunidades na gestão de Unidades de Conservação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Afrânio Menezes (IMA-AL e CNRBMA); e Situação das Unidades de Conservação no Estado de Alagoas – Alex Nazário (Diretor de Unidades de Conservação do IMA/AL), um representante do ICMBio e um representante do Ministério Público Estadual.

O processo de *tecer* a Rede foi progredindo e, em 29 de julho de 2010, na sede do SEBRAE, ocorreu o 2º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Con-

servação, com a participação de quase quarenta gestores. Nesse encontro, por sugestão dos próprios gestores, foram debatidos temas como: Pagamento por Serviços Ambientais – Felipe Melo (CEPAN); Restauração visando o Pagamento por Serviços Ambientais – Pedro Maux; Pacto pela Restauração da Mata Atlântica – Pedro Castro (secretário executivo do Pacto); Criação e gestão de Reservas Privadas – Fernando Pinto (Macambira) e Alex Nazário (IMA AL); e Gestão Participativa – Carla Coelho (AMANE).

À tarde, uma mesa-redonda debateu o Código Florestal, enfocando diversos aspectos, inclusive um depoimento da Defesa Civil Estadual sobre a tragédia que se abateu sobre o Estado de Alagoas e a relação direta dos desmatamentos ocorridos ao longo de décadas.

Ao final do encontro, o Coordenador da RBMA em Alagoas, Afrânio Menezes prestou uma homenagem aos contemplados com o Prêmio Muriqui 2010 – Jornalista Paulo Pedrosa (*in memoriam*) e o Ambientalista Osvaldo Timóteo. A AMANE fez o lançamento da publicação – *Saberes e Fazeres da Mata Atlântica do Nordeste: Lições para uma Gestão Participativa*, encerrando o encontro em seguida.

Em agosto desse mesmo ano, na sede da SECTMA, na cidade do Recife, tivemos um encontro em que se reuniram diversos gestores dos quatro Estados para discutir o desenvolvimento da Rede.

Esse encontro foi muito importante para a troca de experiência dos diversos gestores e Estados participantes. Ficou comprovado que a Rede já vem funcionando e que experiências de Alagoas já foram repassadas para colegas da Paraíba e de Pernambuco. Do mesmo modo, experiências de colegas de Pernambuco foram repassadas para os colegas do Rio Grande do Norte.

Desse encontro, pode-se constatar que houve um fortalecimento das Organizações envolvidas no projeto e que tem havido um aumento progressivo da comunicação entre os Gestores. Identificou-se, ainda, que a Rede influenciou no aumento do número de Unidades de Conservação instaladas, tanto na área da Mata Atlântica como na área da Caatinga, como influenciou também na adoção de leis específicas nos Estados, caso do SEUC de Pernambuco, já em vigor, e o SEUC de Alagoas em fase de proposição para a Assembleia Legislativa do Estado.

Outra constatação muito importante é que, por meio da Rede e por conta dela, se nota um acentuado aumento de integração entre os diversos atores governamentais e não governamentais, até então muito dissociados.

Continuando o processo de consolidação da Rede de Gestores, realizamos o 3º Encontro Estadual de Gestores de Unidades de Conservação, em 26 de novembro de 2010, também no SEBRAE, e foi constituído por palestras cujos temas observaram as demandas identificadas no 2º Encontro. Assim, tivemos uma palestra proferida pelo Dr. Alex Gama de Santana (Secretário de Estado/SEMARH) sobre o tema Gestão de Bacias Hidrográficas; o Agrônomo Ângelo Ferreira da Silva da Usina Seresta, abordou o tema Oportunidades de Consolidação de RPPNs em AL, e o Sr. Francisco Quintella, proprietário da RPPN São Pedro, no Município do Pilar, discorreu sobre o tema: O Turismo Rural como Ferramenta de Sustentabilidade das RPPNs.

À tarde, foi realizada uma mesa-redonda sobre o tema: Prevenção de incêndios em UCs. Quatro debatedores participaram dessa mesa. Cada um deles observou as atividades de combate a incêndios sob a ótica de suas respectivas atividades. Combate a Incêndios em Unidade Agrícola, Brigada da Usina Coruripe – Sebastião Guimarães; Combate a Incêndios em Unidade Industrial, Brigada da BRASKEM – Milton Pradines; Combate a Incêndios em Unidade Urbana, Corpo de Bombeiros – 2º Tenente Militar Roberval; e finalmente Combate a Incêndios em Unidade de Conservação, IBAMA – José Antônio Barros Seixas.

Por tudo que se pode verificar e contabilizar, a experiência da Rede de Gestores é efetivamente exitosa e deve ser estimulada e alimentada para que não sofra solução de continuidade.

PERNAMBUCO

Giannina Cysneiros

Analista Ambiental do Programa Mata Atlântica e Biodiversidade (SEMAS-PE)

A gestão de Unidades de Conservação ainda é uma questão difícil, considerando a insuficiência de quadros técnicos, a baixa sensibilização e participação social e o insipiente apoio político. Soma-se a esse quadro, a baixa integração entre os atores que atuam nas UCs nas diversas esferas da Federação e entre os mesmos níveis de governo. Como resultado, as experiências vivenciadas, sejam elas positivas ou negativas, e que poderiam ser compartilhadas como forma de potencializar e fortalecer as primeiras e minimizar as segundas, **são** pouco evidentes.

Considerando esses aspectos, a formação de uma *Rede de Gestores* vem preencher uma grande lacuna, favorecendo a criação e consolidação de um espaço

para a troca de experiências, estimulando os gestores (incluindo nesse conceito todos os atores sociais e governamentais que atuam na implementação de Unidades de Conservação) a uma ação mais efetiva voltada ao atingimento dos objetivos para os quais cada Unidade foi criada.

A experiência vivenciada no *Rede de Gestores*, implementado pela AMANE, nos levou a refletir sobre algumas questões relevantes para a gestão de Unidades de Conservação. Sem classificar por ordem de importância, a primeira delas diz respeito à formação de um espaço para discussão e por que não dizer de tomada de decisões compartilhadas, estimulando uma ação mais colaborativa, cooperativa e solidária, aprendizado necessário para superação das dificuldades e desafios, sempre presentes na ação de um gestor. Não podemos afirmar que essa disposição é unânime, mas a semente está lançada. O desafio de romper as fronteiras da “competição” na qual a ação social está inserida é ainda predominante, todavia é necessário que uma nova atitude seja assumida por nós, principalmente, gestores públicos.

Outra questão que considero relevante é uma consequência da primeira: a sensibilização para as ações de conservação da sociobiodiversidade, aumentando, inclusive, a capacidade operacional dos órgãos ambientais responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação. Também não podemos afirmar que houve participação de uma pluralidade de atores sociais, mas todos que vivenciamos o processo pudemos verificar o potencial oferecido pela utilização da Rede como disseminadora e democratizadora de conhecimentos técnicos, legais, operacionais referentes ao tema, sendo um importante instrumento de comunicação e articulação para todos nós que atuamos na área.

Vale a pena também se pensar, considerando os aspectos já relatados, na Rede de Gestores como espaço para a capacitação coletiva, ou seja, local para informação e formação de opiniões e de novas lideranças instrumentalizadas para agir de forma transformadora no meio socioambiental.

De forma resumida, acredito que um dos maiores resultados do projeto foi a abertura para a necessária articulação e aproximação entre nós, atores e gestores diretamente envolvidos na gestão de UCs. No momento em que nos “abrimos” para perceber e compreender os problemas dos nossos companheiros gestores de Unidades nas diversas esferas de governo, nos percebemos “iguais, mesmo diferentes”. As ações impulsionadas pelo projeto ao nos aproximar, nos fortalece enquanto governo e enquanto sociedade.

Não podemos ainda afirmar que essa articulação e aproximação estão garantidas; muito ainda tem que ser feito. É necessário que a Rede seja assumida por nós, gestores, e que incorporemos a função de “moderador” para que ela cresça cada vez mais e não se perca no meio de um caminho, que já está apontado, mas ainda tem muito a ser seguido.

João Oliveira

Gestor da APA de Guadalupe (CPRH-PE)

Apesar de não ter participado do projeto anterior, de Capacitação de Gestores, que teve como demanda a criação de Redes, fui um entusiasta do Projeto *Rede de Gestores* desde o início. O vislumbre foi que um projeto que objetivasse unir planos, ações e pessoas (!) só traria benefícios a todos. No caso específico de Pernambuco, entendo que o Projeto *Redes de Gestores* tem ainda outros objetivos além dos já descritos nos capítulos anteriores: agregar experiência para os relativamente novos servidores públicos que executam a política ambiental do Estado e fazer com que esses servidores se integrem mais com os outros gestores (do serviço público ou não – e entre si próprios, dentro do órgão ambiental).

Tamanha responsabilidade não foi atingida (ou iniciada) sem esforço, é claro. E como a própria essência do *Redes* impõe, essa missão ainda não foi alcançada plenamente porque precisa ser construída continuamente de forma coletiva. Em todas as reuniões e encontros, destacou-se que o *Redes* não era uma iniciativa apenas da AMANE e que o projeto teria que andar com as próprias pernas no futuro; assim, foi estimulada a participação dos gestores na organização dos Encontros e na articulação das mobilizações.

O projeto iniciou já com certa mobilização anteriormente construída e após as primeiras reuniões foi possível conhecer as pessoas que estavam atuando nas UCs do Estado e acessando um pouco do trabalho de cada um. E assim demos o primeiro passo para uma atuação integrada e complementar, visando sempre o fortalecimento da gestão dos recursos naturais nas UCs. Das primeiras reuniões, algumas iniciativas ainda pouco articuladas de ação conjunta começaram a ganhar mais corpo. Exemplo disso é a atuação da APA de Guadalupe junto com a REBIO de Saltinho, que apesar de já haver uma afinidade entre servidores e alguns objetivos comuns dessas UCs, a execução de ações conjuntas não era tão efetiva, tendo o *Redes* papel importante para que essa interação ocorresse.

O passo seguinte foi expor as dúvidas, buscando o que de comum era sentido nas dificuldades das rotinas de trabalho. Comunicação foi um ponto-chave. Muitos

gestores relataram que a falta de comunicação interna e externa só dificultava o trabalho, pois além de a sociedade como um todo não compreender plenamente as funções e objetivos de um ambiente preservado (e consequentemente não entender o motivo de existir UCs), não havia entendimento dentro do próprio órgão de como gerir eficientemente as UCs estaduais. Assim foi organizado o 3º Encontro Estadual de Gestores de PE, tendo como assunto central a comunicação e sendo o primeiro com uma participação mais efetiva dos gestores. Nesse Encontro, a comunicação foi abordada de várias formas diferentes, desde a relação com outros atores sociais (Comunicação não violenta e Resolução de conflitos) até as estratégias de divulgação e comunicação de grande escala (jornais, internet, dentro da própria Rede). É importante destacar esse 3º Encontro, pois ele marca o início da incorporação do *Redes* pelos gestores.

Em Pernambuco, o grupo que assimilou melhor a ideia de tomar a dianteira do *Redes* é formado basicamente por funcionários públicos, o que denota certa dificuldade na mobilização de pessoas sem o aparato institucional para lhes dar suporte. Isso é reflexo da falta de uma identidade com as Unidades de Conservação das pessoas que nelas vivem. Para ilustrar esse reconhecimento, apenas a Reserva Biológica de Saltinho é que possui um Conselho Gestor oficialmente implantado. E o *Redes* tem como objetivo ampliar esse número através de ações indiretas, iniciadas com a maior divulgação das ações nas Unidades (inclusive com apresentação de ações de mobilização da sociedade nas UCs).

Ficam como desafios para os próximos passos, uma maior integração da sociedade civil na rede estadual, melhor comunicação entre todos os componentes na Rede estadual e maior integração com as outras Redes criadas, principalmente através do uso mais eficiente das ferramentas virtuais desenvolvidas. Também é imperativo que o *Redes* interaja com outras estratégias de articulação como o Pacto de Restauração da Mata Atlântica e com o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Assim, essas ações se fortalecerão através de agendas de ações parecidas e complementares, gerando uma sinergia no objetivo comum de conservação de biodiversidade natural e cultural na região.

Fábio Cunha

Analista Ambiental da REBIO Saltinho (ICMBio)

A Rede de Gestores possibilitou a materialização de um desejo e de uma necessidade latentes: integrar, aproximar e articular atores que vivenciam realidades ao mesmo tempo distintas e semelhantes na gestão das Unidades de Conservação do Centro de Endemismo Pernambuco; foi a oportunidade de levar, para além da amizade e

conhecimento que já interligava alguns de nós gestores, à institucionalização de um poderoso instrumento de troca de experiências entre todos nós; nesse sentido, a Rede de Gestores do CEP é mais do que a execução de um projeto, significou o nascimento de um novo organismo vivo e destinado a crescer e evoluir continuamente.

PARAÍBA

Edilson Parra

Diretor do Parque Zoobotânico Arruda Câmara (PMJP)

Trata este relato da experiência vivenciada junto ao grupo de Gestores de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas do Estado da Paraíba.

Nossa vivência teve início no ano de 2008, quando participamos da formação para Gestores de Unidades de Conservação, promovida pela Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE), na cidade do Recife, em Pernambuco.

Gostaria de transcorrer este relato tecendo alguns comentários, visando esclarecer ou refletir sobre essa experiência, que perdura até a presente data.

A escolha para participar do treinamento ou formação

Recebi o comunicado sobre o treinamento a ser promovido pela AMANE através de uma colega de trabalho na Secretaria de Meio Ambiente do município. De posse dessa informação, conversei com o Secretário da pasta na época, o Engenheiro Antonio Augusto de Almeida, defendendo minha participação, pois sempre estive motivado a desenvolver ações que culminassem, entre outras, com a integração de uma área em nossa cidade denominada Parque Zoobotânico Arruda Câmara. Nesse Parque, onde funciona o Zoológico, existem remanescentes de Mata Atlântica, monumento histórico, a Fonte Tambiá e outras áreas de interesse semelhante, no seu entorno, a exemplo do Parque Lauro Pires Xavier. Embora seja denominado como Parque, pois assim se tornou conhecido desde sua criação no ano 1921, não atende às exigências do SNUC, já que foi fundado antes da criação da referida lei.

Destaco e agradeço a visão empreendedora do ex-Secretário Antonio Augusto de Almeida, que concordou com a minha participação nessa formação e sempre teve clareza da importância de ações como estas, que poderiam contribuir com a criação de áreas protegidas no nosso município. Sua concordância se deveu à

pertinência da ocasião: na época estava e continuo na direção do Parque Zoo, conhecido popularmente por BICA.

No exercício 2010, a Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa passou por nova mudança, quando assumiu e permanece na pasta a Geógrafa Ligia Tavares que manteve o mesmo apoio à participação da SEMAM no processo de fortalecimento do Grupo de Gestores do nosso Estado. Sob o comando da atual Secretária, a equipe da SEMAM vem desenvolvendo uma admirável política conservacionista, com destaque para a criação do primeiro Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do nosso país, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica e a criação do Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa. Este último já foi inclusive aprovado na Câmara de Vereadores.

Para nossa alegria, o atual Prefeito, Arquiteto Luciano Agra, tem sido um exemplo de visão futurista. Criou o Parque Natural Municipal do Cuiá, desapropriando a área com 43,12 hectares, constituída pelo Bioma Mata Atlântica. A Prefeitura de João Pessoa trabalha com a meta que visa à criação de pelo menos mais três parques municipais.

A formação dos gestores de UCs

Tenho participado de diversos eventos, em áreas diferentes: *workshop* de artes, formação para educadores e um elenco maior na área de meio ambiente. Devido à natureza específica de cada atividade, não devemos comparar as peculiaridades, mas podemos refletir sobre o método e sobre as relações interpessoais ao longo das vivências diversas. Sem cometer injustiça, faço um comentário breve: a dinâmica, os recursos utilizados e os profissionais responsáveis pela condução da formação e dos processos seguintes, promovidos pela AMANE, tornam essa organização um dos grandes referenciais no Nordeste senão no Brasil, em capacidade de fomento, proposição e execução de projetos, atuando no segmento mais exigente do nosso país. Acessar recursos públicos, aplicá-los de maneira transparente e manter-se com credibilidade, muitos talvez considerem tarefa simples. Isso certamente se deve à observação tangencial, pois sabemos como é complexo tornar um empreendimento capaz de sustentar-se somente com a capacidade de execução de projetos subsidiados por recursos governamentais. A comprovação dessa observação é que são poucas as organizações não governamentais que se dedicam com legitimidade, conhecimento de causa e com lisura ao fomento e êxito de projetos de que tanto carecem vários nichos no nosso país.

Somos de um modo geral muito carentes de agentes capazes de empreender ações voltadas para a compensação, frente ao desenvolvimento industrial em curso e raramente o poder público está antenado com o desenvolvimento sustentável.

A formação realizada no Recife foi um grande salto para nossos sonhos. Foi um novo e forte alento em meio à confusa missão de tornar exequíveis as demandas concernentes à criação de UCs ou consolidação das existentes.

A formação foi estrategicamente bem elaborada e nos garantiu após seu término uma grande motivação para tão logo estivéssemos em nosso cotidiano, retornando às intempéries que tanto nos afastam do foco, mantivéssemos aceso em nós o propósito de trazer para a realidade local as possibilidades que deveríamos criar, bem como, estimular as equipes que atuam no nosso meio de trabalho. Dessa forma, nunca perdemos de vista a necessidade de discutir e empreender ações que resultassem na esperança depositada em cada Gestor formado. Esse alento que ficou em nós, certamente deixou, na equipe da AMANE, o sonho de que iriam reverberar nos diversos Estados do Nordeste, projetos de criação e consolidação de Unidades de Conservação. É para esse fim que fomos capacitados.

Período pós-formação (Gestores de UCs)

Após nossa formação, a realidade quase nos consumiu. Realizamos o primeiro Encontro de Gestores às expensas da AMANE. O segundo Encontro ocorreu quase no mesmo fôlego. O terceiro Encontro foi o ápice: surgiram novos parceiros e parceiras que aceitaram dividir o fardo. Seguraram firme na alça e como foi leve conduzirmos o último evento. Ao final, ficamos inebriados com o êxito conquistado e dispostos a tornar nosso Grupo de Gestores de Áreas Protegidas, a instituição-chave capaz de promover o diálogo e empreender ações, agregando as instituições públicas, privadas e sociedade civil.

A proposta de um grupo gestor, que teve início no final do ano de 2008, com a participação de não mais que oito pessoas e cinco instituições, tornou-se ao final do 3º Encontro uma robusta integração composta pelas representações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA); Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa (SEMAM - João Pessoa); Secretaria do Meio Ambiente de Bayeux (SEMAM - Bayeux); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB); Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN); Destilaria Japungu; Programa Manguezais do Brasil; e Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE).

Muitas pessoas contribuíram para que o nosso grupo de gestores sobrevivesse às diversas contingências que nos forçavam a declinar até a completa desestruturação. Devemos, portanto, agradecimentos mútuos e a muitos e muitas colegas. Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, para quem já pedimos sinceras desculpas, citamos os seguintes nomes que se destacaram ao longo da nossa trajetória:

Analuze Freitas (ICMBio), Antonio Campos (Usina Japungu), Arilde Franco (IFPB), Bruno Paes (AMANE), Carla Helfemsteller (AMANE), Claudia Vital (AMANE), Dorinha Melo (AMANE), Elimar Neves (SEMAM-JP), Jerônimo Villas-Boas (SUDEMA), Lydiane Bastos (APAN), Manuela Lima (SEMAM-BY), Rogério Ferreira (SUDEMA), Sandro Pereira (ICMBio), Socorro Fernandes (APAN) e Thiago Nery (SEMAM-JP).

Rogério Ferreira

Gerente Executivo de Meio Ambiente (SERHMACT-PB)

A contar da época em que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação deu entrada no Senado Federal para discussão e aprovação, lá se vão 21 anos. Da sua oficialização como regulador e orientador da gestão ambiental em Áreas Protegidas, são garantidos 11 anos.

Tempo em que perguntamos se já aprendemos a transformar em prática a participação democrática, preconizada na Constituição de 1998 e reeditada (em 2000) após diversas discussões públicas, para refúgios da “natureza intocada”, como diria Diegues.

Ao citarmos Joffily com sua teoria da “história vista de uma árvore”, nesse caso, plantada, crescida e frutificada, ou, de um fato contado a partir da sua necessidade de existir, passando por sua implantação até os desdobramentos alcançados, queremos ressaltar ainda mais a importância de algo que parece simples na sua apresentação visual comum, porém complexa em sua teia de costuras, realizações e resultados.

O Projeto AMANE de “Capacitação em Gestão Participativa de Unidade de Conservação”, pode-se dizer que encontrou solo fértil na adubação realizada pela *cidanania ativa* de Bobbio e germinada nos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação da Natureza, instituídas na Lei nº 9.985/2000. Irrigada pela necessidade dos Gestores, e potenciais gestores, encontraram espaço para troca de fluxo gênico (experiências positivas e negativas trocadas). E, agora, realinham suas plântulas do espaço público de diálogo socioambiental em direção da luz necessária para seu florescimento ou fortalecimento de melhores práticas ambientais para áreas protegidas.

A Capacitação realizada pela AMANE foi a árvore, por assim dizer, plantada no espinhoso jardim da Gestão de Unidades de Conservação do Nordeste. Que, mesmo com as dificuldades naturais do terreno politicamente semiárido, gerou galhos com capacidade de reprodução em todos os lugares. E cujas folhas podem ser traduzidas como assuntos dos mais diversos e palpitantes a serem, nesse caso, desenvolvidos como ferramenta para cada uma das UCs criadas nesta Região do País ou naquilo que a AMANE traduz como Centro de Endemismo Pernambuco.

Desde 1992, quando se iniciou a categorização de algumas áreas protegidas, até a data do Curso de Capacitação realizado pela AMANE (2008), o Estado da Paraíba desenhou no mapa de seu território algumas dezenas de áreas protegidas em formato de Unidades de Conservação como proposto inicialmente e readequado posteriormente. Não tirando, dessa plêiade de UCs criadas, nenhum exemplo de sucesso permanente, e por assim, recomendável no campo da Gestão Participativa em Áreas Protegidas, para replicação em outros lugares. Tampouco, oportunidade de discussão coletiva, entre gestores das diferentes organizações públicas, sociais e mesmo privadas de trabalhos nessas áreas naturais, foi fomentada. Nesse caso, para troca de conhecimentos, experiências e fortalecimento mútuo de desejos, necessidades, dificuldades e vontades presentes não nas organizações, enquanto estruturas políticas mutáveis nas odes de seus dirigentes de plantão, mas no sangue que *corre verde* nas veias abertas do socioambientalismo, ou dos muitos que fazem da gestão ambiental séria e imparcial sua filosofia de vida.

Cabe, então, creditar à AMANE, o revirogar da prática socioambiental participativa em áreas protegidas no Nordeste, o incentivo ao diálogo interinstitucional e entre gestores, sobre os mais diversos temas ambientais, bem como a capacitação em assuntos cujo despertar do interesse na sua prática poderia surgir de forma tardia, como o combate a plantas invasoras em áreas de proteção integral, no melhor dos exemplos.

Por tudo, é dado à AMANE, a capilaridade em atingir e reavivar uma natureza enfraquecida e cada vez mais afeita ao isolamento, pela própria energia dispersa de suas ações fruto da existência isolada. É da AMANE, então, a consecução da escrita de mais um capítulo da história socioambiental e da democracia participativa em UCs no Estado da Paraíba. Assim como, o motivar de muitos gestores que se encontravam desolados em terrenos áridos e inférteis, pela própria condição de trabalho ofertado e onde deveria ser cultivada a prosperidade, no campo do fazer ambiental, com vista ao tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Que possamos, então, colher desta grande árvore plantada – e por nós regada em cada canto onde seus galhos conseguirem chegar – o fruto maduro da participação sustentável e distribuir sua ação vitaminada por todos os lugares onde pudermos nos espalhar.

Nossos agradecimentos à AMANE e a todos que até então se fazem ligados à Rede reproduzindo suas ações.

RIO GRANDE DO NORTE

Carolina Maria C. de A. Lisboa

Bióloga da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) de Natal

A Mata Atlântica e as UCs do RN

Composta predominantemente por formações pioneiras, dentre elas os mangues, restingas e dunas, a Mata Atlântica do Rio Grande do Norte constitui o limite setentrional desse importante e ameaçado bioma. Embora tenha a menor área dentre os Estados inseridos nos seus domínios, possui oito Unidades de Conservação em seu território, sendo uma municipal (Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte), cinco estaduais (APA de Jenipabu, APA Piquiri-Una, Parque Estadual Mata da Pipa, Parque Estadual Dunas de Natal e RDS Ponta do Tubarão) e duas federais (Flona Nísia Floresta e RPPN Senador Antônio Arruda Farias).

Histórico da Rede no RN

O primeiro contato dos gestores dessas UCs com a Amane ocorreu em 2009 na Universidade Potiguar (UnP), onde foi proposta a ideia da Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica e discutido como se daria a articulação entre os gestores, a ser desenvolvida principalmente através de grupos de *e-mails* e encontros presenciais.

Em 12 de novembro de 2009 no Hotel Praia Mar ocorreu o Primeiro Encontro Estadual de Gestores de UCs na Mata Atlântica do RN, onde os cerca de 200 participantes desfrutaram de palestras, minicursos, debates e mesas-redondas com professores da UFRN e representantes do Idema, ICMBio, Instituto Hórus e Amane. Foi o maior dos encontros no RN e um momento ímpar que possibilitou o contato e trocas de experiências entre pesquisadores e demais gestores das UCs, favorecendo as pesquisas no Estado.

Um grupo de *e-mails* foi criado em dezembro de 2009 com o objetivo de facilitar a comunicação entre os gestores e todos que estejam envolvidos com as UCs do RN. Hoje esse grupo conta com cerca de 190 integrantes e já foram trocadas cerca de 400 mensagens. Em escala regional, foi criado o endereço www.redegestoresucdocep.ning.com para facilitar o contato entre os gestores do Centro de Endemismo Pernambuco e receber informações através do Boletim Informativo *Em Redes*. Com isso, os gestores do RN puderam trocar informações tanto em nível local quanto regional.

O Segundo Encontro de Gestores de UCs do RN foi sediado no Parque Estadual Dunas de Natal em 22 de julho de 2010, tendo como temas principais das discussões a gestão de UCs e as polêmicas sobre o novo Código Florestal. Participaram cerca de 50 pessoas, incluindo representantes da Amane, Idema, Ibama, ICMBio, SNE, Ecoplan e Ministério Público Estadual. Foi um momento importante para contatar novos gestores e discutir novas experiências de gestão das UCs.

O Terceiro Encontro Estadual de Gestores de UCs da Mata Atlântica do RN aconteceu no Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte em 3 de junho de 2011. Foi bastante rico em termos de conteúdo, pois envolveu discussões sobre os temas atuais como o Código Florestal e a recuperação da Mata Atlântica através do Pacto pela Restauração e dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação, além de um panorama sobre ferramentas de gestão como o Projeto Corredores e os Sistemas Estaduais e Municipais de UCs. Os cerca de 50 participantes trocaram experiências com representantes da SOS Mata Atlântica, Amane e Secretarias Municipais de Meio Ambiente de João Pessoa e de Natal.

Os encontros presenciais culminaram com o Primeiro Seminário Regional da Rede de Gestores de UCs do Centro de Endemismo Pernambuco, no dia 1º de setembro de 2011, em Olinda (PE), do qual participaram cerca de 50 representantes de 27 instituições ligadas às UCs do Nordeste. O RN foi representado por integrantes do Idema e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal. Houve muita integração e trocas de experiências entre os Estados, além de avaliações e encaminhamentos para o Projeto *Rede de Gestores*.

Uma visão da Rede no RN

A Rede de Gestores de UCs da Mata Atlântica do RN mostrou uma dinâmica de intensa mudança de gestores nesses três anos. Se por um lado isso dificultou a consolidação de relações interpessoais, por outro tornou a Rede mais abran-

gente, com a agregação de novos gestores. A troca de *e-mails* se mostrou uma ferramenta fundamental para a incorporação de novas ideias para a gestão de UCs e os encontros presenciais estreitaram as relações entre os gestores e possibilitaram o acesso a ricos conteúdos sobre a Mata Atlântica.

Dentre as várias ações e influências da Rede no RN, podemos citar a parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), que gerou vários desdobramentos, dentre eles:

- Inclusão da Semurb no Pacto pela Restauração da Mata Atlântica;
- Contribuições para elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Natal (RN) através de contatos com a Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa, cujo Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foi o pioneiro no Brasil;
- Início da mobilização para discussões sobre o Novo Código Florestal em Natal, com a participação de Mário Mantovani, diretor de políticas públicas da Fundação SOS Mata Atlântica/SP;
- Discussões sobre a minuta de Lei que institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Natal (SMAP), cujo objetivo é abranger na lei municipal o que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não prevê, incluindo as peculiaridades do Município, em uma parceria com a Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE).

Pelo exposto, percebe-se que a Rede de Gestores contribuiu de forma significativa para a proteção da Mata Atlântica no Município de Natal. Essas foram apenas algumas das ações, dentre as várias realizadas no RN, que incluem contatos, organização de eventos, parcerias, palestras, cursos, divulgação de matérias, notícias etc. O Estado carece de ações para a proteção e conservação de suas matas, e a Rede de Gestores vem norteando essas ações e se mostrando uma ferramenta fundamental e muito bem-vinda de gestão e proteção da Mata Atlântica do Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria das Dores de V. C. Melo

Quando trabalhamos com os processos intrínsecos dos sistemas vivos, não temos de despendere um excesso de energia para pôr a organização em movimento. Não há necessidade de empurrá-la, puxá-la ou forçá-la a mudar. O ponto central não é nem a força nem a energia: é o significado.

Fritjof Capra

A Rede de Gestores de Unidades de Conservação é uma articulação que foi se tecendo ao longo do tempo com diversos atores. Tem seu primeiro esboço nas ações de mobilização da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, seus comitês estaduais e Colegiado Regional Nordeste, na Rede de ONGs da Mata Atlântica e por fim nas capacitações em gestão participativa de Unidades de Conservação, realizadas pela AMANE, em projeto apoiado pelo PDA/MMA (AMANE, 2010). Essas foram as forças que fizeram as pessoas se encontrar e formar os primeiros laços da Rede, motivadas por um interesse comum, proteger e recuperar a Mata Atlântica.

A atuação dessas Redes teve início na década de 1990, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como a ECO-92. Vários segmentos foram se organizando a partir daí e estabelecendo significados e estratégias de ação. As ONGs tiveram destaque na participação das Redes, por seu caráter também descentralizado e dinâmico. Com a internet e as mídias sociais, as Redes foram se tornando mais complexas e efetivas, estabelecendo-se, hoje, como uma ferramenta imprescindível na vida particular e na profissional de todos.

Atuar com pessoas afinadas em diversas organizações para alcançar um objetivo é uma estratégia vencedora em muitas situações, no caso de proteger e recuperar a Mata Atlântica é talvez a única forma eficiente que pode nos oferecer o alento de contar com a floresta no futuro. Para a realização do projeto, houve a articulação de dezenas de instituições, cujos representantes atuaram com entusiasmo buscando introjetar nas suas respectivas organizações a semente da Rede. O interesse na Rede por parte dos gestores passa pelo intercâmbio de informações e trocas, oportunidades e desafios, compartilhamento de soluções e conflitos, *empoderamento* de argumentos.

A Rede de Gestores de UCs hoje já é base para diversas iniciativas em prol da Mata Atlântica. Os diversos projetos coordenados pela AMANE e outras instituições na região têm na Rede a estrutura para novos arranjos, exemplo disso é visto no Conselho Gestor do Corredor da Biodiversidade do Nordeste, projeto realizado pela SAVE, em parceria com a AMANE e apoio do PDA/MMA. O Conselho Gestor do Corredor tem reuniões presenciais periódicas, já definiu o território do Corredor, que se estende do Rio Grande do Norte ao litoral norte da Bahia, e 13 áreas focais de atuação. Outra ação de grande significado é acionada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), do Estado de Pernambuco, com o objetivo de criar 43 novos Conselhos Gestores de UCs no Estado. As reuniões presenciais têm articulado uma Rede focal que mobiliza dezenas de novos gestores na implementação de UCs no Estado.

A Rede de Gestores de UCs tem aproximado os diversos setores na busca de metas comuns. Há que se destacar a participação continuada do setor sucroalcooleiro do Estado da Paraíba, representado pela Usina Japungu, que participou de todos os eventos no Estado e hoje é atuante no Conselho gestor do Corredor da Biodiversidade do Nordeste. A relação de confiança entre pessoas e instituições é fator fundamental para a implementação de ações conjuntas. Em cada encontro novas iniciativas vão sendo geradas para a proteção da Mata Atlântica.

A Rede de Gestores conecta-se com outras Redes como a RBMA, a RMA, o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, o Conselho Gestor do Corredor da Biodiversidade do Nordeste e demais Conselhos Gestores de UCs. Isso estimula sua densidade e garante sua força, sabendo que quanto maior a conexão, mais compacta, integrada, coesa e orgânica será a Rede (WWF, 2003).

Cientes de que as Redes aparecem quando são acionadas, de maneira descentralizada e multidimensional (WWF, 2003), e do muito que há por fazer para garantir a proteção e a recuperação da Mata Atlântica do Nordeste, acreditamos que a Rede de Gestores de UCs na Mata Atlântica do Nordeste seguirá seu caminho mantendo sua dinâmica de conectividade como espaço de conversação, consulta e intercâmbio, bem como promoverá mudanças positivas e contribuirá com um mundo mais sustentável e rico em biodiversidade.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMANE - Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste

AMATA - Associação dos Moradores e Amigos da Praia de Tabatinga

APA - Área de Proteção Ambiental

APAN - Associação Paraibana dos Amigos da Natureza

APCBA - Associação de Proprietário e Condutores de Buggy de Aluguel

APP - Áreas de Preservação Permanente

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

ASPLAN - Associação de Plantadores de Cana da Paraíba

CAOPMA - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente - Ministério Público Federal

CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas

CBUC - Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação

CEAV - Centros de Educação Vivenciada

CEC - Centro de Educação para Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste

CEN-PE - Coletivo de Entidades Negras de Pernambuco

CENTEC-CE - Instituto Centro de Ensino Tecnológico do Ceará

CEP - Centro de Endemismo Pernambuco

CEPAN - Centro de Pesquisa Ambiental do Nordeste

CE-RBMA - Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

CG - Conselho Gestor

CI-Brasil - Conservação Internacional Brasil

CIPAM - Companhia Independente de Proteção Ambiental

CIPOMA - Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente de Pernambuco

CN-RBMA - Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

CNV - Comunicação Não Violenta

COMMACH - Conselho Municipal de Meio Ambiente de Camaragibe (PE)

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

COOPF Murici - Cooperativa de Agricultores da Agricultura Familiar Camponesa do Complexo Florestal de Murici

CPDAC - Centro Profissionalizante

CPRH-PE - Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco

CR-RBMA - Colegiado Regional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

ESEC - Estação Ecológica

FACEX - Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN

FAEAL - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas

FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco

FLONA - Floresta Nacional

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FURB - Reserva de Floresta Urbana

GAMBÁ-BA - Grupo Ambientalista da Bahia

GPS - Sistema de Posicionamento Global

GTZ - Cooperação Técnica Alemã

IA-RBMA - Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEMA-RN - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

IFOSPAM - Instituto de Formação Social e Pesquisa Ambiental

IFPB - Instituto Federal da Paraíba

IFPE - Instituto Federal de Pernambuco

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

IMA-AL - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

IPMA - Instituto para Preservação da Mata Atlântica

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MONA - Monumento Natural

MPF - Ministério Público Federal

NAVIMA - Nature Viva Mangue

OEMAs - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente

ONG - Organização Não Governamental

PADEC - Programa de Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas

PARNA - Parque Nacional

PDA - Subprograma Projetos Demonstrativos do tipo A para Florestas Tropicais do Brasil

PM - Plano de Manejo

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO - Reserva Biológica

RESEX - Reserva Extrativista

REVIS - Refúgio de Vida Silvestre

RL - Reserva Legal

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS - Refúgio de Vida Silvestre

SAF - Sistemas Agroflorestais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTMA-PE - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco

SEEC - Secretaria de Estado de Educação e Cultura

SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMARH-AL - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas

SEMAS-PE - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMPA - Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente de Maceió (AL)

SEMUR - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Parnamirim (RN)

SEMURB - Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESI - Serviço Nacional da Indústria

SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SIG - Sistema de Informação Geográfica

SINDAÇÚCAR-AL - Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas

SINDALCOOL - Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool do Estado da Paraíba

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SMMA - Secretaria de Meio Ambiente de Rio Largo (AL)

SNE - Sociedade Nordestina de Ecologia

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SOS Mata Atlântica - Fundação SOS Mata Atlântica

SPMA - Secretaria de Pesca e Meio Ambiente

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

SRHE - Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Energéticos

SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente

SUDEMA-PB - Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba

TNC - The Nature Conservancy

UC - Unidade de Conservação

UCAM - Universidade Candido Mendes

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UJAMFEV - União da Juventude e Amigos Fernão Velho

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIPAZ-PE - Universidade Holística Internacional

UnP - Universidade Potiguar

UPE - Universidade de Pernambuco

WWF - World Wildlife Fund

SITES E OUTRAS REDES

Aliança para a Conservação da Mata Atlântica - www.aliancamataatlantica.org.br

AMANE - www.amane.org.br | www.facebook.com/amane_ong

Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) - www.asabrasil.org.br

CEPAN - www.cepan.org.br

CI-Brasil - www.conservation.org.br

CPRH-PE - www.cprh.pe.gov.br

Escola de Redes - escoladeredes.net

Floresta Faz a Diferença - www.florestafazadiferenca.org.br

IBAMA - www.ibama.gov.br

IDEMA-RN - www.idema.rn.gov.br

IMA-AL - www.ima.al.gov.br

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - www.icmbio.gov.br

Mangue Faz a Diferença - www.manguefazadiferenca.org.br

O Eco - www.oeco.com.br

Pacto pela Restauração da Mata Atlântica - www.pactomataatlantica.org.br

Rede Brasileira de Educação Ambiental - www.rebea.org.br

Rede de ONGs da Mata Atlântica - www.rma.org.br

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - www.rbma.org.br

SEMARH-AL - www.semarh.al.gov.br

SEMAS-PE - www.semas.pe.gov.br

SNE - www.sne.org.br

SOS Mata Atlântica - www.sosmatatlantica.org.br

SUDEMA-PB - www.sudema.pb.gov.br

TNC - portugues.tnc.org

WWF - www.wwf.org.br

Este livro foi impresso, em 2012, pela Gráfica Fotolaser
em papel reciclado 120g/m² e composto na fonte Cambria corpo 10/14.
Foram produzidos 1.000 exemplares.

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS

